

(O Edital foi Publicado no D.O.E. n.º 102, de 30 de maio de 2014, páginas 151-175)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSOS PÚBLICOS DA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS - SARH

EDITAL DE CONCURSOS PÚBLICOS N.º 01/2014

O Secretário da Administração e dos Recursos Humanos, no uso de suas atribuições, torna público que realizará Concursos Públicos, através de provas seletivas de caráter competitivo, sob a coordenação técnico-administrativa da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH destinado à nomeação, sob o regime estatutário, para o Quadro Geral dos Funcionários Públicos do Estado, para o Quadro dos Técnicos de Nível Médio e provimento dos cargos do Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado.

Os Concursos Públicos reger-se-ão pelas disposições contidas nos termos da Lei Complementar n.º 10.098/94, da Lei n.º 7.357/80 e Lei n.º 8.186/86, pelas disposições contidas na Lei n.º 13.422/10, que cria o Quadro dos Técnicos de Nível Médio do Estado, pela Lei n.º 14.234/13, que reestrutura o Quadro Geral dos Funcionários Públicos do Estado, pela Lei n.º 14.224/13, que reorganizou o Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado, no Decreto n.º 43.911/05, que regulamenta os Concursos Públicos no serviço público estadual, na Lei Complementar n.º 13.763/11, que dispõe sobre o acesso de estrangeiros em cargos e empregos públicos, na Lei n.º 10.228/94, no Decreto n.º 44.300/06, alterado pelo Decreto n.º 46.656/09 e consolidados pela Lei n.º 13.320/09, na Lei Federal n.º 10.741/03, na Lei n.º 14.147/12, na Lei n.º 13.153/09, na Lei n.º 14.540/14, no Decreto n.º 48.598/11, bem como pelas normas e instruções constantes neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os Concursos Públicos destinam-se ao provimento de 240 (duzentos e quarenta) vagas e formação de Cadastro Reserva, conforme consta no Anexo I deste Edital.

1.1.1. A lotação dos cargos se dará no âmbito das Secretarias de Estado que compõem a Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a necessidade da Administração.

1.1.2. Os candidatos aprovados para o cargo de Engenheiro poderão ser nomeados para exercer suas atribuições em quaisquer das 28 (vinte e oito) Coordenadorias Regionais de Obras Públicas. Os candidatos aprovados para o cargo de Guarda-Parque poderão ser nomeados para quaisquer das 23 (vinte e três) Unidades de Conservação. Os candidatos aprovados para o cargo de Técnico Ambiental poderão ser nomeados para quaisquer das 26 (vinte e cinco) Agências Regionais de Licenciamento Florestal e quaisquer das 23 (vinte e três) Unidades de Conservação.

1.1.3. As Coordenadorias Regionais de Obras Públicas, as Unidades de Conservação e as Agências Regionais de Licenciamento Florestal são constituídas pelas localidades especificadas no Anexo II deste Edital.

1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

1.2.1. As atribuições dos cargos estão definidas no Anexo III deste Edital.

1.3. DAS PROVAS

1.3.1. Os Concursos Públicos serão de Provas Objetivas de caráter classificatório e eliminatório, conforme o Anexo IV deste Edital.

1.4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

O valor da taxa de inscrição será de acordo com a escolaridade exigida para cada um dos cargos, conforme consta no Anexo I deste Edital.

Nível de escolaridade exigido para o cargo	Valor
--	-------

Nível Superior	R\$ 145,21
Nível Médio/Técnico	R\$ 63,69

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial das informações referentes a estes Concursos Públicos, até a homologação de seus resultados finais, dar-se-á através de publicações de editais ou avisos. Essas informações, bem como os editais, avisos e listagens de resultados estarão à disposição dos candidatos nos seguintes locais:

- a) na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, na Av. Praia de Belas n.º 1595, em Porto Alegre/RS;
- b) na internet: www.fdrh.rs.gov.br e www.sarh.rs.gov.br.

2.2. Após a homologação final dos Concursos Públicos, os avisos e editais de convocação estarão à disposição somente na internet no endereço www.sarh.rs.gov.br.

2.3. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da divulgação das informações referentes ao Concurso Público em que se inscreveu.

2.4. Para auxiliar os candidatos no esclarecimento de suas dúvidas, a FDRH disponibiliza:

- a) o **Perguntas Frequentes** no site da FDRH - www.fdrh.rs.gov.br;
- b) o e-mail: concursospublicos-sarh2014@fdrh.rs.gov.br, disponível até a homologação dos resultados finais das Provas Objetivas dos Concursos Públicos.

3. DAS INSCRIÇÕES E SUAS CONDIÇÕES

3.1. Período:

As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela Internet, de **16 de junho até às 18 (dezoito) horas do dia 15 de julho de 2014**, através do site www.fdrh.rs.gov.br.

3.2. Informações:

Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento de todo este Edital, com seus Anexos e certificar-se de que preenche os requisitos exigidos para a nomeação previstos no item 10.2 e 10.3 deste Edital.

3.3. Procedimentos para realizar a inscrição e para o recolhimento do valor da taxa de inscrição:

3.3.1. O candidato, para realizar sua inscrição, deverá estar cadastrado ou se cadastrar no Portal da FDRH, site www.fdrh.rs.gov.br. As inscrições deverão ser realizadas somente via Internet, através deste Portal, no período de **16 de junho até às 18 (dezoito) horas do dia 15 de julho de 2014**, O candidato deverá preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição que se encontra nesse endereço.

3.3.1.1. Deverá constar no cadastro do candidato e, conseqüentemente, no Formulário de Inscrição, o número do Documento de Identidade que tenha fé pública. Para fins destes Concursos Públicos, são considerados documentos de identidade: as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia e assinatura, na forma da Lei Federal n.º 9.503/97. O documento, cujo número constar no Formulário Eletrônico de Inscrição, deverá ser, preferencialmente, apresentado no momento da identificação do candidato para a realização da Prova.

3.3.2. Cada candidato poderá inscrever-se somente para um Concurso, indicando se necessita de atendimento especial e se concorre ou não a alguma cota (Pessoas com Deficiência - PD ou Pessoas Negras e Pardas - PNP).

3.3.3. Ao final da inscrição, o candidato deverá optar em gerar a Guia de Arrecadação para pagamento no BANRISUL ou no BANCO DO BRASIL. O candidato deverá observar o horário de recebimento do meio a ser utilizado para fins de pagamento. O pagamento deverá ser feito, impreterivelmente, até o dia 16 de julho de 2014. A FDRH, em hipótese alguma, processará qualquer registro de pagamento em data posterior.

3.3.4. O candidato terá sua inscrição efetivada somente quando a FDRH receber a confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição. A FDRH não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de

comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.3.5. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após o dia 16 de julho de 2014, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga fora do prazo.

3.3.6. O candidato negro/pardo ou com deficiência, caso tenha intenção de fazer uso da reserva de vagas a que tem direito, deverá indicar a sua opção no Formulário Eletrônico de Inscrição. Caso não indique a sua opção no Formulário Eletrônico de Inscrição, preenchendo as outras exigências deste Edital, terá a sua inscrição homologada sem direito à reserva de vaga.

3.3.7. O candidato com deficiência e o candidato negro ou pardo deverá optar por apenas uma das categorias de reserva de vagas.

3.3.8. Os candidatos com deficiência, além de assinalar no Formulário Eletrônico de Inscrição a sua opção em concorrer à reserva de vagas para pessoas com deficiência deverão, também, encaminhar, até o dia 16 de julho de 2014, um laudo médico indicando a espécie e o grau ou o nível de deficiência com a expressa referência da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, carimbado e assinado pelo médico, com o registro no Conselho Regional de Medicina (O Modelo de Laudo Médico se encontra no Anexo V deste Edital).

3.3.9. O laudo médico a ser entregue, que comprove a deficiência do candidato, deverá ser original ou cópia autenticada em Cartório, deverá ter sido expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital e deverá atender as exigências contidas no subitem 3.3.8 e subitem 4 deste Edital.

3.3.10. Os candidatos com deficiência que não encaminharem o laudo médico, no prazo e condições indicadas neste Edital, terão a sua inscrição homologada sem direito à reserva de vaga.

3.3.11. Ainda que não haja reserva de vagas para determinados cargos nestes Concursos é admitida a inscrição de candidato na condição de pessoa com deficiência ou pessoas negras ou pardas, uma vez que a convocação para o preenchimento de eventuais outras vagas a serem oferecidas dentro do prazo de validade dos Concursos, deverá ser realizada respeitando lista especial. Desta forma, para concorrer à reserva de vagas, o candidato com deficiência e o candidato negro ou pardo deverá assinalar a sua opção no Formulário Eletrônico de Inscrição.

3.3.12. A solicitação de condições especiais para a realização da prova será analisada pela comissão dos Concursos Públicos da FDRH, levando em consideração critérios de razoabilidade e viabilidade.

3.4. Recolhimento do valor da taxa de inscrição:

3.4.1. O pagamento do valor da taxa de inscrição deverá ser efetuado, conforme o previsto no subitem 3.3.3. deste Edital.

3.5. Isenção do pagamento da taxa de inscrição para pessoas com deficiência:

3.5.1. Para obter isenção do pagamento da taxa de inscrição prevista na Lei Estadual nº 13.153/2009, o candidato portador de deficiência deverá apresentar ou encaminhar:

- a) O Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição (Modelo Anexo VI), devidamente preenchido;
- b) Cópia reprográfica da Carteira de Identidade;
- c) Laudo Médico fornecido por profissional cadastrado no respectivo Conselho (original ou cópia autenticada em Cartório) esclarecendo o tipo e grau da deficiência, a especificação da CID, bem como a provável causa da deficiência, o número do registro do médico no Conselho Regional de Medicina, nome e assinatura do mesmo, devendo ter sido expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital (Modelo Anexo V);
- d) Comprovante de renda mensal do candidato, que recebe até um salário mínimo e meio nacional *per capita* e certidão de nascimento/casamento dos dependentes. Caso o candidato dependa financeiramente de outra(s) pessoa(s) deverá apresentar o comprovante de renda mensal individual atualizado dessa(s) pessoa(s), indicando os nomes e grau de parentesco dos integrantes da família. Deverá conter, ainda, cópia dos documentos de identidade ou certidão de nascimento de todos os integrantes da família.

3.5.2. Os documentos para obter a isenção de pagamento da taxa de inscrição deverão ser entregues ou encaminhados no período de 16 a 30 de junho de 2014 da mesma forma estabelecida para o encaminhamento do laudo médico, conforme consta no subitem 4.6. deste Edital.

3.5.3. A veracidade das informações prestadas no Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição e da documentação apresentada será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, a qualquer momento, inclusive, penalmente, por qualquer falsidade, nos termos dos arts. 299 e 304 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.

3.5.4. Não será concedida isenção de pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar ou falsificar documentação;
- c) pleitear a isenção, sem apresentar os documentos previstos no subitem 3.5.1. deste Edital;
- d) não observar o local, o prazo e os horários estabelecidos nos subitens 3.5.2. e 4.6. deste Edital.

3.5.5. Não será permitida, após a entrega do Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

3.5.6. Até o dia 04 de julho de 2014, será divulgado nos sites: www.fdrh.rs.gov.br e www.sarh.rs.gov.br, um Comunicado informando os nomes dos candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição.

3.6. Regulamentação das inscrições:

a) Não se exigirá do candidato, na inscrição, a cópia de qualquer documento, exceto para o candidato a vaga reservada a Pessoas com Deficiência que solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, conforme subitem 3.5., sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no ato de inscrição, sob as penas da lei;

b) Não serão homologadas as inscrições pagas com cheque ou agendamento sem a devida provisão de fundos, e nem reapresentados, assim como as que não observarem o exigido para a inscrição, previsto no item 3 deste Edital;

c) Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de cargo/especialidade ou área;

d) Não é permitida a inscrição para mais de um Concurso. Caso isso ocorra, dentre as inscrições pagas, será homologada a inscrição de maior número e não haverá devolução do valor da inscrição não homologada;

e) Por ocasião da nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar os documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos fixados no subitem 10.2 e 10.3 deste Edital e outros que a legislação exigir;

f) Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile ou em caráter condicional;

g) O candidato é responsável pelas informações prestadas no seu cadastro no Portal dos Concursos e no Formulário Eletrônico de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento desses documentos;

h) Não haverá devolução do valor da taxa de inscrição paga, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, não tenha sua inscrição homologada, exceto em caso de anulação dos Concursos;

i) O candidato ao preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição reconhece, automaticamente, a declaração constante neste documento, confirmando que está de acordo com as normas e condições previstas neste Edital, em seus Anexos e na legislação pertinente.

j) não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição, exceto os previstos pela Lei Estadual n.º 13.153/2009.

3.7. Homologação e indeferimento das inscrições:

3.7.1. A homologação do pedido de inscrição será dada a conhecer aos candidatos por meio de edital, no qual será divulgado o motivo do indeferimento (exceto dos não pagos), conforme o estabelecido no item 2 deste Edital. Da não homologação cabe recurso, que deverá ser formulado, conforme o previsto no item 8 deste Edital.

3.7.2. O candidato deve verificar se possui os requisitos exigidos para a vaga que almeja no Concurso, pois a homologação das inscrições não abrange os requisitos que devem ser comprovados somente por ocasião da nomeação, tais como escolaridade e outros previstos nos subitens 10.2 e 10.3 deste Edital. Nessa ocasião, esses documentos serão analisados e somente serão aceitos se estiverem de acordo com as normas previstas neste Edital.

3.7.3. Será indeferida a inscrição do candidato que não preencher os campos do Formulário Eletrônico de Inscrição, de forma completa e correta.

4. DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do art. 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição para o cargo em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.2. A participação das pessoas com deficiência nestes Concursos Públicos se dará em conformidade ao disposto na Lei Estadual n.º 10.228, de 06 de julho de 1994 e nos Decretos Estaduais n.ºs 44.300, de 20 de fevereiro de 2006, e 46.656, de 01 de outubro de 2009, e consolidados pela Lei Estadual n.º 13.320, de 21 de dezembro de 2009.

4.3. No Anexo I deste Edital o candidato poderá verificar as vagas previstas para portadores de deficiência para cada Concurso. É assegurado 10% das vagas no presente Concurso, desde que as atribuições do cargo/especialidade sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, conforme legislação do subitem 4.2.

4.4. O candidato com deficiência que necessitar de algum atendimento especial para a realização da Prova Objetiva deverá declará-lo no Formulário Eletrônico de Inscrição para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência, conforme subitem 3.3.11.

4.5. Ao preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deve informar se é pessoa com deficiência ou não. Se o candidato informar que é pessoa com deficiência, deverá providenciar o laudo médico que comprove a sua deficiência. O laudo médico deverá atender aos requisitos dispostos nos subitem 3.3.8 e 3.3.9 deste Edital, devendo ser encaminhado na forma e no período constante no subitem 4.6 deste Edital.

4.6. Local de entrega do laudo médico ou forma de encaminhamento por SEDEX:

a) O laudo médico (Modelo no Anexo V deste Edital) poderá ser entregue diretamente na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH, situada na Av. Praia de Belas, 1595, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, no horário das 9h às 11h30min e das 14h às 17h, no **período de 16 de junho a 16 de julho de 2014, em dias úteis;**

b) Se o candidato o desejar, poderá encaminhar o laudo médico pelo Correio, **somente por meio de SEDEX**, à Divisão de Concursos Públicos da FDRH, no prazo constante na alínea "a" deste subitem e no endereço abaixo indicado.

Endereço para encaminhamento por SEDEX:

*Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH
Concurso Público da SARH - 2014
Avenida Praia de Belas, 1595
Bairro Menino Deus
Porto Alegre/RS - CEP. 90.110-001*

No caso de remessa por SEDEX, vale a data que consta no carimbo de postagem do Correio, devendo estar dentro do prazo indicado na alínea "a" deste subitem.

4.7. Os candidatos deverão anexar ao laudo médico os seguintes dados de identificação: nome completo, n.º de inscrição e cargo/especialidade ou área para o qual concorrem.

4.8. Os candidatos que não atenderem ao disposto nos subitens 4.1. a 4.7. não serão considerados como pessoa com deficiência e não terão direito à reserva de vagas.

4.9. As pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, horário e local de realização das provas.

4.10. Não ocorrendo a aprovação de candidatos com deficiência para o preenchimento de vagas destinadas para os cargos/especialidades ou área, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no respectivo Concurso.

4.11. Homologação das Inscrições dos Candidatos com Deficiência

4.11.1. Para os candidatos com deficiência, a homologação das inscrições se dará em dois momentos:

a) a homologação preliminar que possibilita ao candidato a prestar a Prova Objetiva concorrendo às vagas reservadas aos candidatos com deficiência;

b) e a homologação final, que será realizada após a aprovação do candidato na Prova Objetiva.

4.11.2. Para fins da homologação preliminar dos candidatos com deficiência, será considerada a

apresentação do Laudo Médico (atestado) e a análise deste documento quanto à data de expedição, à especificação da CID, ao tipo e grau da deficiência, nome, assinatura e n.º de cadastro do médico no Conselho Regional de Medicina.

4.11.3. A homologação final do candidato com deficiência se dará após a publicação dos resultados da Prova Objetiva, quando os laudos dos candidatos serão avaliados por uma Comissão Especial indicada especificamente para essa atividade, conforme prevê o artigo 18, do Decreto Estadual n.º 46.656/2009.

4.11.4. A homologação final do candidato inscrito com deficiência, após a avaliação determinada no subitem 4.11.3. deste Edital se dará da seguinte forma:

- a) Homologada como candidato com deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal desempenho de todas as atividades do cargo.
- b) Homologada, sem direito à reserva de vagas, em razão da não apresentação do laudo médico no prazo estabelecido em Edital, ou pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos nos Decretos Estaduais n.ºs 44.300/2006 e 46.656/2009, que caracterizam as pessoas com deficiência.
- c) Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições do cargo a que concorre, ficando então o candidato excluído do Concurso para o qual se inscreveu.

4.11.5. A comprovação da deficiência e a análise de sua compatibilidade com as atribuições do cargo, para fins deste Concurso, serão feitas em conformidade com as normas previstas nos Decretos Estaduais n.ºs 44.300/2006 e 46.656/2009.

4.11.6. Caso a avaliação, prevista no item 4.11.5, conclua pela incompatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições do cargo, o candidato será eliminado do Concurso.

4.11.7. A Perícia Médica será realizada sem o envolvimento da FDRH.

4.12. A Comissão Especial, após a prestação das provas e para o processo de nomeação, acompanha tecnicamente o candidato com deficiência, visando garantir a compatibilidade das atribuições da unidade de trabalho e das atividades do cargo com a sua deficiência.

4.13. Será exonerado a pessoa com deficiência que, no decorrer do período de experiência, tiver verificada a incompatibilidade de sua deficiência com as atribuições do cargo.

4.14. Após a nomeação do candidato no cargo, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

4.15. Havendo parecer médico oficial contrário à condição de deficiente, o nome do candidato será excluído da listagem correspondente.

4.16. Não ocorrendo aprovação de candidatos deficientes em número suficiente para preencher as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no respectivo Concurso.

5. DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS NEGROS E PARDOS:

5.1. Nos termos da diretriz estabelecida pelo art. 1º da Lei Estadual n.º 14.147, de 19 de dezembro de 2012, fica assegurada aos candidatos negros e pardos a reserva de 16% (dezesesseis por cento) das vagas do Concurso. (IBGE/Censo Demográfico 2010).

5.2. Para efeitos do previsto neste Edital, considerar-se-á negro ou pardo aquele que assim se declare expressamente no momento da inscrição, ou seja, quando do preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição assinalar que deseja concorrer à reserva de vaga para este fim.

5.3. Não ocorrendo aprovação de candidatos negros ou pardos em número suficiente para ocupar os 16% (dezesesseis por cento) das vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados nestes Concursos.

5.4. O percentual de 16% das vagas reservadas aos candidatos negros ou pardos será observado ao longo do período de validade do Concurso Público, para as vagas que surgirem ou que forem criadas.

5.5. O candidato negro ou pardo que não realizar a inscrição conforme instruções constantes nos subitens 3.3.6 e 3.3.7 não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

5.6. O candidato negro ou pardo participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.

5.7. Para efeitos destes Concursos Públicos, caso queira concorrer à reserva de vagas para negros ou pardos, deverá inscrever-se optando por esta condição.

5.8. As informações fornecidas pelos candidatos são de sua responsabilidade e ficarão nos registros

cadastrais de ingresso.

6. DAS PROVAS

6.1. Os Concursos Públicos serão constituídos de Provas Objetivas versando sobre áreas de conhecimento, conforme consta no Anexo IV deste Edital, sendo de caráter eliminatório e classificatório e serão aplicadas em 01 (um) turno.

6.2. O número de questões, o valor de cada questão e as notas mínima e máxima está especificado no Anexo IV deste Edital.

6.3. As Provas Objetivas serão valoradas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Para aprovação nos Concursos, os candidatos deverão acertar o número mínimo de questões exigidas nas áreas de conhecimento de caráter eliminatório, conforme Anexo II deste Edital e 50% (cinquenta por cento) do total das questões da Prova Objetiva, sendo eliminados do certame os candidatos que não atingirem tal percentual.

6.4. A nota final do candidato será igual à soma dos pontos obtidos em cada área de conhecimento, conforme previsto no Anexo IV deste Edital.

6.5. Os programas e bibliografia das Provas Objetivas encontram-se especificados no Anexo VII deste Edital.

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1. As provas serão realizadas na cidade de Porto Alegre, em local, data e horário a serem fixados em edital, publicado conforme o previsto no item 2 deste Edital, no prazo mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da data das provas, as quais terão duração de 4 (quatro) horas. Não serão encaminhados informativos individuais sobre o local, data e horário das provas aos candidatos.

7.2. A critério da SARH as provas poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, inclusive em sábado, domingo ou feriado.

7.3. O candidato deverá comparecer ao local das provas com a antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para início das mesmas, com Documento de Identidade e caneta esferográfica de ponta grossa com tinta azul ou preta.

7.4. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o Documento de Identidade, tais como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social; e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, dentro do prazo de validade, na forma de Lei Federal n.º 9.503/1997). O documento de identidade deve estar em boas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato. Deverá ser apresentado, preferencialmente, o documento cujo número e nome do candidato constem no Formulário Eletrônico de Inscrição.

7.5. Não será permitida a entrada, no prédio de realização das provas, do candidato que se apresentar após dado o sinal sonoro indicativo de início das provas.

7.6. Não será permitida a entrada, na sala de provas, do candidato que se apresentar após o sinal sonoro indicativo de início das provas, salvo se acompanhado por fiscal da Coordenação dos Concursos.

7.7. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. Também não serão aplicadas provas fora do local e horário fixados por edital.

7.8. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local onde forem aplicadas as provas, exceto no caso de lactantes.

7.9. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira antecipadamente, observando os procedimentos a seguir:

- a) A lactante deverá entregar sua solicitação com antecedência de até cinco dias úteis da data da realização da Prova Objetiva, na FDRH, Av. Praia de Belas, 1595, Porto Alegre, no horário da 9h às 11h30min e das 14h às 17h. Se preferir pode encaminhar, via SEDEX, para este endereço, sendo que a data de postagem não poderá ultrapassar a data constante neste subitem, sob a pena de não ser atendida;

b) A candidata lactante deverá, no dia da prova, apresentar-se à Coordenação do Concurso para que a criança e o acompanhante sejam conduzidos a uma sala reservada, na qual os mesmos permanecerão durante o período da realização da prova. A guarda da criança é responsabilidade da candidata e do acompanhante por ela indicado. A FDRH não disponibiliza responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização de sua prova.

7.10. Nos horários previstos para amamentação a lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

7.11. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

7.12. Para ingressar na sala de provas, o candidato receberá um saco plástico, no qual deverá colocar todos os seus pertences: livros, apostilas, bolsa, carteira, boné, gorro, capanga, calculadora, relógio com calculadora, rádio, telefone celular (desligado e sem alarme), bip, ou qualquer outro aparelho receptor de mensagem (desligado). Este saco plástico deverá ser fechado e colocado no chão, embaixo da cadeira/classe do candidato.

7.13. Não será permitido utilizar óculos escuros, chapéu, boné, touca, luvas ou outros acessórios que cubram as orelhas ou parte do rosto. Estes, se portados, deverão ser também colocados no saco plástico.

7.14. Durante a realização das provas, não será permitida a comunicação entre os candidatos, nem consultas de quaisquer espécies, bem como o uso de qualquer aparelho eletrônico (bip, telefone celular, mobi, relógio do tipo data bank, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, receptor, gravador, fones de ouvido, prótese auditiva, calculadora financeira ou científica). O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva e não puder retirá-la durante a realização das provas, deverá solicitar atendimento em sala especial.

7.15. O candidato deverá assinalar suas respostas na Folha de Respostas com caneta esferográfica de ponta grossa, com tinta azul ou preta.

7.16. Não serão computadas as questões não assinaladas na Folha de Respostas e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

7.17. Ao entregar a Folha de Respostas, o candidato não poderá alterar quaisquer das alternativas marcadas.

7.18. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto da Folha de Respostas.

7.19. Será excluído do Concurso, mediante o preenchimento do Formulário do Termo de Infração, o candidato que:

a) Perturbar de qualquer modo a execução dos trabalhos;

b) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização das provas, comunicando-se com outro candidato, bem como se utilizando de consultas, de celular ou de outro equipamento de qualquer natureza;

c) Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa de sua realização.

7.20. O candidato só poderá se retirar do recinto das provas após 1 (uma) hora do início das mesmas.

7.21. O candidato só poderá levar o caderno de provas após decorridas 2 (duas) horas do início das provas.

7.22. O candidato não poderá se ausentar da sala de provas, a não ser momentaneamente, em casos excepcionais, e na companhia de fiscal.

7.23. No recinto de provas não será permitido ao candidato entrar ou permanecer com armas.

7.24. O candidato que tiver os seus documentos furtados ou roubados deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias de antecedência da data da prova.

7.25. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal da sala a Folha de Respostas preenchida e assinada. Se assim não proceder, será excluído do Concurso.

8. DA PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1. A homologação das inscrições, os gabaritos, as listas contendo os resultados das Provas Objetiva e as respostas aos recursos, bem como a homologação dos Concursos serão divulgados através de editais ou avisos publicados, conforme prevê o item 2 deste Edital.

8.2. O candidato poderá interpor recurso administrativo, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do

primeiro dia útil subsequente ao da divulgação dos respectivos editais, em relação:

- a) às inscrições não homologadas;
- b) ao gabarito da Prova Objetiva;
- c) às notas obtidas na Prova Objetiva;

8.3. O requerimento de recurso administrativo deverá ser dirigido à Comissão de Concursos e terá seu regramento quanto à forma, data e local de encaminhamento estabelecido em edital próprio.

8.4. O deferimento ou indeferimento dos recursos será publicado conforme prevê o item 2 deste Edital.

8.5. Não haverá recurso de reconsideração para qualquer fase dos Concursos.

8.6. O gabarito divulgado após a Prova Objetiva será de forma preliminar, podendo sofrer alterações, por força da análise dos recursos, referentes à troca de alternativa correta ou anulação de questões. O Gabarito Oficial será divulgado após a análise dos recursos.

8.7. A correção das Folhas de Respostas da Prova Objetiva será feita de acordo com o Gabarito Oficial (após os recursos).

8.8. Na hipótese de anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

8.9. Na hipótese de alteração de gabarito, somente o candidato que tiver marcado a alternativa considerada correta, após a fase de recurso do gabarito, receberá a respectiva pontuação.

8.10. As respostas aos recursos ficarão à disposição dos candidatos somente na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Av. Praia de Belas, 1595 - Porto Alegre, onde os interessados poderão ter vistas aos seus recursos, no prazo estabelecido em edital. Não serão oferecidas vistas em outro local ou fora do prazo estabelecido.

9. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1. Da Aprovação na Prova Objetiva:

9.1.1. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver o número mínimo de questões exigidas nas áreas de conhecimento de caráter eliminatório, conforme Anexo II deste Edital e obtiver 50% de acertos sobre o total das questões da Prova Objetiva.

9.1.2. A classificação dos candidatos aprovados dar-se-á, depois de esgotada a fase recursal, pela ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.1.3. Será feita uma Lista de Classificação Final dos candidatos para cada cargo/especialidade ou área.

9.1.4. A publicação dos resultados da classificação será realizada em 3 (três) listas. A primeira conterá a classificação de todos os candidatos aprovados em ordem crescente de classificação por Concurso, incluindo os candidatos com deficiência e os candidatos negros ou pardos; a segunda conterá exclusivamente candidatos deficientes; e a terceira conterá exclusivamente os candidatos negros ou pardos.

9.2. Dos Critérios de Desempate para a Classificação Final

9.2.1 Caso os candidatos concorrentes no mesmo cargo/especialidade ou área obtenham idêntico número de pontos na NOTA FINAL, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) Idade mais elevada dos candidatos com 60 (sessenta) anos ou mais, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n.º 10.741/2003, até a data da Prova Objetiva;
- b) Possuir nacionalidade brasileira, no caso de haver candidato estrangeiro em situação de empate, conforme o estabelecido no parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 13.763/2011;
- c) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;
- d) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;
- e) Maior nota na Prova de Legislação, quando houver;
- f) Maior nota na Prova de Informática.

9.2.2. Persistindo o empate, após aplicadas as regras do subitem 9.2.1., o desempate se fará por meio de sorteio público, com chamamento dos interessados para presenciarem o ato, mediante edital publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de três dias úteis da data de sua realização.

10. DA NOMEAÇÃO E POSSE

10.1. A nomeação para o cargo/especialidade ou área a ser publicada no Diário Oficial do Estado se dará, conforme a necessidade da Administração de acordo com as vagas existentes e de outras que vierem a surgir, observado o prazo de validade do Concurso, seguindo rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados na forma da lei. Nos cargos/especialidades ou áreas em que há Cadastro Reserva, os candidatos aprovados serão convocados, conforme a Lista de Classificação Final, atendendo a necessidade da Administração.

10.1.1. Para os cargos/especialidades (Engenheiro, Guarda-Parque e Técnico Ambiental) onde houver vagas para diferentes municípios, o preenchimento destas vagas se dará por opção dos candidatos nomeados, obedecendo a rigorosa ordem da Lista de Classificação Final.

10.2. Para ter efetuada a nomeação, o candidato deve possuir os requisitos abaixo relacionados e apresentar os documentos correspondentes, os quais somente serão válidos se o candidato tiver adquirido o direito a eles nos prazos previstos neste Edital (os documentos podem ser expedidos em data posterior, mas os candidatos devem fazer jus a eles até as datas previstas neste Edital). Tais requisitos são os seguintes:

- a) Em se tratando de candidato com deficiência, ter sido considerado apto na avaliação realizada pela Comissão Especial designada, pela SARH, atendendo a legislação específica;
- b) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas contidas no art. 12 da Constituição Federal, cujo processo de naturalização tenha sido encerrado dentro do prazo das inscrições, ou ser estrangeiro em situação regular no território nacional, dentro do prazo das inscrições, e conforme o estabelecido na Lei Complementar Estadual n.º 13.763/2011;
- c) Estar em dia com o Serviço Militar, quando do sexo masculino, até a data da nomeação;
- d) Estar em dia com as obrigações eleitorais até a data da nomeação;
- e) Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da nomeação;
- f) Possuir a escolaridade exigida, a habilitação legal para o exercício do cargo e atender aos requisitos conforme estabelece o Anexo I deste Edital, até a data da nomeação;
- g) Ser aprovado em exame médico admissional;
- h) Apresentar a documentação, conforme estabelecido no item 10.3 deste Edital.
- i) Estar aprovado no cargo/especialidade ou área do Concurso Público para o qual se inscreveu.
- j) Não ter sido condenado em processo administrativo disciplinar em órgão integrante da administração pública direta ou indireta, nos cinco anos anteriores à data de publicação deste Edital. Conforme o subitem 12.2 deste Edital, uma vez constatada a existência de condenação penal ou condenação em processo disciplinar administrativo, a inscrição do candidato neste Concurso Público será, a qualquer tempo, tornada sem efeito e, conseqüentemente, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

10.3. Da apresentação dos documentos para nomeação:

Os candidatos serão nomeados através de edital próprio, publicado no Diário Oficial do Estado e serão comunicados através de correspondência com AVISO DE RECEBIMENTO - AR. A partir da data de publicação da nomeação, terão o prazo de 15 (quinze) dias, para manifestar o seu interesse em relação à posse, portando a seguinte documentação:

- a) Certificado de Reservista ou outro documento de regularidade de situação militar, se do sexo masculino - original e cópia;
- b) Carteira de Identidade – original e cópia;
- c) Documento oficial que contenha o CPF – original e cópia;
- d) Nº do PIS/PASEP (se cadastrado);
- e) Título de Eleitor e último comprovante de votação ou justificativa – original e cópia;
- f) Comprovante de escolaridade - original e cópia (os documentos podem ser expedidos em data posterior, mas os candidatos devem fazer jus aos mesmos até a data da nomeação);
- g) Registro no órgão de classe – original e cópia, de acordo com o exigido para o Concurso (ver Anexo I deste Edital);
- h) Laudo médico pericial para ingresso no serviço público fornecido por Junta Médica indicada pela SARH - original;
- i) Alvará de Folha Corrida expedido pelo Poder Judiciário – original;
- j) Comprovante de residência – original e cópia;
- k) Comprovante de exoneração de cargo ou emprego público ou protocolo de pedido, no caso de

acúmulo de cargo/função pública não previsto na Constituição Federal – cópia;

10.4. A SARH nomeará os concursados de acordo com as necessidades dos serviços do seu Quadro de Pessoal, observado o prazo de validade dos Concursos.

10.5. A nomeação será feita nos termos da Lei Nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994.

10.6. No caso de serem autorizadas, posteriormente, mais vagas, e/ou vierem a surgir vagas em virtude de vacância ou criação de vagas, para os cargos/especialidades ou áreas dos Concursos previstos neste Edital, essas poderão ser preenchidas por candidatos aprovados nos respectivos Concursos e que ainda não tenham sido aproveitados, respeitando-se sempre a ordem de classificação e o prazo de validade dos Concursos.

11. DA VALIDADE

O prazo de validade para o aproveitamento dos candidatos aprovados será de 02 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação dos resultados finais destes Concursos Públicos no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, podendo ser prorrogados, por igual período, a critério da SARH.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Ao efetuar a sua inscrição o candidato assume o compromisso de aceitar as condições estabelecidas neste Edital e na Legislação pertinente.

12.2. Qualquer inexatidão e/ou irregularidades constatadas nas informações e nos documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado e homologado o Concurso e embora o candidato tenha obtido aprovação, levará à eliminação deste, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes de sua inscrição.

12.3. A inobservância, por parte do candidato, de qualquer prazo estabelecido em convocações será considerada como desistência.

12.4. Os termos deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da homologação das inscrições, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

12.5. É de responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a estes Concursos Públicos, no Diário Oficial do Estado e na Internet, nos endereços eletrônicos www.fdrh.rs.gov.br e www.sarh.rs.gov.br.

12.6. A SARH e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH não se responsabilizam pelas publicações, apostilas e outros materiais elaborados por terceiros, a partir deste Edital e seus anexos.

12.7. Os candidatos serão aproveitados observando-se, estritamente, a ordem de classificação final e as necessidades da Administração.

12.8. O candidato aprovado no Concurso Público será nomeado por meio do Diário Oficial do Estado.

12.9. No impedimento de assumir a vaga quando da nomeação, o candidato poderá formalizar solicitação de remanejamento para o final da Lista de Classificação do respectivo Concurso, a fim de ser nomeado novamente, mais uma única vez, desde que o Concurso se encontre em validade e todos os candidatos do respectivo Concurso tenham sido nomeados em primeira chamada e houver necessidade e conveniência da Administração.

12.10. No caso de não comparecimento do candidato na data de apresentação estabelecida na correspondência de nomeação, e não ocorrendo a solicitação de remanejamento para o final da Lista de Classificação do respectivo cargo/especialidade ou área, prevista no item 12.9, deste Edital, ficará o candidato automaticamente excluído do Concurso.

12.11. Alterações de endereço devem ser comunicadas, sob pena de, não sendo encontrados, serem os candidatos excluídos do respectivo Concurso:

- a) Até a data da homologação do Concurso, a alteração de endereço deve ser realizada, no Portal dos Concursos, em "Meu Cadastro", no site da FDRH, www.fdrh.rs.gov.br.
- b) Após a data da homologação do Concurso, a alteração de endereço dos candidatos aprovados deve ser comunicada à SARH, através de e-mail: dirhu-deorg@sarh.rs.gov.br, pessoalmente ou por correspondência no endereço abaixo:

*Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH
Divisão de Planejamento de Recursos Humanos
Avenida Borges de Medeiros, 1501
Bairro Praia de Belas
Porto Alegre/RS - CEP. 90.119-900*

12.11.1. Na alteração de endereço, encaminhada após a homologação do Concurso, deverá constar, além do novo endereço, os seguintes dados:

- Nº inscrição do candidato.
- Nome completo do candidato.
- Nº do documento de identidade e CPF.
- Cargo/especialidade ou área para a qual se inscreveu.

12.12. O candidato aprovado e nomeado em caráter efetivo será submetido ao Estágio Probatório de 3 (três) anos, durante o qual será verificada a conveniência ou não de sua confirmação no cargo, em conformidade com a legislação vigente e as normas internas da SARH.

12.13. As inscrições de que trata este Edital implicam o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e seu compromisso tácito de aceitar as condições de sua realização tais como se acham estabelecidas no presente Edital e na Legislação.

12.14. A habilitação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser nomeado segundo as vagas existentes e a conveniência da Administração, na ordem de classificação, ficando a concretização desse ato condicionada às disposições pertinentes, sobretudo à necessidade e às possibilidades da Administração.

12.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário da SARH, ouvida a Comissão dos Concursos composta pela FDRH e pela SARH.

12.16. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Quadro demonstrativo do nº dos concursos, dos cargos, da carga horária semanal, vencimentos, das vagas de ampla concorrência, do cadastro de reserva - CR, das vagas para pessoas com deficiência - PD e pessoas negras ou pardas - PNP e dos requisitos obrigatórios.

ANEXO II - Coordenadorias Regionais de Obras Públicas, Unidades de Conservação e Agências Regionais de Licenciamento Florestal.

ANEXO III - Atribuições dos Cargos/Especialidades ou Áreas.

ANEXO IV - Quadro demonstrativo das Áreas de Conhecimento da Prova Objetiva, do caráter eliminatório e/ou classificatório, do n.º de questões, do valor das questões, de acertos mínimos, da pontuação mínima exigida para a aprovação e da pontuação máxima.

ANEXO V - Modelo de Laudo Médico para candidato que deseja concorrer à reserva de vaga para Pessoas com Deficiência.

ANEXO VI - Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição para candidatos Portadores de Deficiência.

ANEXO VII - Programas e Bibliografias indicados para as Provas Objetivas.

Porto Alegre, 29 de maio de 2014.

Alessandro Barcellos,
Secretário da Administração e dos Recursos Humanos

ANEXO I – Quadro demonstrativo do nº dos concursos, dos cargos, da carga horária semanal, vencimentos, das vagas de ampla concorrência - AC, do cadastro de reserva - CR, das vagas para pessoas com deficiência - PD e pessoas negras ou pardas - PNP e dos requisitos obrigatórios.

Quadro de Funcionários Técnico-científicos:						
Nº DO CONCURSO / CARGOS	CARGA HORÁRIA / VENCIMENTO	VAGAS AC	VAGAS PD	VAGAS PNP	TOTAL DE VAGAS	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS
01.14 Analista de Sistemas	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	4 + CR	1	1	6	Ensino Superior Completo em Ciências da Computação, Sistemas da Informação ou Engenharia da Computação e registro no respectivo órgão de classe.
02.14 Arquivista	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	1	0	2	Ensino Superior Completo em Arquivologia e registro no respectivo órgão de classe.
Assessor Administrativo / Especialidade:						
03.14 Administração	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Diploma de Bacharel em Administração.
04.14 Contabilidade	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	4 + CR	1	1	6	Diploma de Bacharel em Ciências Contábeis.
05.14 Direito	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	4 + CR	1	1	6	Diploma de Bacharel em Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais.
06.14 Economia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Diploma de Bacharel em Ciências Econômicas.
07.14 Gestão Pública	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Diploma de Bacharel em Geral, suplementado por Curso de Especialização em Administração ou Gestão Pública, com duração mínima de 360 horas, realizado em Instituição de Educação Superior devidamente credenciado pelo MEC.
08.14 Assistente Social	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	22 + CR	3	5	30	Ensino Superior Completo em Serviço Social e registro no respectivo órgão de classe.
09.14 Biólogo	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	5 + CR	1	1	7	Ensino Superior Completo em Ciências Biológicas e registro no respectivo órgão de classe.
Engenheiro / Área:						
10.14 Engenharia Ambiental	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	6 + CR	1	2	9	Ensino Superior Completo em Engenharia e registro no respectivo órgão de classe.

11.14 Engenharia Civil	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	50 + CR	4	8	62	
12.14 Engenharia Elétrica	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	3 + CR	1	1	5	
13.14 Engenharia Mecânica	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	4 + CR	1	1	6	
14.14 Engenharia de Minas	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	4 + CR	1	1	6	
15.14 Engenharia da Produção	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	4 + CR	1	1	6	
16.14 Engenharia do Trabalho	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	4 + CR	1	1	6	
17.14 Engenharia Rodoviária	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (5)	6 + CR	1	2	9	
18.14 Historiógrafo	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Diploma de Curso Superior de História, devidamente registrado.
19.14 Jornalista	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	2 + CR	1	0	3	Ensino Superior Completo em Jornalismo e registro no respectivo órgão de classe.
Médico / Área						
20.14 Cardiologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	2 + CR	1	1	4	Ensino Superior Completo em Medicina e registro no respectivo órgão de classe.
21.14 Clínica Geral	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	4 + CR	1	2	7	
22.14 Dermatologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
23.14 Ginecologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
24.14 Infectologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
25.14 Medicina do Trabalho	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
26.14 Oftalmotorrinolaringologia: Oftalmologista	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
27.14 Oftalmotorrinolaringologia: Otorrinolaringologista	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	

28.14 Oncologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
29.14 Ortopedia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
30.14 Pneumologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
31.14 Reumatologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
32.14 Traumatologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	
33.14 Médico de Perícia e Análise – Área Clínica Geral	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	3 + CR	1	1	5	Ensino Superior Completo em Medicina e registro no respectivo órgão de classe.
34.14 Médico de Perícia e Análise – Área Psiquiatria	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	3 + CR	1	1	5	Ensino Superior Completo em Medicina e registro no respectivo órgão de classe.
35.14 Psicólogo	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	6 + CR	1	1	8	Ensino Superior Completo em Psicologia e registro no respectivo órgão de classe.
36.14 Sociólogo	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Diploma de Bacharel ou de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, devidamente registrado.
Técnico Ambiental – Especialidade						
37.14 Biologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	CR	0	0	CR	Curso Superior Completo em Ciências Biológicas. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
38.14 Ecologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	0	0	1	Ensino Superior Completo suplementado por especialização em Ecologia. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
39.14 Engenharia Agrônoma	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	1	0	2	Curso Superior Completo em Agronomia ou Engenharia Agrônoma. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
40.14 Engenharia Florestal	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	0	1	2	Curso Superior Completo em Engenharia Florestal. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no

						mínimo.
41.14 Geologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	0	1	2	Curso Superior Completo Geologia ou Engenharia de Minas. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
42.14 Geoprocessamento	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	0	0	1	Ensino Superior Completo suplementado por especialização em Geoprocessamento. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
43.14 Gestor Ambiental	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	CR	0	0	CR	Curso Superior Completo em Gestão Ambiental ou Tecnologia em Gestão Ambiental. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
44.14 Hidrologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	0	0	1	Ensino Superior Completo suplementado por especialização em Hidrologia. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
45.14 Meteorologia	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	1 + CR	0	0	1	Curso Superior Completo em Meteorologia. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
46.14 Medicina Veterinária	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (6)	CR	0	0	CR	Curso Superior Completo em Medicina Veterinária. Registro no respectivo órgão de classe. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B, no mínimo.
47.14 Técnico em Turismo	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Diploma de Bacharel em Turismo, devidamente registrado.
48.14 Tradutor Intérprete	CH: 40 h/s R\$ 3.209,54 (4)	1 + CR	0	0	1	Ensino Superior Completo em Letras e registro no respectivo órgão de classe.

Quadro dos Técnicos de Nível Médio:

Nº DO CONCURSO / CARGOS	CARGA HORÁRIA / VENCIMENTO	VAGAS AC	VAGAS PD	VAGAS PNP	TOTAL DE VAGAS	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS
49.14 Técnico Agrícola	CH: 40 h/s R\$ 1.302,50 (3)	5 + CR	1	1	7	Curso específico de 2º grau (Ensino médio) de técnico agrícola, devidamente oficializado.

Quadro Geral

Nº DO CONCURSO / CARGOS	CARGA HORÁRIA / VENCIMENTO	VAGAS AC	VAGAS PD	VAGAS PNP	TOTAL DE VAGAS	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS
50.14 Guarda Parque	40 H/S* R\$ 962,81 (1)	3 + CR	1	1	5	Escolaridade: Ensino Médio. Possuir Carteira Nacional de Habilitação na Categoria mínima B.
51.14 Técnico em Segurança do Trabalho	CH: 40 h/s R\$ 1.302,50 (2)	1 + CR	1	0	2	Curso técnico de nível médio em Segurança do Trabalho. Habilitação legal para o exercício da profissão.

* As atribuições do cargo serão desenvolvidas no horário de 40 horas semanais de trabalho, podendo ser exigido o deslocamento para fora da Unidade de Conservação. O exercício do cargo sujeita o ocupante a plantão de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, sempre em serviço de vigilância, patrulhamento e fiscalização nas Unidades de Conservação do Estado do Rio Grande do Sul que estão sob sua guarda, podendo ser determinada a prestação de serviços à noite, aos domingos e feriados, mediante compensação prevista em lei.

Trabalho com direito a porte de arma permanente, observado o estabelecido na Lei Federal n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e no Decreto Federal n.º 5.123, de 1.º de julho de 2004.

(1) Recebe parcela autônoma de R\$280,00, Gratificação de risco de vida de 60% e GIDEAA de 60%, ambas sobre o básico;

(2) Recebe parcela autônoma de R\$143,00;

(3) Recebe Gratificação por Exercício das Atividades de Técnico Agrícola, cujo valor está fixado em R\$ 600,00 (seiscentos reais);

(4) Recebe GET no valor de R\$1.131,38, GICAP nos valores de R\$475,00 (Pós-Graduação Lato Sensu) e R\$790,00 (Pós-Graduação Stricto Sensu);

(5) Recebe GET no valor de R\$1.131,38, GICAP nos valores de R\$475,00 (Pós-Graduação Lato Sensu) e R\$790,00 (Pós-Graduação Stricto Sensu) e GEAPO no valor de R\$2.575,00;

(6) Recebe GET no valor de R\$1.131,38, GICAP nos valores de R\$475,00 (Pós-Graduação Lato Sensu) e R\$790,00 (Pós-Graduação Stricto Sensu) e GIDEAA de 60% sobre o básico.

ANEXO II - Coordenadorias Regionais de Obras Públicas, Unidades de Conservação e Agências Regionais de Licenciamento Florestal.

LOTAÇÃO ENGENHEIRO: Coordenadorias Regionais de Obras Públicas			
1º CROP	Porto Alegre	15º CROP	Erechim
2º CROP	Novo Hamburgo	16º CROP	Bento Gonçalves
3º CROP	Estrela	17º CROP	Santa Rosa
4º CROP	Caxias do Sul	18º CROP	Rio Grande
5º CROP	Pelotas	19º CROP	Santana do Livramento
6º CROP	Santa Cruz do Sul	20º CROP	Montenegro
7º CROP	Passo Fundo	21º CROP	Santo Antônio da Patrulha
8º CROP	Santa Maria	22º CROP	Vacaria
9º CROP	Cruz Alta	23º CROP	Carazinho
10º CROP	Uruguaiana	24º CROP	Frederico Westphalen
11º CROP	Canoas	25º CROP	Três Passos
12º CROP	Guaíba	26º CROP	Santiago
13º CROP	Bagé	27º CROP	Cachoeira do Sul
14º CROP	Santo Angelo	28º CROP	Gravataí

LOTAÇÃO TÉCNICO AMBIENTAL E GUARDA-PARQUE:
Agências Regionais de Licenciamento Florestal
Agência Regional Florestal de Alegrete
Agência Regional Florestal de Bagé
Agência Regional Florestal de Caçapava do Sul
Agência Regional Florestal de Camaquã
Agência Regional Florestal de Carazinho
Agência Regional Florestal de Caxias do Sul
Agência Regional Florestal de Erechim
Agência Regional Florestal de Lajeado
Agência Regional Florestal de Montenegro
Agência Regional Florestal de Nova Prata
Agência Regional Florestal de Palmeira das Missões
Agência Regional Florestal de Passo Fundo
Agência Regional Florestal de Pelotas
Agência Regional Florestal de Porto Alegre
Agência Regional Florestal de Santa Cruz do Sul
Agência Regional Florestal de Santa Maria
Agência Regional Florestal de Santa Rosa
Agência Regional Florestal de Santana do Livramento
Agência Regional Florestal de Santiago
Agência Regional Florestal de Santo Ângelo
Agência Regional Florestal de São Francisco de Paula
Agência Regional Florestal de São Luiz Gonzaga
Agência Regional Florestal de São Sepé
Agência Regional Florestal de Torres
Agência Regional Florestal de Tramandaí
Agência Regional Florestal de Vacaria

Unidades de Conservação
Área de Proteção Ambiental Banhado Grande
Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí
Área de Proteção Ambiental Rota do Sol
Estação Ecológica Estadual Aratinga
Horto Florestal do Litoral Norte
Parque Estadual da 4ª Colônia
Parque Estadual de Camaquã
Parque Estadual de Espigão Alto
Parque Estadual de Itapeva
Parque Estadual de Itapuã
Parque Estadual do Delta do Jacuí
Parque Estadual do Espinilho
Parque Estadual do Ibitirirá
Parque Estadual do Podocarpus
Parque Estadual do Tainhas
Parque Estadual do Turvo
Parque Papagaio Charão
Refúgio Banhado dos Pachecos
Reserva Biológica Banhado São Donato
Reserva Biológica da Serra Geral
Reserva Biológica de Ibirapuitã
Reserva Biológica do Mato Grande
Reserva Biológica Mata Paludosa

ANEXO III - Atribuições dos Cargos/Especialidades ou Áreas

QUADRO DOS FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DO ESTADO

CONCURSO: 1 – ANALISTA DE SISTEMAS

Descrição Sintética das Atribuições: Desenvolver e implantar sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade dos sistemas, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administrar ambiente informatizado, prestar suporte técnico ao cliente, elaborar documentação técnica. Estabelecer padrões, coordenar projetos, oferecer soluções para ambientes informatizados e pesquisar tecnologias em informática.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. levantar necessidades do cliente/usuário; Dimensionar requisitos e funcionalidade dos sistemas; levantar fontes de dados; definir alternativas físicas de implantação; participar da aprovação de infraestrutura, software e rede; especificar a arquitetura dos sistemas; escolher ferramentas de desenvolvimento; modelar dados; especificar aplicativos; desenvolver arquitetura de sistemas e informações; montar protótipo dos sistemas; codificar programas; planejar testes de sistemas e ambientes, testar sistemas e implantar sistemas.
2. monitorar performance dos sistemas; administrar recursos de rede; administrar banco de dados; administrar ambiente operacional; executar procedimentos para melhoria de performance dos sistemas; identificar falhas nos sistemas; corrigir falhas no sistema; controlar o acesso aos dados e recursos; administrar perfil de acesso às informações; realizar auditoria de sistemas e realizar revisões técnicas.
3. orientar áreas de apoio; consultar documentação técnica; consultar fontes alternativas de informações; realizar simulações em ambiente controlado; acionar suporte de terceiros; instalar hardware; instalar software e configurar software e hardware.
4. descrever processos (fluxo de atividades); elaborar diagramas (caso de uso, fluxo de dados, mapa de site etc.); elaborar dicionário de dados; elaborar manuais do sistema; inventariar software e hardware; documentar estrutura da rede; documentar acordo de níveis de serviço; documentar capacidade e performance; documentar soluções disponíveis; elaborar especificação técnica e documentar níveis de serviço.
5. estabelecer padrões de software; participar da definição de níveis de segurança de tecnologia da informação; definir requisitos técnicos para contratação de produtos e serviços; definir nomenclatura padrão; definir padrões de interface com cliente/usuário; definir metodologias a serem adotadas e especificar procedimentos para recuperação de ambiente operacional.
6. propor mudanças de processos e funções; prestar consultoria técnica; identificar necessidade do cliente; avaliar proposta de fornecedores; negociar alternativas com clientes ou fornecedores; adequar soluções a necessidade do cliente; apresentar alternativas de solução; divulgar solução e elaborar propostas técnicas comerciais.
7. pesquisar padrões, técnicas e ferramentas disponíveis no mercado; avaliar novas tecnologias; construir ambiente de teste; analisar funcionalidade do produto; comparar alternativas tecnológicas e avaliar desempenho do produto.
8. registrar ocorrências; elaborar relatórios técnicos e emitir pareceres técnicos; elaborar estudos de viabilidade técnica e econômica; divulgar documentação; divulgar utilização de novos padrões e participar de fóruns de discussão.
9. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 2 – ARQUIVISTA

Descrição Sintética das Atribuições: Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo planejamento, organização, orientação e direção de serviços de Arquivo, bem como assessoramento e estudos sobre assuntos próprios da categoria.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. planejar, organizar e dirigir serviços de Arquivo.
2. efetuar o planejamento, bem como orientar e acompanhar o desenvolvimento do processo documental e informativo afeto ao Arquivo.
3. planejar, orientar e dirigir as atividades de identificação das espécies documentais.

4. participar no planejamento de novos documentos e controle de multicópias.
5. efetuar o planejamento e organização de centros de documentação.
6. dirigir centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos.
7. fazer o planejamento e a organização dos serviços de microfilmagem.
8. orientar e dirigir o serviço de microfilmagem da documentação arquivada.
9. efetuar a orientação do planejamento da automação de atividades específicas, dentro das normas técnicas aplicadas aos arquivos.
10. orientar a classificação, arranjo e descrição de documentos a serem arquivados.
11. orientar a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação.
12. promover medidas necessárias à conservação dos documentos arquivados.
13. desenvolver estudos, do ponto de vista cultural, em documentos para verificar a importância de arquivamento.
14. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua especialidade.
15. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
16. emitir pareceres em matéria de sua especialidade.
17. executar outras tarefas semelhantes.

ASSESSOR ADMINISTRATIVO

Descrição Sintética das Atribuições: Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo o assessoramento na área jurídica, na área administrativa, na área contábil, ressalvadas as competências do Órgão de Contabilidade e Auditoria-Geral do Estado, previsto no art. 76 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na área econômica e financeira, na área de gestão pública, bem como pesquisa, estudo e elaboração de normas, pareceres, anteprojetos e informações, estudos e trabalhos, visando ao eficiente desenvolvimento das atividades da Administração Pública do Estado.

Descrição Analítica das Atribuições:

CONCURSO: 3 – ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO_

1. estudar e analisar programas e projetos que envolvam matéria de sua especialidade, em harmonia com os objetivos definidos no plano governamental.
2. pesquisar novas técnicas de classificação e avaliação de cargos e empregos.
3. definir atribuições de cargos, funções e empregos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição.
4. propor planos de criação, alteração, fusão, supressão, lotação e relotação de cargos, funções e empregos.
5. fixar diretrizes para registro e controle da lotação.
6. planejar programas de recrutamento, seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
7. apresentar planos para realização de cursos, seminários e reuniões com o objetivo de recrutar, selecionar, treinar e aperfeiçoar pessoal.
8. avaliar o resultado do desenvolvimento de cursos, treinamentos, seminários e reuniões.
9. preparar relatórios estatísticos de custos para realização de cursos, concursos e seminários.
10. elaborar planos e programas de trabalho relativos a pessoal.
11. elaborar projetos de estruturação e reorganização de serviços.
12. promover a simplificação de rotinas de trabalho, com vista à maior produtividade e eficiência dos serviços.
13. analisar projetos ou planos de organização de serviços para a aplicação de processamento eletrônico.
14. definir e coletar dados que visem a estudos com o objetivo de dinamizar o exercício das atividades organizadas sob a forma de sistema.
15. examinar projetos de desenvolvimento de metodologia para aprimoramento dos sistemas administrativos.
16. examinar fluxogramas, organogramas e demais esquemas ou gráficos de informações, emitindo parecer.
17. efetuar estudos sobre a divisão do trabalho e avaliação dos tempos de operação, visando à eficiência dos serviços.
18. executar trabalhos de natureza técnica para elaboração de normas pertinentes ao processamento

orçamentário, bem como planejar novas técnicas para a sua elaboração.

19. estudar e acompanhar o orçamento-programa e sua execução.
20. estudar e propor soluções de problemas da administração orçamentária, de modo a assegurar satisfatória concretização das diretrizes governamentais.
21. efetuar estudos visando à padronização, especificação, compra, recebimento, guarda, estocagem, suprimento e alienação de material.
22. adotar medidas com o objetivo de evitar desperdício de material e uso inadequado, buscando a conservação e recuperação deste.
23. estabelecer normas pertinentes aos trabalhos de concorrência para a compra de material.
24. emitir pareceres sobre a matéria de sua competência.
25. participar de estudos, elaboração e análise de projetos governamentais.
26. exercer função de chefia, de direção e assessoramento superior, correlatas com as atribuições inerentes à categoria funcional.
27. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
28. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 4 – ESPECIALIDADE CONTABILIDADE

1. desenvolver, assessorar e acompanhar trabalhos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, inclusive por meio informatizado;
2. Fornecer subsídios para a elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da Procuradoria-Geral do Estado;
3. Assessorar na prestação e na tomada de contas dos responsáveis por bens ou valores da Administração Pública do Estado;
4. Examinar processos judiciais ou administrativos e emitir laudos técnico-contábeis;
5. Elaborar cálculos de liquidação de sentença;
6. Atuar como assistente técnico em demandas judiciais;
7. Apurar, mediante estudos contábeis, a capacidade econômico-financeira de pessoas físicas ou jurídicas;
8. Efetuar estudos, exames, perícias e auditorias na área de sua formação;
9. Prestar assessoramento em assuntos de sua competência;
10. Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;
11. exercer função de chefia, de direção e assessoramento superior, correlatas com as atribuições inerentes à categoria funcional;
12. Executar outras tarefas correlatas.

CONCURSO: 5 – ESPECIALIDADE DIREITO

1. pesquisar e coletar os dados que se fizerem necessários para decisões importantes na órbita administrativa.
2. elaborar pareceres fundamentados na legislação ou em pesquisas efetuadas.
3. efetuar pesquisas para o aperfeiçoamento do serviço.
4. elaborar ou examinar anteprojetos de lei e outros atos normativos, por determinação superior.
5. elaborar exposição de motivos e justificativas.
6. participar da elaboração de normas ou regulamentos que envolvam matéria ligada às atividades próprias da Administração Pública.
7. orientar as instruções dos processos que envolvam interpretação e aplicação da legislação pertinente a pessoal.
8. estudar e sistematizar a legislação de interesse da Repartição, bem como a respectiva aplicação.
9. assessorar estudos para a execução de projetos de organização e reorganização na área administrativa.
10. prestar assessoramento quando da expedição de normas gerais, visando estabelecer a aplicação uniforme da jurisprudência sobre pessoal.
11. revisar atos e informações antes de submetê-los à apreciação das autoridades superiores.
12. prestar assessoramento a autoridades superiores ou a unidades administrativas em assuntos de sua especialidade.
13. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares.
14. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência;

15. redigir, datilografar, digitar, imprimir, transmitir e arquivar trabalhos, inclusive por meio de recursos eletrônicos de dados;
16. exarar despachos de acordo com a orientação do superior hierárquico;
17. reunir as informações que se fizerem necessárias para decisões na sua área de atuação;
18. revisar atos e informações antes de submetê-los à apreciação das autoridades superiores;
19. propor, quando solicitado, adoção de medidas de natureza administrativa para a boa administração na sua área de atuação ou formação;
20. exercer função de chefia, de direção e assessoramento superior, correlatas com as atribuições inerentes à categoria funcional;
21. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 6 – ESPECIALIDADE ECONOMIA

1. efetuar estudos fundamentados em diagnósticos de problemas econômicos, visando à dinamização de planos governamentais.
2. realizar pesquisas econômicas nacionais e internacionais sobre comércio, indústria, finanças, estruturas patrimoniais, investimentos nacionais e estrangeiros e de transferências de empresas para o Estado.
3. fazer estudos sobre os fatores da produção.
4. realizar estudos e trabalhos sobre a organização e planejamento dos mercados produtores e consumidores, da circulação, do armazenamento e da distribuição dos produtos nas diferentes regiões do Estado.
5. coletar, analisar e interpretar dados econômicos e estatísticos para representar fenômenos econômicos.
6. proceder à análise de crises econômicas e propor medidas aconselháveis às suas soluções.
7. efetuar estudos sobre os fatores de formação de preços nos centros produtores e mercados consumidores acompanhados de números, índices, tabelas e gráficos.
8. proceder à avaliação e análise dos custos de produção, dos projetos e execução, acompanhamento e controle de sua programação física e financeira.
9. acompanhar o controle físico e financeiro de convênios e contratos.
10. realizar estudos que objetivem operações de compra e venda de imóveis para execução de projetos.
11. realizar estudos de viabilidade econômica para a fundação de cooperativas.
12. realizar pesquisas e estudos necessários ao fomento do cooperativismo no Estado.
13. prestar assistência na organização, manutenção e atualização de cadastro que vise ao conhecimento da estrutura socioeconômica do meio.
14. desenvolver estudos cíclicos, por produto essencial, nas fases de produção, transporte, armazenamento e comercialização.
15. realizar análises e estudos de assuntos concernentes à produção, industrialização e comercialização da produção agrícola, sua movimentação interna e externa.
16. organizar e distribuir formulários específicos para coleta de informações, objetivando estudos para a elaboração de planos e programas.
17. elaborar programas de investimento e orçamento plurianual de investimentos.
18. emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade.
19. participar de estudos gerais sobre as finanças do Estado.
20. coligir, analisar e interpretar dados destinados a fundamentar a planificação de determinados setores da economia estadual.
21. participar de estudos, elaboração e análise de projetos governamentais.
22. proceder à análise financeira e econômica das firmas, com base nos documentos apresentados (balanços e outros), para participação em concorrências públicas.
23. prestar assistência técnico-econômica à agricultura, pecuária, comércio e indústria.
24. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.
25. efetuar estudos gerais sobre mercados, condições de produção, recursos naturais, fontes de energia, comércio interno, interestadual e internacional, condições da indústria do Estado, em confronto com outros centros industriais.
26. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
27. exercer função de chefia, de direção e assessoramento superior, correlatas com as atribuições inerentes à categoria funcional;

28. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 7 – ESPECIALIDADE GESTÃO PÚBLICA

1. pesquisar e coletar os dados que se fizerem necessários para decisões importantes na órbita administrativa.
2. efetuar pesquisas para o aperfeiçoamento do serviço.
3. elaborar exposição de motivos e justificativas.
4. participar da elaboração de norma ou regulamentos que envolvam matéria ligada às atividades próprias da Administração Pública.
5. estudar e sistematizar a legislação de interesse da Administração Pública, bem como a respectiva aplicação.
6. assessorar estudos para a execução de projetos de organização e reorganização na área administrativa.
7. revisar atos e informações antes de submetê-los à apreciação das autoridades superiores.
8. prestar assessoramento a autoridades superiores ou a unidades administrativas em assuntos de sua especialidade.
9. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares.
10. realizar atividades de nível superior que envolvam a promoção da gestão estratégica de pessoas, de processos, de recursos materiais e patrimoniais, de licitações e contratos, orçamento, finanças e contabilidade;
11. efetuar o planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, inclusive voltados à modernização e à qualidade;
12. executar a realização de pesquisas e o processamento de informações;
13. elaborar despachos, pareceres, informações, relatórios, ofícios, dentre outros;
14. efetuar a realização de atividades que exijam conhecimentos básicos ou específicos de informática;
15. exercer função de chefia, de direção e assessoramento superior, correlatas com as atribuições inerentes à categoria funcional;
16. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 8 –ASSISTENTE SOCIAL

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade em seus aspectos sociais.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. realizar estudos e pesquisas no campo da assistência social, bem como programas de trabalho referente ao serviço social.
2. supervisionar o trabalho dos auxiliares do serviço social e dos estagiários.
3. fazer triagem dos casos apresentados, procurando a sua reintegração.
4. organizar e ministrar cursos de treinamento social.
5. promover o recolhimento de crianças e adultos abandonados.
6. orientar e incentivar entidades para a implantação de creches.
7. planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e sua família.
8. encaminhar clientes a dispensários e hospitais, acompanhar o tratamento e a recuperação dos mesmos e dar assistência aos familiares.
9. estudar os antecedentes da família, participar de seminários para estudo e diagnóstico dos casos e orientar os pais, em grupo ou individualmente, sobre o tratamento adequado.
10. orientar investigações sobre a situação moral e econômica de pessoas que desejam receber ou adotar crianças.
11. fazer levantamentos socioeconômicos das famílias, com vistas ao planejamento habitacional nas comunidades.
12. prestar assistência aos apenados, bem como às suas respectivas famílias.
13. promover a reintegração do apenado na família e na sociedade.
14. orientar e coordenar trabalhos nos casos de reabilitação profissional.
15. orientar seleção socioeconômica familiar para a concessão de bolsas de estudo e ingresso de menores em colônias de férias, bem como selecionar candidatos ao amparo dos serviços de assistência à velhice, ao menor abandonado e ao excepcional.

16. realizar e interpretar pesquisas sociais.
17. participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família.
18. cooperar com as autoridades e instituições, na aplicação dos recursos correspondentes às necessidades de indivíduos ou grupos desajustados.
19. cooperar com as autoridades, visando a medidas de alcance social.
20. indicar métodos e sistemas para recuperação de desajustados sociais.
21. organizar fichários e registros de casos investigados.
22. identificar e mobilizar recursos comunitários.
23. promover atividades em grupo com pacientes hospitalizados.
24. realizar perícias sobre assuntos relacionados com a assistência social.
25. emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade.
26. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.
27. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
28. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 09 – BIÓLOGO

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a realização de trabalhos relacionados com estudos, pesquisas, divulgação, assistência e assessoramento na área das Ciências Biológicas.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. realizar pesquisas originais relacionadas com a fauna e a flora das diversas regiões do Estado.
2. emitir parecer sobre a criação de parques, reservas naturais e refúgios da flora e da fauna.
3. desenvolver pesquisas e emitir pareceres sobre espécies de animais que interessem à caça e à pesca com vistas à legislação própria de proteção ao meio ambiente.
4. realizar experiências relacionadas com a hidrobiologia e propor soluções que visem a aumentar a produtividade da indústria pesqueira.
5. prestar assistência, em matéria de sua especialidade quando da criação e instalação de Estações Oceanográficas, Limnológicas e outras congêneres ligadas ao estado das águas em geral.
6. realizar estudos e emitir parecer sobre a conservação do meio ambiente, em especial, no que diz respeito aos problemas decorrentes da poluição ambiental.
7. fazer investigações e estudos das espécies animais e vegetais que constituem parasitas dos animais domésticos e das plantas cultivadas.
8. organizar e manter acervos representativos dos recursos naturais e ocupar-se da sua divulgação.
9. efetuar inventários e avaliação do patrimônio natural.
10. participar do planejamento e da elaboração de normas técnicas e definir procedimentos para conservação dos recursos naturais.
11. orientar a instalação de Museus de História Natural em escolas e clubes de ciências, bem como em iniciativas similares do Estado.
12. fazer estudos e emitir pareceres sobre os efeitos das indústrias de fertilizantes, de inseticidas e de outras semelhantes, no equilíbrio biológico do ambiente natural.
13. realizar pesquisas científicas sobre animais e vegetais de interesse médico parasitológico.
14. elaborar trabalhos científicos para publicação e divulgação.
15. prestar assessoramento a autoridades em assunto de sua competência.
16. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
17. executar outras tarefas semelhantes.

ENGENHEIRO

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com as diversas áreas da Engenharia.

Descrição Analítica das Atribuições:

CONCURSO: 10 – ÁREA DE ENGENHARIA AMBIENTAL:

1. supervisionar, coordenar, planejar ou executar projetos com vista a seguintes atividades: preservação de parques e horto florestais, florestas estaduais, monumentos naturais e outras florestas.
2. executar estudos que visem ao controle da poluição ambiental.
3. classificar e analisar a capacidade de uso redistribuição, conservação e fertilização do solo para fins

de preservação ambiental.

4. promover estudos acerca de procedimentos necessários à implementação de políticas ecologicamente sustentáveis.
5. supervisionar a execução de projetos em assuntos de sua área de competência.
6. planejar normas sobre padronização e conservação do meio ambiente.
7. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.
8. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
9. emitir pareceres em matéria de sua especialidade.
10. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 11 – ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL:

1. analisar e avaliar projetos de obras públicas, equipamentos e instalações, aquisição de imóveis, no que diz respeito a oportunidades, custos, formas e prazos de execução, aspectos de contratação, adequação e alternativas técnicas.
2. efetuar estudos e emitir parecer técnico sob a forma de cessão de terrenos para a instalação de distritos industriais.
3. fiscalizar a construção de estradas de rodagem e projetos de habitação popular.
4. colaborar na elaboração do orçamento plurianual de investimentos.
5. dirigir e fiscalizar a construção de prédios públicos e obras complementares.
6. projetar, dirigir e fiscalizar trabalhos de urbanismo.
7. emitir parecer, por determinação superior, sobre projetos relativos a usinas hidrelétricas, termelétricas, subestações, linhas de transmissão, linhas de distribuição e redes de distribuição.
8. fiscalizar a execução de serviços de engenharia contratados em suas diversas fases, fazendo com que sejam cumpridas as especificações contratuais.
9. supervisionar a execução de projetos em assuntos de sua área de competência.
10. planejar normas sobre padronização e conservação do meio ambiente.
11. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.
12. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
13. emitir pareceres em matéria de sua especialidade.
14. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 12 – ÁREA DE ENGENHARIA ELÉTRICA:

1. estudar e projetar rede de telecomunicações.
2. elaborar planos de execução de projetos de montagem da rede de telecomunicações.
3. assegurar o perfeito funcionamento da rede de telecomunicações.
4. estudar e projetar a reparação, manutenção e recuperação da rede de telecomunicações.
5. elaborar planos de execução de projetos de reparação, manutenção e recuperação da rede de telecomunicações.
6. estudar e projetar instalações de alarme de incêndio e sistemas eletroeletrônicos de instalações centrais de condicionamento de ar.
7. orientar tecnicamente a manutenção preventiva e corretiva de instalações de alarme de incêndio e sistemas eletroeletrônicos de instalações de condicionamento de ar.
8. estudar, projetar, fiscalizar a execução e orientar a manutenção de sistemas internos de intercomunicações.
9. realizar estudos de viabilidade técnica.
10. emitir pareceres e laudos.
11. fiscalizar serviços executados por terceiros.
12. preparar relatórios e informações.
13. participar da elaboração de cláusulas de natureza técnica dos editais de concorrência.
14. participar do planejamento e execução dos programas de treinamento para a Administração Pública, relativos a sua área de competência.
15. orientar as tarefas de auxiliares.
16. executar outras tarefas na sua área de competência.

CONCURSO: 13 – ÁREA DE ENGENHARIA MECÂNICA:

1. estudar a construção, reparação, manutenção e recuperação de máquinas, motores, equipamentos e instalações mecânicas.

2. realizar estudos de viabilidade técnica.
3. fazer projetos para construção, reparação, manutenção e recuperação de máquinas, motores, equipamentos e instalações mecânicas; elaborar planos de execução dos projetos.
4. elaborar planos de execução dos projetos.
5. colaborar na elaboração de especificações técnicas de máquinas, equipamentos, peças de reposição e materiais.
6. colaborar em estudos de avaliação de desempenho, resistência, qualidade e durabilidade de máquinas, equipamentos, materiais e peças de reposição.
7. colaborar na atualização de catálogo de materiais.
8. emitir pareceres e laudos.
9. opinar sobre estudos e projetos executados por terceiros.
10. controlar a execução dos projetos.
11. orientar a instalação e manutenção de equipamentos de condicionamento de ar.
12. executar outras atribuições relativas a sua área de competência.

CONCURSO: 14 – ÁREA DE ENGENHARIA DE MINAS

1. assessorar nos estudos e projetos referentes à extração de minerais sólidos metálicos ou não metálicos, informando os resultados de suas experiências e o andamento dos trabalhos, para sugerir os métodos e técnicas mais adequadas à extração e transporte.
2. supervisionar os trabalhos de exploração e prospecção acompanhando as operações de extração, para assegurar-se da perfeita execução dos mesmos e permitir a identificação e avaliação das jazidas de minerais.
3. realizar estudos e experiências referentes à mineração, desenvolvendo métodos novos ou aperfeiçoados, para obter melhores resultados técnicos e econômicos em cada tipo de exploração.
4. efetuar reconhecimento geológico e estudos topográficos, realizando trabalhos de campo ou baseando-se nos estudos de geólogos e outros especialistas, para determinar a localização, dimensões e declives das jazidas, natureza das camadas e possibilidades de extração rentável.
5. articular-se com geólogos, engenheiros metalúrgicos, civis e mecânicos, trocando informações técnicas, para determinar o método mais adequado de extração e o tipo de maquinaria a ser empregado.
6. acompanhar a construção de galerias, poços subterrâneos e instalações de superfície, determinando e orientando os trabalhos, para garantir as condições de segurança.
7. orientar os trabalhos de exploração de minas e pedreiras, acompanhando as operações de separação, limpeza, classificação, redução e outras, para preparar os minerais visando seu tratamento posterior e distribuição.
8. executar outras atribuições relativas a sua área de competência.

CONCURSO: 15 – ÁREA DA ENGENHARIA DA PRODUÇÃO

1. desenvolver, testar e supervisionar sistemas, processos e métodos produtivos, objetivando a mitigação de riscos.
2. propor políticas de gerenciamento de riscos.
3. supervisionar a execução de projetos em assuntos de sua área de competência.
4. planejar normas sobre padronização e conservação do meio ambiente.
5. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.
6. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
7. emitir pareceres em matéria de sua especialidade.
8. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 16 – ÁREA DA ENGENHARIA DO TRABALHO

1. assessorar em assuntos relativos à segurança e higiene do trabalho, examinando locais e condições de trabalho, instalações em geral e material, métodos e processos adotados pelo servidor público estadual, para determinar as necessidades no campo da prevenção de acidentes.
2. inspecionar estabelecimentos, verificando se existem riscos de incêndios, desmoração ou outros perigos, para fornecer indicações quanto às precauções a serem tomadas.
3. promover aplicação de dispositivos especiais de segurança, como óculos de proteção, cintos de segurança, vestuários especiais, máscaras e outros, determinando aspectos técnicos funcionais e

demais características, para prevenir ou diminuir a possibilidade de acidentes.

4. adaptar os recursos técnicos e humanos, estudando a adequação da máquina ao homem e do homem à máquina, para proporcionar maior segurança ao servidor.
5. executar campanhas educativas, sobre prevenção de acidentes organizando palestras e divulgação nos meios de comunicação, distribuindo publicações e outro material informativo, para conscientizar o servidor e o público em geral.
6. estudar as ocupações encontradas num estabelecimento analisando suas características, para avaliar a insalubridade ou periculosidade de tarefas ou operações ligadas à execução do trabalho.
7. realizar estudos sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais, consultando técnicos de diversos campos, bibliografias especializadas, visitando fábricas e outros estabelecimentos, para determinar as causas destes acidentes e elaborar recomendações de segurança.
8. planejar, coordenar e supervisionar os programas e atividades relacionadas à segurança e medicina do trabalho.
9. elaborar e implantar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme dispõe a legislação estadual.
10. propor, elaborar, aplicar e interpretar diagnóstico em nível organizacional.
11. participar de reuniões técnico-administrativas.
12. aplicar conhecimentos de engenharia de segurança ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir ou eliminar riscos à saúde dos servidores.
13. participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento profissional.
14. executar outras atividades semelhantes.

CONCURSO: 17 – ÁREA DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA

1. exercer atividades de planejamento, gerenciamento, implantação, manutenção, fiscalização e controle no que se refere à engenharia e à infraestrutura de transportes.
2. efetuar estudos e pesquisas de engenharia de tráfego, traçados de rodovias, estruturas e pavimentos.
3. elaborar projetos e traçados de rodovias, drenagem, obras de arte, pavimentação e sinalização.
4. efetuar estudos de viabilidade técnica.
5. realizar estudos e elaborar planos, programas e normas de ação.
6. opinar sobre estudos e projetos executados por terceiros.
7. analisar projetos e dar parecer técnico quando solicitado.
8. participar da elaboração de cláusulas de natureza técnica dos editais de concorrência.
9. fiscalizar obras e serviços realizados por terceiros.
10. supervisionar a execução de obras de construção e conservação de rodovias.
11. proceder aos estudos para composição de tabela de preços e custos para obras e serviços rodoviários.
12. efetuar estudos sobre suprimentos e cadastramento de rodovias.
13. prestar assistência técnica aos municípios.
14. realizar pesquisa de trânsito.
15. executar outras atividades semelhantes.

CONCURSO: 18 – HISTORIÓGRAFO

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, envolvendo a realização de pesquisa e estudos relacionados com documentos e assuntos da História Nacional e Regional.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. elaborar e publicar monografias de cunho histórico.
2. estudar e classificar documentos de valor para a História Nacional e Regional.
3. prestar informações e responder a consultas sobre assuntos históricos riograndenses.
4. fazer preleções sobre assuntos históricos ou sobre determinados documentos.
5. fazer pesquisas em publicações referentes a assuntos da nossa história.
6. organizar coleções de recortes de jornais e revistas, de interesse do trabalho para consultas e pesquisas.
7. orientar a pesquisa documental, bibliográfica, a elaboração de catálogos de acervo histórico, a

reprodução e conservação de fontes históricas, por métodos modernos.

8. assessorar tecnicamente a todas as instituições culturais do Estado.

9. localizar (Heurística), arrolar, ler, estudar, criticar interna e externamente, analisar, transcrever e classificar documentos de valor para a história nos mais diversos setores e locais onde os mesmos se encontrarem.

10. organizar exposições sobre fatos, documentos escritos, objetos de arte, de usos e costumes populares.

11. investigar elementos para o tombamento do Patrimônio Histórico Cultural do Estado.

12. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 19 – JORNALISTA

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, relacionadas com orientação e execução especializada de trabalhos de redação, de revisão, de coleta e preparo de informações para divulgação oficial escrita, falada ou televisionada.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. planejar, coordenar e promover a divulgação das atividades programadas no âmbito governamental.

2. realizar pesquisas e análises de opinião pública.

3. selecionar os veículos de divulgação para difundir as atividades da Repartição.

4. executar os serviços técnicos de jornalismo, colhendo os elementos redatoriais e ilustrativos necessários para elaboração das notícias, artigos e reportagens de caráter informativo ou interpretativo.

5. coletar informações sobre assuntos relativos ao Serviço Público Estadual, preparando-as para divulgação.

6. organizar trabalhos referentes à difusão artística, cultural e educacional e a outros aspectos de atividade da Administração Pública para a imprensa escrita, falada e televisionada.

7. redigir e ilustrar matéria de caráter informativo e interpretativo, bem como editoriais, artigos, crônicas ou comentários.

8. elaborar e orientar programas de divulgação que concorram para o contínuo esclarecimento da opinião pública, a respeito dos empreendimentos a cargo da Administração Estadual.

9. realizar entrevistas relacionadas com as atividades da Repartição.

10. realizar inquéritos ou pesquisas para conhecimento e análise da opinião pública sobre tarefas ou empreendimentos do Governo, bem como proceder à organização e conservação cultural e técnica de arquivo jornalístico e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias.

11. preparar ou revisar reportagens sobre assuntos relativos aos diversos setores da Administração Estadual.

12. realizar trabalhos referentes à redação e organização de publicações, periódicas ou não, de noticiários e informações relacionadas com o serviço público.

13. elaborar notas para divulgação na imprensa.

14. revisar originais manuscritos, trabalhos datilográficos e provas destinadas à impressão tipográfica, fazendo as correções necessárias.

15. executar trabalhos datilográficos relacionados com as suas atribuições.

16. promover, quando solicitado, entendimentos com empresas e/ou órgãos de publicidade quanto à divulgação de matéria jornalística de interesse da sua Repartição.

17. manter sob sua responsabilidade e promover a circulação de periódicos, revistas e quaisquer veículos de publicidade, de acordo com instruções recebidas.

18. selecionar e arquivar, para posterior consulta, matéria publicada e de interesse da Repartição.

19. operar com máquinas fotográficas, filmadoras, projetores, gravadores, etc., para fins de registro ou divulgação de fatos de interesse da Repartição.

20. orientar, selecionar e criticar textos, desenhos, fotos e filmes de interesse de sua Repartição.

21. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares.

22. executar outras tarefas semelhantes.

MÉDICO

Descrição Sintética das atribuições: Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo trabalhos de defesa e proteção da saúde do indivíduo, nas várias especialidades médicas através de

programas voltados para a saúde pública, tratamento clínico ou cirúrgico.

Descrição Analítica das Atribuições:

CONCURSO: 20 – ÁREA CARDIOLOGIA:

1. ministrar atendimento médico a portadores de doenças cardiovasculares.
2. interpretar eletrocardiogramas, fonocardiogramas e vectocardiogramas, radiografias, radioscopias do coração e vasos da base e demais exames e atos que digam respeito às especialidades que tenham íntima correlação com a cardiologia.
3. realizar estudos e investigações no campo da cardiologia.
4. prestar o devido atendimento aos servidores encaminhados por outro Especialista.
5. prescrever tratamento médico.
6. participar de juntas médicas.
7. participar de programas voltados para a saúde pública.
8. exercer censura sobre produtos médicos de acordo com sua especialidade.
9. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
10. executar outras tarefas semelhantes

CONCURSO: 21 – ÁREA CLÍNICA GERAL:

1. atender a consultas médicas em ambulatórios, hospitais e unidades sanitárias.
2. efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares.
3. fazer estudo caracterológico de pacientes, evidenciar suas predisposições constitucionais e encaminhá-los a tratamento médico especializado, quando for o caso.
4. fazer diagnósticos e prescrever medicações.
5. prescrever regimes dietéticos.
6. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
7. encaminhar casos especiais a setores especializados.
8. aplicar métodos de medicina preventiva, como medida de precaução contra enfermidades.
9. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
10. participar de juntas médicas.
11. participar de programas voltados para a saúde pública.
12. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 22 – ÁREA DERMATOLOGIA:

1. prestar atendimento médico especializado aos portadores de doença de pele em geral.
2. fazer diagnóstico e executar processos de terapêutica em pacientes.
3. preparar registro dos exames relativos aos doentes para fins de diagnose e discussão.
4. ministrar tratamentos específicos a doentes de pele.
5. manter e fornecer dados e relatórios sobre o número de pacientes, seus processos e forma de tratamento adotada.
6. orientar e supervisionar serviços de enfermagem e outros correlatos com a especialidade.
7. colaborar com a administração de Unidades Especializadas em tratamento de doenças de pele.
8. supervisionar e executar medidas de profilaxia da lepra e de doenças de pele em geral.
9. prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro Especialista.
10. participar de juntas médicas.
11. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
12. participar de programas voltados para saúde pública.
13. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
14. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 23 – ÁREA GINECOLOGIA:

1. realizar perícias em servidoras públicas.
2. fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de sua atuação.
3. acompanhar o tratamento de pacientes/servidoras públicas quando o caso assim o exigir.
4. preencher fichas médicas das pacientes/servidoras.
5. prestar o devido atendimento às pacientes/servidoras públicos encaminhadas por outro Especialista.
6. participar de juntas médicas.
7. participar de programas voltados para a saúde da servidora público estadual.

8. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
9. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
10. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 24 – ÁREA INFECTOLOGIA:

1. realizar perícias em servidores públicos.
2. fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de atuação.
3. acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
4. preencher fichas médicas dos pacientes/servidores.
5. prestar o devido atendimento aos pacientes/servidores públicos encaminhados por outro Especialista.
6. participar de juntas médicas.
7. participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
8. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
9. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
10. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 25 – ÁREA MEDICINA DO TRABALHO:

1. realizar perícias em servidores públicos.
2. fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de sua atuação.
3. acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
5. preencher fichas médicas dos pacientes/servidores públicos.
6. prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro Especialista.
7. participar de juntas médicas.
8. participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
9. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
10. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
11. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 26 E 27 – ÁREA OFTALMOTORRINOLARINGOLOGIA:

1. fazer diagnóstico e tratamento das moléstias e anormalidades do aparelho visual, bem como de doenças, acidentes e deficiência do ouvido, nariz e garganta.
2. efetuar exame sistemático em escolares e pré-escolares.
3. preencher fichas médicas dos clientes.
4. prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro Especialista.
5. participar de juntas médicas.
6. participar de programas voltados para a saúde pública.
7. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
8. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
9. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 28 – ÁREA ONCOLOGIA:

1. realizar perícias em servidores públicos.
2. fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de sua atuação.
3. acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
4. preencher fichas médicas dos pacientes/servidores.
5. prestar o devido atendimento aos pacientes/servidores públicos encaminhados por outro Especialista.
6. participar de juntas médicas.
7. participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
8. solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
9. solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
10. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 29 – ÁREA ORTOPEDIA:

1. realizar perícias em servidores públicos.
2. fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de atuação.

- acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
- preencher fichas médicas dos pacientes/servidores públicos.
- prestar o devido atendimento aos pacientes/servidores públicos encaminhados por outro Especialista.
- participar de juntas médicas.
- participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
- solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
- solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
- executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 30 – ÁREA PNEUMOLOGIA:

- realizar perícias em servidores públicos.
- fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de atuação.
- acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
- preencher fichas médicas dos pacientes/servidores.
- prestar o devido atendimento aos pacientes/servidores públicos encaminhados por outro Especialista.
- participar de juntas médicas.
- participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
- solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
- solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
- executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 31 – ÁREA REUMATOLOGIA:

- realizar perícias em servidores públicos.
- fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de atuação.
- acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
- preencher fichas médicas dos pacientes/servidores.
- prestar o devido atendimento aos pacientes/servidores públicos encaminhados por outro Especialista.
- participar de juntas médicas.
- participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
- solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
- solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
- executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 32 – ÁREA TRAUMATOLOGIA:

- realizar perícias em servidores públicos.
- fazer diagnóstico e tratamento dos problemas relativos à área de atuação.
- acompanhar o tratamento de pacientes/servidores públicos quando o caso assim o exigir.
- preencher fichas médicas dos pacientes/servidores.
- prestar o devido atendimento aos pacientes/servidores públicos encaminhados por outro Especialista.
- participar de juntas médicas.
- participar de programas voltados para a saúde do servidor público estadual.
- solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários.
- solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência.
- executar outras tarefas semelhantes.

MÉDICO DE PERÍCIA E ANÁLISE

Descrição Sintética das atribuições: Atividades de nível superior, de grande complexidade, relacionadas com o exercício da Medicina nas áreas da Perícia Médica, Radiologia, Patologia, Laboratório e Psiquiatria Forense.

Descrição Analítica das Atribuições:

CONCURSO: 33 – ÁREA DA CLÍNICA GERAL:

- realizar exames de sanidade para avaliação da capacidade física e mental nos candidatos a

ingresso na função pública estadual.

2. efetuar inspeção de saúde em funcionários estaduais, inclusive autárquicos ou nos seus familiares para fins de licença e outros casos previstos em lei.
3. realizar perícias médicas e emitir os respectivos laudos.
4. realizar estudos sobre a incidência de moléstias, a fim de preveni-los e proporcionar condições favoráveis aos servidores no ambiente de trabalho.
5. examinar candidatos à obtenção de carteira de motorista e expedir os respectivos laudos médicos.
6. emitir parecer sobre a aptidão de motoristas.
7. prestar informações e esclarecimentos sobre laudos médicos por solicitação de autoridades policiais e judiciárias.
8. opinar sobre exames feitos em motoristas alcoolizados, em casos de acidentes ou apreensão.
9. fornecer dados que orientem a aquisição de aparelhos e equipamentos para uso de sua especialidade.
10. participar, quando solicitado, de juntas médicas.
11. assessorar autoridades policiais em assunto de sua especialidade.
12. promover a elaboração de estatísticas correspondentes aos exames realizados e apresentar relatórios técnicos.
13. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 34 – ÁREA DA PSIQUIATRIA:

1. realizar observações clínico-psiquiátricas e elaborar o laudo psiquiátrico legal correspondente, com diagnóstico, indicação terapêutica e conclusão sobre a responsabilidade penal e periculosidade dos pacientes.
2. fornecer pareceres psiquiátricos e criminológicos, solicitados pela Justiça.
3. comparecer em Juízo ou perante o júri para prestar testemunho sobre assuntos da especialidade ou esclarecer aspectos técnicos.
4. efetuar controle psiquiátrico em pacientes egressos do manicômio judiciário e sujeitos ao exame de liberdade vigiada, por determinação de sentença judiciária.
5. ministrar tratamento médico-psiquiátrico, para recuperação dos pacientes internados.
6. supervisionar serviços de enfermagem e outros auxiliares.
7. manter registros dos exames feitos para fins de diagnóstico, discussão e relatórios.
8. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 35 – PSICÓLOGO

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o comportamento humano e a dinâmica da personalidade, com vistas à orientação psicopedagógica e ao ajustamento individual.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. coordenar e orientar os trabalhos de levantamento de dados científicos relativos ao comportamento humano e ao mecanismo psíquico.
2. orientar a elaboração de diagnósticos, prognósticos e controle do comportamento do paciente na vida social.
3. analisar os fatores psicológicos que intervêm no diagnóstico, tratamento e prevenção das enfermidades mentais e dos transtornos emocionais da personalidade.
4. colaborar com médicos, assistentes sociais e outros profissionais, na ajuda aos inadaptados.
5. idealizar e orientar a elaboração, aplicação e interpretação de testes psicológicos, com vistas à orientação psicopedagógica e à seleção profissional.
6. realizar entrevistas complementares.
7. propor a solução conveniente para os problemas de desajustamento escolar, profissional e social.
8. colaborar no planejamento de programas de educação, inclusive o sanitária, e na avaliação de seus resultados.
9. participar em congressos, seminários e conferências ligadas ao desenvolvimento social, quando designado.
10. manter-se atualizado nas novas técnicas utilizadas pela psicologia.
11. desenvolver psicoterapia nas situações de envolvimento emocional, nos bloqueios inconscientes e nas reações de imaturidade.
12. atender crianças excepcionais com problemas de deficiência mental e sensorial ou portador de

desajuste familiar ou escolar, encaminhando-os para escolas ou classes especiais.

13. formular, na base dos elementos colhidos, hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais, a serem feitas.

14. confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo e solução dos casos.

15. redigir a interpretação final, após o debate e aconselhamento indicado a cada caso, conforme as necessidades psicológicas escolares, sociais e profissionais do indivíduo.

16. emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade.

17. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.

18. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.

19. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 36 – SOCIÓLOGO

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a implantação de programas relativos aos fenômenos sociológicos, bem como o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento da comunidade em seus aspectos sociais.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. participar de equipes interdisciplinares na elaboração, execução e análises de projetos relacionados com as questões sociais.

2. proceder a estudos e pesquisas no campo sociológico, necessários ao planejamento regional.

3. acompanhar a implantação de programas no campo sociológico.

4. participar de projetos de assistência educacional, visando adequá-los às necessidades socioeconômicas e culturais da região.

5. orientar o desenvolvimento comunitário no meio rural.

6. estimular as relações inter cooperativistas em todos os níveis e difundir o cooperativismo.

7. avaliar a melhoria do padrão social e os reflexos dos investimentos nas áreas trabalhadas.

8. acompanhar a implantação de programas, controlando e avaliando os resultados no campo sociológico.

9. participar de trabalhos que visem à elaboração de diagnósticos socioeconômicos para apurar a viabilidade de projetos e programas.

10. coordenar o planejamento de pesquisa, de levantamento de dados e proceder à sua análise.

11. fundamentar sociologicamente o planejamento educacional.

12. elaborar técnicas de ação social.

13. identificar e dimensionar problemas sociais.

14. emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade.

15. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.

16. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.

17. executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO AMBIENTAL

Descrição Sintética das Atribuições: Atividade de nível superior de grande complexidade envolvendo o planejamento ambiental, organizacional, operacional, estratégico, urbano e rural afetos à execução da Política Estadual de Meio Ambiente, em especial às que se relacionem com regulação, controle, fiscalização, aplicação de sanções e penalidades administrativas, licenciamento, auditoria ambiental, monitoramento ambiental e climático, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos bióticos e abióticos, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo sua administração, seu manejo e proteção, e estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.

Descrição Analítica das Atribuições:

CONCURSO: 37 – ESPECIALIDADE BIOLOGIA:

1. realizar atividades relacionadas à análise de processos de controle ambiental (fiscalização, monitoramento e licenciamento).

2. realizar atividades de manejo da flora e fauna nativa.

3. planejar, avaliar e executar ações de restauração de áreas degradadas.

4. elaborar e monitorar ações de conservação de espécies nativas de fauna e flora, especialmente aquelas ameaçadas de extinção.
5. promover o uso sustentável da biodiversidade como estratégia de conservação.
6. analisar processos de regularização ambiental (outorga de uso da água) quanto aos aspectos biológicos, incluindo vazão ecológica e impacto de uso da água em ecossistemas.
7. participar do processo de planejamento de recursos hídricos e dos estudos relacionados a este.
8. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 38 – ESPECIALIDADE ECOLOGIA:

1. atuar na elaboração e na execução de estudos aplicados em ecologia da paisagem, visando à conservação do ambiente natural.
2. atuar em ações de planejamento para o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo a integração entre desenvolvimento humano sustentável ou tradicional.
3. atuar na conservação da biodiversidade, das fisionomias naturais e das paisagens.
4. planejar, propor e implantar modelos de interação entre o meio biótico e abiótico como estratégia de conservação de espécies e manutenção da biodiversidade.
5. participar na elaboração de planos de manejo de Unidades de Conservação com ênfase ao zoneamento ecológico interno às mesmas.
6. recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos, visando usos múltiplos.
7. elaboração de projetos, planos e atividades de manejo agroflorestal, de prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão e erradicação de espécies invasoras.
8. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 39 – ESPECIALIDADE ENGENHARIA AGRONÔMICA:

1. realizar atividades relacionadas à regularização ambiental, incluindo aí a outorga de uso de água (conforme o disposto na Lei n.º 10.350/1994) e o licenciamento ambiental em toda a sua abrangência.
2. estudar, analisar demanda de água e propor estratégias para uso racional da água na agricultura e realizar atividades correlatas.
3. promover a preservação e utilização dos recursos da fauna e da flora, melhoramento e produção de sementes e mudas.
4. promover práticas agroecológicas, adubação orgânica e outras práticas sustentáveis para manejo e conservação do solo e da biodiversidade em ações de restauração ambiental.
5. elaborar normas técnicas e definir procedimentos para levantamento, avaliação e conservação de recursos naturais, especialmente no tocante à conservação da qualidade do solo.
6. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 40 – ESPECIALIDADE ENGENHARIA FLORESTAL:

1. realizar atividades afetas a estudos, levantamentos, inventários qualitativos e quantitativos.
2. análises de processos de manejo florestal em formações naturais, bem como de plantios de espécies florestais nativas.
3. elaborar e executar projetos de conservação de árvores matrizes, e outras ações para a conservação de espécies florestais ameaçadas de extinção ou superexploradas na natureza.
4. realizar estudos para a localização de corredores ecológicos utilizando ferramentas de geoprocessamento.
5. efetuar o levantamento e avaliação de matéria prima florestal para fins de comercialização em bens próprios do Estado.
6. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 41 – ESPECIALIDADE GEOLOGIA:

1. executar análises relativas à demandas hídricas subterrâneas requeridas por usuários das águas.
2. executar tarefas relativas à implantação e manutenção de um sistema de rede de monitoramento de águas subterrâneas.
3. executar tarefas relativas ao controle da utilização do recurso hídrico subterrâneo.
4. realizar análises e/ou estudos sobre hidrogeologia.
5. realizar no que couber levantamento geológicos, geoquímicos e geofísicos.
6. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 42 – ESPECIALIDADE GEOPROCESSAMENTO:

1. operar sistema de informação geográfica ou geoprocessamento, referentes às atividades de planejamento e gestão ambiental.
2. desenvolver, implementar e manter aplicações de geoprocessamento (GIS) “web” e “desktop”.
3. operar sistemas de suporte à decisão para processos ambientais.
4. analisar as ferramentas de GIS para atuação no setor ambiental.
5. trabalhar com programação de Banco de Dados e OPENGIS.
6. interpretação da documentação técnica.
7. elaboração e especificação técnica de componentes e requisitos de soluções de geoprocessamento para a área ambiental.
8. coordenação de processos de geocodificação manual e elaboração de processos de geocodificação automática.
9. edição, ajuste, configuração e montagem de bases cartográficas.
10. elaboração de relatórios dinâmicos em ferramentas de “Business Intelligence”.
11. elaboração de testes de soluções “Web” de Geoprocessamento.
12. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 43 – ESPECIALIDADE GESTÃO AMBIENTAL:

1. realizar atividades relacionadas ao planejamento e na gestão de recursos hídricos, atmosféricos e terrestres, na avaliação das implicações da exploração dos atrativos naturais por atividades turísticas.
2. planejar, elaborar, promover e desenvolver campanhas e ações de educação e conscientização ambiental.
3. elaborar e gerenciar ações e projetos de gestão sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais.
4. implementar e coordenar sistemas de gestão ambiental.
5. planejar, supervisionar, gerir, orientar, projetar e implementar ações pertinentes à preservação e exploração dos recursos naturais e analisar seus resultados.
6. projetar, gerir e orientar atividades relacionadas com a visitação ordenada em unidades de conservação que permitam tal tipo de ação.
7. participar em ações de zoneamento e fixação de capacidade de carga em áreas de visitação pública no interior da unidade de conservação.
8. auxiliar no planejamento de ações operacionais afetas à SEMA.
9. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 44 – ESPECIALIDADE HIDROLOGIA:

1. realizar a regulação, outorga e fiscalização do uso de recursos hídricos.
2. realizar a implementação, operacionalização e avaliação dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos.
3. realizar a análise e desenvolvimento de programas e projetos de despoluição de bacias hidrográficas, eventos críticos em recursos hídricos e promoção do uso integrado de solo e água, entre outras ações.
4. realizar atividades análogas decorrentes do cumprimento das atribuições institucionais da SEMA, referentes à gestão de recursos hídricos.
5. realizar análises de demandas hídricas requeridas por usuários frente às disponibilidades, com base no sistema de informações hidrometeorológicas e no sistema de gerenciamento de recursos hídricos do DRH.
6. realizar estudos quanto à consistência de dados Hidrometeorológicos; inspeções de campo quando necessário.
7. realizar estudos hidráulico-hidrológicos no que tange aos usuários públicos de água como companhias de abastecimento público, irrigação e navegação.
8. realizar análise de modelos matemáticos e simulação nas áreas de hidrologia e hidrogeologia.
9. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 45 – ESPECIALIDADE METEOROLOGIA:

1. analisar dados experimentais.
2. analisar dados de simulação.
3. avaliar resultados e documentar resultados.

4. diagnosticar fenômenos meteorológicos.
5. analisar efeitos da circulação atmosférica e confrontar resultados de modelos. comparar resultados de modelos com dados observados.
6. classificar periodicidade e intensidade dos fenômenos meteorológicos.
7. quantificar intensidade dos fenômenos meteorológicos.
8. elaborar previsões meteorológicas de curtíssimo prazo, de curto prazo, de médio prazo.
9. elaborar previsões climáticas.
10. obter dados de estações meteorológicas.
11. obter dados em aeronaves e navios, bóias oceânicas.
12. utilizar recursos de informática relacionados à atividade de meteorologia.
13. utilizar a aplicação da meteorologia para a gestão ambiental e de recursos hídricos.
14. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 46 – ESPECIALIDADE MEDICINA VETERINÁRIA:

1. conhecer e aplicar a legislação relacionada à fauna silvestre.
2. avaliar as características da sanidade e do tratamento adequado à fauna em cativeiro.
3. fiscalizar a profilaxia ambiental, alimentar e médica dos criadouros de fauna do Estado.
4. vistoriar a saúde do plantel animal em cativeiro.
5. atuar nas ações de identificação individual de animais, da captura e transporte dos mesmos.
6. elaborar, avaliar e monitorar projetos que visem à proteção da fauna silvestre e controle de fauna exótica invasora.
7. analisar, vistoriar e licenciar projetos de instalação de cativeiros para a fauna silvestre.
8. fiscalizar os recintos que abriguem fauna silvestre no Estado.
9. participar de projetos de manejo e conservação da fauna silvestre bem como de programa de reintrodução da fauna silvestre nativa.
10. exercer as funções de sua formação profissional nos segmentos de atividade da instituição, bem como prestar orientação técnica compatível com a respectiva formação.
11. emitir pareceres, laudos técnicos e perícias relacionados a sua área de atuação profissional.
12. executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pela chefia, compatíveis com a sua atividade profissional.
13. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 47 – TÉCNICO EM TURISMO

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, envolvendo o planejamento, a orientação e a execução dos trabalhos que visem ao desenvolvimento turístico do Estado.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. proceder ao levantamento e planejar o aproveitamento dos recursos turísticos do Estado, bem como estudar as suas potencialidades.
2. manipular dados turísticos obtidos nos pontos de entrada de turistas.
3. elaborar dados e informações turísticas.
4. participar da elaboração do Plano Estadual de Turismo.
5. prestar, por determinação superior, assistência técnica, na área de sua especialidade, às Prefeituras Municipais.
6. planejar campanha de divulgação, visando a conscientizar a comunidade das vantagens do desenvolvimento turístico.
7. manter contato com os órgãos similares de âmbito federal, estadual e municipal, a fim de incentivar o turismo.
8. manter contato com outros órgãos da administração estadual, visando à recuperação, conservação e exploração dos recursos turísticos existentes no Estado.
9. estudar, incrementar e colaborar na realização de certames, feiras e exposições em geral.
10. orientar a organização de festividades populares e a promoção de concursos sobre trabalhos considerados de interesse turístico para o Estado.
11. planejar, analisar e executar eventos turísticos.
12. colaborar com as empresas de turismo, quando solicitado, em estudos que visem a uma melhor prestação de serviços e o conseqüente incremento do turismo no Estado.
13. prestar assessoramento na elaboração da proposta orçamentária do Órgão de turismo, relacionados com as despesas de capital para investimentos programados.

14. realizar estudos da conjuntura turística, visando acompanhar o desenvolvimento turístico do Estado.
15. analisar os efeitos dos pólos emissores e receptores de turistas sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais.
16. interpretar dados sobre os costumes, práticas e hábitos dos fluxos turísticos.
17. prestar assessoramento a autoridades em assuntos de sua competência.
18. emitir pareceres em matéria de sua especialidade.
19. orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares.
20. executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 48 – TRADUTOR-INTÉRPRETE

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a execução de trabalhos de tradução, versão e interpretação de textos e documentos diversos.

Descrição Analítica das Atribuições:

1. efetuar traduções e versões de documentos escritos tais como: correspondência, normas técnicas, material noticioso, guias turísticos e informativos diversos.
2. atuar como intérprete em conferências, palestras, conversações e entrevistas.
3. fazer traduções e versões, conservando o estilo, a terminologia, a idéia e os sentimentos expressados no original.
4. passar certidões das traduções feitas, quando solicitado.
5. emitir pronunciamento sobre qualquer tradução que tenha sido argüida de errada ou dolosa.
6. prestar assistência, em matéria de sua especialidade, a autoridade ou a equipes de trabalho.
7. executar outras tarefas semelhantes.

QUADRO DE TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

CONCURSO: 49 – TÉCNICO AGRÍCOLA

Descrição Sintética das Atribuições: atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo trabalho de defesa sanitária animal e vegetal, bem como prestar assistência e orientação aos lavradores e criadores.

Descrição Analítica das Atribuições:

Nas Funções de Agricultura

- 1 - Prestar assistência aos agricultores sobre métodos de cultura e de colheita, bem como sobre meios de defesa e tratamento contra pragas e moléstias nas plantas.
- 2 - Realizar culturas experimentais através do plantio de canteiros, bem como efetuar cálculos para adubação e preparo de terra.
- 3 - Fazer demonstrações práticas do combate a formiga, do emprego de máquinas indicadas para a região, dos métodos para impedir a erosão do solo e a recuperação das áreas abandonadas.
- 4 - Informar aos lavradores sobre a conveniência da introdução das novas culturas.
- 5 - Coletar amostras de plantas e árvores, para fins de exame, identificação e classificação.
- 6 - Organizar mostruários de essências florestais e ornamentares e de plantas atacadas de moléstias e pragas, acompanhados de folhetos demonstrativos.
- 7 - Aconselhar os agricultores na aquisição do equipamento mais indicado para cada lavoura e prestar os ensinamentos práticos sobre a manutenção e conservação do mesmo.

Nas Funções de Pecuária

- 8 - Orientar os criadores, fazendo demonstrações práticas sobre métodos de vacinação, de criação e contenção de animais, bem como sobre processos adequados de limpeza e desinfecção de estábulos, baias, tambos, etc.
- 9 - Inspeccionar pocilgas, tambos, etc.
- 10 - Auxiliar o veterinário nas práticas operatórias e tratamento dos animais, controlando a temperatura, administrando remédios, aplicando injeções, supervisionando a distribuição do alimento, etc.
- 11 - Fazer transfusões de sangue.
- 12 - Proceder à tuberculização e ao exame de soro-aglutinação para verificação de moléstias.
- 13 - Extrair sangue para fins de exame.
- 14 - Colaborar em experimentação zootécnica.
- 15 - Realizar a inseminação artificial.
- 16 - Vacinar e pesar animais.

- 17 - Colaborar na organização de exposições rurais.
- 18 - Acompanhar o desenvolvimento da produção do leite e verificar o respectivo teor de gordura.
- 19 - Dar orientação sobre indústrias rurais de conservas e laticínios.
- 20 - Fazer registro de criadores e agricultores.
- 21 - Executar outras tarefas semelhantes.

QUADRO GERAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO

CONCURSO: 50 – GUARDA-PARQUE

Descrição Sintética das Atribuições: Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo atividades relativas à vigilância, patrulhamento e fiscalização nas Unidades de Conservação do Estado do Rio Grande do Sul, que estão sob sua guarda.

Descrição Analítica da Atribuições:

- 1 - Exercer vigilância nas Unidades de Conservação do Estado do Rio Grande do Sul, sob sua guarda, percorrendo a propriedade ou observando-a do alto de uma torre, para localizar incêndios e descobrir irregularidades, como presença de estranhos, caça e outras práticas danosas.
- 2 - Comunicar a administração sobre ocorrência de incêndios e demais irregularidades, bem como do estado das Unidades de Conservação, utilizando rádio, telefone, relatos periódicos e outros meios, para ensejar a tomada de medidas oportunas.
- 3 - Participar do combate a incêndios, valendo-se de água e produtos químicos, abrindo aceiros e lançando mão de outros meios, para evitar a propagação do sinistro.
- 4 - Auxiliar para desimpedir estradas e outras vias de circulação, removendo árvores e outros obstáculos, para possibilitar o livre trânsito de pessoas e veículos.
- 5 - Conservar as trilhas e estradas internas nas Unidades de Conservação Estaduais em boas condições.
- 6 - Apreender materiais e deter infratores nas Unidades de Conservação Estaduais.
- 7 - Participar em programas de educação ambiental.
- 8 - Orientar o público, acompanhar visitantes e pesquisadores.
- 9 - Conduzir veículos oficiais para a realização de suas atividades.
- 10 - Zelar pela preservação dos bens materiais sob sua responsabilidade direta ou indireta e cuidar para que haja o uso correto dos mesmos, especialmente veículos oficiais.
- 11 - Executar outras tarefas semelhantes.

CONCURSO: 51 – TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Descrição Sintética das Atribuições: Orientar e coordenar os procedimentos de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes e analisando esquemas de prevenção, para garantir a integridade do pessoal e dos bens do Estado do Rio Grande do Sul.

Descrição Analítica das Atribuições:

- 1 - Identificar situações de risco à saúde do trabalhador no ambiente de trabalho e propor e executar medidas de eliminação e neutralização.
- 2 - Executar os procedimentos e programas de prevenção de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados.
- 3 - Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador.
- 4 - Organizar e manter atualizada a documentação exigida por lei.
- 5 - Ministrando treinamento para os funcionários da Administração Pública na área de segurança do trabalho.
- 6 - Propor melhorias na área de segurança do trabalho.
- 7 - Executar outras atribuições correlatas.

ANEXO IV - Quadro demonstrativo das Áreas de Conhecimento da Prova Objetiva, do caráter eliminatório e/ou classificatório, do n.º de questões, do valor das questões, de acertos mínimos, da pontuação mínima exigida para a aprovação e da pontuação máxima.

- PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, CONCURSOS 01 A 48, A PROVA OBJETIVA SERÁ CONSTITUIDA, CONFORME QUADRO ABAIXO:**

ÁREA DE CONHECIMENTO	CARÁTER	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO	ACERTO MÍNIMO	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Língua Portuguesa	Eliminatório e Classificatório	15	1,5	7	10,5	22,5
Legislação	Classificatório	05	1,5	-	-	7,5
Informática	Classificatório	10	1,0	-	-	10
Conhecimentos Específicos	Eliminatório e Classificatório	20	3,0	10	30	60

Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver o número mínimo de acertos nas questões exigidas nas Áreas de Conhecimento de caráter eliminatório e obtiver 50% (cinquenta por cento) de acertos sobre o total das questões da Prova Objetiva.

- PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO, CONCURSOS 49 A 51, A PROVA OBJETIVA SERÁ CONSTITUIDA, CONFORME QUADRO ABAIXO:**

ÁREA DE CONHECIMENTO	CARÁTER	Nº DE QUESTÕES	VALOR DA QUESTÃO	ACERTO MÍNIMO	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Língua Portuguesa	Eliminatório e Classificatório	15	2	7	14	30
Informática	Classificatório	05	2	-	-	10
Conhecimentos Específicos	Eliminatório e Classificatório	20	3	10	30	60

Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver o número mínimo de acertos nas questões exigidas nas Áreas de Conhecimento de caráter eliminatório e obtiver 50% (cinquenta por cento) de acertos sobre o total das questões da Prova Objetiva.

ANEXO V - Modelo de Laudo Médico para candidato que deseja concorrer à reserva de vaga para Pessoas com Deficiência

Atesto, para os devidos fins, que _____, candidato ao cargo de _____ é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID _____, com o grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto) _____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar a provável causa da doença): _____.

Forneço, também, as seguintes informações:

1. Faz uso de prótese, órtese ou adaptações? () Sim. () Não.

Em quais membros/partes do corpo? _____

2. No caso de deficiente auditivo, anexar exame de audiometria recente (até seis meses).

3. No caso de deficiente visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

4. Se deficiente mental, especificar as áreas de limitação associadas e habilidades adaptativas _____

5. Se deficiente com deficiência múltipla, especificar a associação de duas ou mais deficiências: _____

_____, ____ de _____ de 2014.

(Local)

Assinatura do Médico

Carimbo com nome e CRM do Médico.

Obs:

1- O laudo deverá conter o nome do médico, a assinatura, e, ainda, o número do CRM dessa especialista na área de deficiência/doença do(a) candidato(a) e o carimbo; caso contrário não terá validade. Este, também deverá ser legível, sob pena de não ser considerado.

2 - Este documento é um modelo referencial de Laudo Médico, podendo ser utilizado ou não, a critério do médico. No entanto, o laudo médico deve conter todos os dados indicados no modelo acima, a fim de ter validade conforme a legislação em vigor.

ANEXO VI - Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição para candidatos Portadores de Deficiência

À COMISSÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS DA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS - SARH

Eu, _____, titular do Documento de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, com endereço na (o) _____, Bairro _____, Cidade: _____,

Estado: _____, Cep _____, **REQUEIRO**, isenção da taxa de inscrição para concorrer a vaga referente ao cargo _____, sendo que anexo a documentação exigida pelo subitem 2.5.1, do Edital de Concursos Nº 01/2014 – SARH.

Declaro que as informações prestadas e documentos anexos são verídicos e, que tenho ciência de que se for verificada qualquer inveracidade serei excluído do Concurso Público, seja em qualquer fase que ele se encontre e, fico sujeito às penalidades nos termos dos arts. 299 e 304 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

ANEXO VII – Programas e Bibliografias indicados para as Provas Objetivas.

• NÍVEL SUPERIOR

1. PROVAS OBJETIVAS COMUNS A TODOS OS CARGOS (Concursos 01 a 48)

1.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

- Análise e interpretação de texto; informações literais e inferências; pressupostos e subentendidos. Estruturação do texto e dos parágrafos; recursos de coesão. Variedades lingüísticas nas situações comunicativas. Compreensão global do texto; ideias principais e secundárias. Estrutura do texto e dos parágrafos; substituições de estruturas. Os articuladores textuais; encadeamento e progressão textual.

- Elementos de semântica: significação das palavras no contexto, sinonímia, antonímia, paronímia, polissemia.

- Discurso direto, indireto e indireto livre.

- Notações gráficas. Ortografia. Regras de acentuação. Relações entre fonemas e letras. Abreviaturas usuais. Formação e estruturação de palavras. Valores de prefixos, radicais e sufixos. Famílias etimológicas. Classes e categorias gramaticais. Usos e principais valores associados a cada classe.

- Sistema de flexão verbal. Valores dos tempos e dos modos verbais. Vozes verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal.

- Crase. Pontuação e sua relação com a estruturação sintática.

- Subordinação e coordenação. Compreensão da natureza das relações de subordinação e coordenação. BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 37. ed. revista e ampliada, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (edição atualizada, com a Reforma Ortográfica 2008).

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PLATÃO e FIORIN. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.

PROENÇA FILHO, Domício. **Guia Prático da ortografia da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Fontes online:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Busca no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=23>> Acessado em 16/05/2014.

Dicionário do Aurélio. Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>> Acessado em 16/05/2014.

iDicionário Aulete. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/index.php>>. Acessado em 16/05/2014.

1.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO

- Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar Estadual n. 10.098/94).

- Disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul sobre servidores públicos civis.

- Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 8.666/93).

- Regulação e Organização do quadro de Funcionários servidores técnico-científicos do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual n. 14.224/2013 e Lei Estadual n. 14.477/2014).

- Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006).
- Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010) e Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual nº 13.694/2011).
- RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul** – Disposições sobre servidores públicos civis (arts. 29 a 45).
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar Estadual nº 10.098/94** – Dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul.
- BRASIL. **Lei Federal nº 8.666/93** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.340/2006** – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei Federal nº 12.288/2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 13.694/2011** – Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 14.224/2013** – Reorganiza o Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado, criado pela Lei n.º 8.186, de 17 de outubro de 1986.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 14.477/2014** – Introduce modificações na Lei n.º 8.186, de 17 de outubro de 1986, que cria o Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado, reorganizado pela Lei n.º 14.224, de 10 de abril de 2013, criando e alterando categorias funcionais no Quadro dos Funcionários Técnico-Científicos do Estado.

1.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE INFORMÁTICA

- Conceitos práticos de informática, Internet e segurança da informação.
- Padrões e modelos: Marco Civil da Internet. e-PING (Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico), dados abertos (INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), ODF (padrão para formato aberto de documentos).
- Conhecimentos práticos de LibreOffice, Microsoft Windows 7, Microsoft Office 2010, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010.
- CERT.br. **Cartilha de Segurança para Internet**, 2. ed. São Paulo: CERT.br, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>> Acesso em: 19/05/2014.
- CGI.BR. **O CGI.br e o Marco Civil da Internet**. Disponível em <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/CGI-e-o-Marco-Civil.pdf>>. Acesso em: 19/05/2014.
- COX, Joyce; LAMBERT, Joan. **Microsoft Word 2010 - Passo a Passo**. Porto Alegre:Bookman,2011.
- COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. **Windows 7 - Passo a Passo**. Porto Alegre:Bookman,2010.
- DOCUMENT FOUNDATION. **LibreOffice - Guia do Iniciante**. Disponível em: <<http://wiki.documentfoundation.org/images/3/3e/0100GS3-Guiadolniciante-ptbr.pdf>>. Acesso em: 19/05/2014.
- _____. **LibreOffice - Guia do Writer**. Disponível em: <http://wiki.documentfoundation.org/images/b/b3/0200WG3-Guia_do_Writer-ptbr.pdf>. Acesso em: 19/05/2014.
- _____. **LibreOffice Guia do Math**. Disponível em: <http://wiki.documentfoundation.org/images/8/85/0700MG33-Guia_do_Math-ptbr-PDF.pdf>. Acesso em: 19/05/2014.

- FISHER, Paul. **Redes e Telecomunicações**. Disponível em <<http://chasqueweb.ufrgs.br/~paul.fisher/apostilas/redes/redes.htm>>. Acesso em: 19/05/2014.
- FRYE, Curtis. **Microsoft Excel 2010 - Passo a Passo**. Porto Alegre:Bookman,2011.
- KOZAK, Dalton Vinicius. **Conceitos Básicos de Informática**. Disponível em <<http://chasqueweb.ufrgs.br/~paul.fisher/apostilas/inform/Conceitos.Basicos.da.Informatica.PDF>>. Acesso em: 19/05/2014.
- MANZANO, José Augusto N.G. **Guia Prático de Informática - Terminologia, Microsoft Windows 7 - Internet e Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010 e Microsoft Office Access 2010**. São Paulo: Érica, 2011.
- MICROSOFT. **Descubra o Windows 7**. Disponível em <<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/help/getting-started#T1=tab01>>. Acesso em: 19/05/2014.
- _____. **Introdução ao Office 2010**. Disponível em <<http://office.microsoft.com/pt-br/support/introducao-ao-microsoft-office-2010-FX100996114.aspx>>. Acesso em: 19/05/2014.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **e-PING: padrões de interoperabilidade de governo eletrônico**. Disponível em <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/documento-da-e-ping-versao-2013/>>. Acesso em: 19/05/2014.
- _____. **INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos**. Disponível em <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos>>. Acesso em: 19/05/2014.
- SECRETARIA GERAL DE GOVERNO. **Guia ODF – Documento de Referência de Migração para Formatos Abertos**. Disponível em <<http://www.tic.rs.gov.br/conteudo/2043/guia-odf---documento-de-referencia-de-migracao-para-formatos-abertos>>. Acesso em: 19/05/2014.

2. PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO

2.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 01 – Analista de Sistemas

- Linguagens de Programação: conceito; tipos abstratos de dados; programação orientada a objeto.
- Engenharia de Software: engenharia de requisitos; modelagem de requisitos; modelos de processo; modelo entidade-relacionamento; diagrama entidade-relacionamento; diagrama de fluxo de dados; Unified Modeling Language.
- Redes de Computadores: arquitetura em camadas; modelo OSI; protocolos e serviços (IP, TCP, UDP, HTTP, FTP, SMTP e DNS); equipamentos (hub, switch e roteador); meios de transmissão (wireless, cabo coaxial, par trançado e fibra ótica); segurança (controle de acesso na rede, SSL, IPsec, Firewall e WEP); gerenciamento (agente, gerente, SMI e MIB).
- Banco de Dados: SQL: criação e manutenção das tabelas; definição das chaves para os relacionamentos; operações de inserção, deleção, alteração e consulta no banco de dados; controle de acesso para os usuários do banco de dados.
- Segurança de sistemas: auditoria de sistemas; segurança de software; segurança da informação.
- Qualidade de software: teste de software.

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança e Auditoria em Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2008. ISBN 978-85-7393-747-3

KUROSE, James, F. **Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down** / James F. Kurose e Keith W. Ross; 5. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2010. ISBN 978-85-88639-97-3

FOROUZAN, Behrouz A. **Comunicação de dados e redes de computadores** / Behrouz A. Forouzan com a colaboração de Sophia Chung Fegan; 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. ISBN 978-85-86804-88-5

SILBERSCHATZ, Abraham **Sistema de banco de dados** / Abraham Silberschatz, Henry F. Korth, S. Sudarshan; Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. ISBN 85-352-1107-8

PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de software: uma abordagem profissional**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. XXVIII, 780 p. ISBN 978-85-63308-33-7

SEBESTA, Robert W. **Conceitos de linguagens de programação** / Robert W. Sebesta; 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. ISBN 85-363-0171-6

2.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 02 – Arquivista

Fundamentos e princípios arquivísticos. Diagnóstico e projeto de arquivo. Análise diplomática, análise tipológica e identificação. Gestão arquivística de documentos (fases e níveis de gestão documental, instrumentos de gestão documental, protocolo e métodos de arquivamento). Procedimentos arquivísticos: classificação, avaliação e descrição. Gestão de documentos arquivísticos digitais. Preservação digital. Reprografia. Difusão em arquivos. Conservação e preservação de documentos.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011. Disponível em <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/e-arq-brasil-2011-corrigido.pdf>. Acesso 19 maio 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira – Atualizada em abril de 2014**. Disponível em

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgj/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>. Acesso em 19 maio 2014.

LOPES, Luís Carlos. **A nova Arquivística na modernização administrativa**. Brasília : Projecto Editorial, 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SANTOS, Vanderlei Btista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos**. Distrito Federal : SENAC, 2007.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília : Oficina Universitária; São Palo : Cultura Acadêmica, 2012. p. 197 – 215. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em 19 maio 2014.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Preservação nos arquivos e na Arquivologia. In.: **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. **Cómo seleccionar documentos de archivo**. Buenos Aires : Alfagrama, 2006.

Normas de Descrição Arquivística:

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Nobrade: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em 19 maio 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Isaar (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar_cpf.pdf. Acesso em 19 maio 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF: Norma internacional para descrição de funções**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/ISDF.pdf. Acesso em 19 maio 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/isdiah.pdf> . Acesso em 19 maio 2014.

2.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 03 – Assessor Administrativo – Especialidade Administração

Funções da Administração, com destaque às seguintes áreas:

A Organização, a Administração e o Administrador: Conceitos do processo administrativo e suas inter-relações. O planejamento, tomada de decisões gerenciais e resolução de problemas. Conceito de organizações eficazes. Desenho organizacional. Fundamentos e configurações do *Desing* organizacional. Liderança e princípios do controle e suas inter-relações.

Administração de recursos humanos: as organizações e as pessoas que nelas trabalham. Subsistemas de recursos humanos; funções gerais e atividades de rotina de recursos humanos. A gestão atual com pessoas. Planejamento de carreira. Gestão estratégica do conhecimento.

Planejamento estratégico: Planejamento Estratégico. Tendências Modernas na Administração. Funções de Planejamento. Definição de objetivos e formulação de estratégias organizacionais. A importância dos objetivos estratégicos apropriados para uma organização. O processo da administração estratégica.

Administração Financeira e Orçamento: ambiente financeiro; conceitos financeiros; técnicas de análise e planejamento financeiro; administração do capital de giro; administração de ativos permanentes e investimentos de capital; custo de capital, estrutura de capital e de dividendos; técnicas de orçamento de capital; fontes de financiamento curto e longo prazo.

Sistemas de Informações Gerenciais: Conceitos básicos sobre sistemas de informação; conceitos de tecnologia da informação; sistemas de informações gerenciais; desenvolvimento e gestão de sistemas de informações gerenciais.

Elaboração, Análise e Administração de Projetos: planejamento de projetos; análises econômico-financeiras de projetos; financiamento de projetos; gerência da execução de projetos e suas inter-relações.

LEI Nº 14.224, DE 10 DE ABRIL DE 2013. (atualizada até a Lei n.º 14.477, de 23 de janeiro de 2014)

CARAVANTES R. Geraldo; PANNO C. Claudia; KLOECKNER C. Mônica. **Administração, Teorias e Processo**. 1 Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CERTO SAMUEL C; tradução e adaptação Reynaldo Cavalheiro Marcondes, Ana Maria Roux Cesar. **Administração Estratégica Planejamento e Implantação de Estratégias**. 3. Edição. São Paulo: Pearson Education, 2011.

CHIAVENTO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

FLEURY, Maria Tereza Leme; JR. OLIVEIRA, Moacir de Miranda. **Gestão Estratégica do Conhecimento: integrando a aprendizagem, conhecimento e competências**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais, conhecimento e competências**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

GUITMAN L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 2ª Edição. Porto Alegre. Bookman, 2001.

MAXIMIANO A. C. Amaru. **Teoria Geral da Administração – Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 7 Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

MINTZBERG H. **Criando Organizações Eficazes: 2ª Edição**. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria Geral da Administração**. Uma abordagem prática. 1ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira: Aplicações à análise de Investimentos**. 3ª. Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Algreto Mello. **Gestão com Pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WOOD, Tohomaz Jr. **Mudança Organizacional**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

2.4. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 04 – Assessor Administrativo – Especialidade Contabilidade

CONTABILIDADE: conceito; objeto; objetivo; campo de aplicação; Patrimônio: conceito; equação fundamental do patrimônio; representação gráfica do patrimônio; composição quantitativa e qualitativa; os fatos contábeis e seus efeitos no patrimônio; o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido. Variações patrimoniais: fatos permutativos, modificativos e mistos. Técnicas Contábeis: Lançamentos contábeis e formalidades da escrituração. Balancete de Verificação. Apuração de Resultados. Controles de estoques (PEPS, UEPS e média ponderada móvel). Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: diário e razão. Erros de escrituração e suas correções. Elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, pelos princípios fundamentais de Contabilidade e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa (métodos direto e indireto). Demonstração do Valor Adicionado: conceito; conteúdo; estrutura; elaboração. Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Critérios de avaliação do Ativo e do Passivo; eventos subsequentes. Capital Social: Composição acionária, resgate e alterações; remuneração do capital social; constituição e reversão de reservas; Procedimentos de auditoria; levantamento e estruturação das demonstrações contábeis; análise das demonstrações contábeis: análise financeira, análise econômica e análise comparativa setorial; Indicadores de Liquidez. Indicadores e medidas de solvência. Indicadores de Endividamento. Indicadores de Rentabilidade. Análise vertical e horizontal (Mensuração de ativos e passivos).

CONTABILIDADE DE CUSTOS: Conceito; objetivo; Sistemas de custeio, tecnologias de produção, aquisição e aplicação de materiais na produção; apropriação da mão-de-obra e dos gastos gerais de fabricação; custos fixos e custos variáveis; margem de contribuição e ponto de equilíbrio, custo – volume – lucro e formação do preço de venda.

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: Conceito, objeto e campo de atuação. Instrumentos de Planejamento: PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamento Anual. Processo Orçamentário no Rio Grande do Sul: conceitos, conteúdos, princípios orçamentários. Patrimônio Público: conceito, classificação, variações patrimoniais orçamentárias e extra orçamentárias, Mensuração de Ativos e Passivos, incorporação e desincorporação de bens. Receita Pública: conceito, classificações e estágios. Despesa Pública: conceito, classificações e estágios, regime de adiantamento, suprimento de fundos, limites constitucionais e legais da despesa. Licitação: conceito; tipos; modalidades. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência. Sistemas e Planos de Contas: conceitos, objetivo, elencos, função e funcionamento das contas, encerramento de contas, registros nos sistemas orçamentário, patrimonial, de resultados e de compensação. Lançamentos Típicos do Setor Público, Registro Contábil até o quinto dígito. Demonstrações contábeis e relatórios: conceitos, estrutura, elaboração e análise dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais e outros demonstrativos financeiros obrigatórios na prestação de contas anuais. Prestação de contas, Controle interno e Controle externo: conceitos, prazos, sistema de controle interno, princípios do controle interno; controle externo e aspectos constitucionais do controle interno e externo.

PERÍCIAS: Planejamento e execução, procedimentos da perícia, laudo pericial, organização de um trabalho pericial, análise dos quesitos e meios de prova.

ATTIE, William. **Auditoria- Conceitos e Aplicações**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011. BRASIL.

BRASIL- Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei nº 12.715/2012, de 17 de setembro de 2012 BRASIL. CFC - Conselho Federal de Contabilidade - Resolução

CFC nº 1282 de 28.5.2010 e Resolução CFC nº 750/93 de 29.12.1993. BRASIL-Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (procedimentos contábeis orçamentários)**. 5ª edição. Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Contabilidade, 2013. <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>.

Leis Federais 6.404, de 15 de dezembro de 1976; 11.638, de 28 de dezembro de 2007; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.883, de 08 de junho de 1994; 10.520, de 17 de julho de 2002; 11.941, de 27 de maio de 2009 e Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

_____. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil- Teoria e Prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Lúcio Camargo. **Contabilidade tributária**. 12. ed., ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FIPECAFI. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Eliseu Martins. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade Geral Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista**. 47. ed. São Paulo: Atlas, 2012

OLIVEIRA, Luís Martins de. **Manual de contabilidade tributária**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e intermediária**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2012

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade Avançada**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO. Osni M.. **Contabilidade Avançada**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012

ROSA, Maria B. **Contabilidade do Setor Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. Ampliado e revisto conforme Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 e Pronunciamentos do CPC.. 3ª edição São Paulo: Atlas, 2012.

ZANNA, Remo D. **Prática de Perícia Contábil**. 3. ed. São Paulo; IOB, 2011.

2.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 05 – Assessor Administrativo – Especialidade - Direito

Direito Civil:

Das Pessoas, Direito de personalidade, domicílio, Pessoas Jurídicas, Fundações. Ato jurídico, fato e ato jurídico, modalidades e formas de ato jurídico. Efeitos do ato jurídico; nulidade, atos ilícitos. Negócio jurídico: espécies; provas; manifestação da vontade; vícios da vontade; defeitos do negócio jurídico, invalidade do negócio jurídico. Prescrição, prazo, suspensão, interrupção, decadência. Obrigações; conceito, relação obrigacional, fontes; obrigação de dar, de fazer e não fazer, obrigações alternativas,

solidárias, divisíveis obrigação natural, cumprimento ordinário e extraordinário, transmissão, solidariedade. Extinção das obrigações: pagamento-objeto e prova, lugar e tempo de pagamento, mora; compensação, novação, transação, direito de retenção. Contratos: disposições gerais, classificação, elementos; fases, interpretação; responsabilidade, revisão extinção, vícios. Contratos em espécie. Responsabilidade Civil. Direito da Coisas,: posse propriedade; Aquisição; permissão de uso, meios aquisitivos, transmissão e extinção. Direitos reais de garantia

Direito Constitucional:

Constituição: princípios fundamentais. Teoria da Constituição. Classificação das Constituições. Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Da organização político administrativa: das competências da União, Estados e Municípios. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos Poderes. Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do presidente da república. Do Poder Legislativo: da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas.

Direito Administrativo:

Administração pública: princípios básicos. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. Serviços Públicos: conceito e princípios; delegação: concessão, permissão e autorização. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Licitação: conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento, anulação e revogação da licitação. Modalidades de licitação. Sanções penais na licitação. Contratos administrativos: conceitos, peculiaridades e interpretação. Formalização do contrato administrativo: instrumento, conteúdo, cláusulas essenciais ou necessárias, garantias para a execução do contrato, modalidades de garantia. Execução do contrato administrativo: direitos e obrigações das partes, acompanhamento da execução do contrato, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução, revisão, suspensão e rescisão do contrato. Lei nº 8.666/93. Principais contratos administrativos. Serviços Públicos: conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competência para prestação do serviço. Formas e meios de prestação do serviço. Convênios e consórcios administrativos. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Rio grande do Sul. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Dos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Domínio Público: conceito e classificação dos bens públicos. Administração dos bens públicos. Utilização dos bens públicos. Alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico. Desapropriação. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Atuação no domínio econômico. Controle da administração: conceito, tipos e formas de controle. Responsabilidade fiscal. Controle administrativo: conceito e meios de controle. Formas judiciais de controle da atividade administrativa: Ação Popular (Lei n. 4.717/65), Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e Mandado de Segurança individual e coletivo (Lei n. 12.016/2009).

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**, 3 volumes Ed. Saraiva. Edições de 2010 e seguintes

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, Revisado por Carlos Roberto Barbosa Moreira. **Instituições de Direito Civil**, 6 Volumes Ed. Forense 17. ed. e seguintes.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Coleção Direito Civil**, 7 volumes, Ed. Atlas. 12. ed. e seguintes.

Obs: Além das obras doutrinárias indicadas, também integram a bibliografia toda a legislação pertinente à matéria constante do programa do edital, assim como os enunciados de súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

2.6. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 06 – Assessor Administrativo – Especialidade - Economia

Análise Microeconômica: Teoria do consumidor: utilidade, preferências, restrição orçamentária, curvas de indiferença, excedente do consumidor e ponto de equilíbrio. Teoria da escolha individual sob risco, função de utilidade esperada, Aversão ao risco e seguros. Estruturas clássicas de funcionamento do mercado de bens e a obtenção do equilíbrio: monopólio, concorrência perfeita, oligopólio e concorrência monopolística. Teoria dos custos no curto e longo prazos. Mercados para fatores de produção. Excedente do consumidor e do produtor. Equilíbrio geral. Teoria do Bem-estar. Análise de indústrias e da concorrência. Padrão de concorrência e Análise de competitividade, vantagens competitivas e falhas de mercado. Cadeias e redes produtivas. Competitividade e estratégia. Mercados com informação assimétrica. Mercados contestáveis. Teoria dos Jogos. Equilíbrio de Nash. Teoria dos contratos: agente - principal.

Análise Macroeconômica: Conceitos básicos de Macroeconomia: Produto Interno Bruto/Líquido, Produto Nacional Bruto/Líquido, Fluxo e estoque em macroeconomia, variáveis reais e nominais. Análise da determinação da renda: abordagens Clássica e Keynesiana. Consumo, poupança e investimento. Teoria básica do Investimento. Poupança, investimento e conta corrente. Receita, orçamento e financiamento do déficit governamental. Modelo IS/LM. Economia Monetária: demanda e oferta de moeda, multiplicador monetário. Moeda, taxa de câmbio e juros: Arranjos de câmbio, política monetária sob taxas de câmbio fixas e flutuantes. Política macro econômica numa economia aberta com taxas de câmbio fixas e taxas de câmbio flutuantes. Inflação e desemprego. Crescimento econômico: modelos endógeno e exógeno. Teoria básica da política econômica: instrumentos, incerteza, regras, discricionariedade e consistência. Determinação da renda e estabilização. Noções sobre as teorias do crescimento e do ciclo.

Economia do Setor Público: Funções econômicas do governo. Bens públicos e externalidades. Receita pública e os impostos. Funções econômicas dos impostos. Princípios de tributação. Efeitos da política tributária sobre as unidades econômicas, consumo, poupança e investimentos. Orçamento. Curva de Laffer. Processo orçamentário. Sistema Tributário Brasileiro. Lei de responsabilidade fiscal.

Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares e de Cooperativas: Sistema agroalimentar. Organização industrial e concorrência no agribusiness. Competitividade no agronegócio. Indicadores de desempenho. Concorrência e Estratégia. Estrutura de governança. Coordenação da cadeia produtiva. Ambiente organizacional, ambiente institucional, ambiente tecnológico, ambiente competitivo e estratégia. Competitividade e estrutura de governança. Falhas de mercado e políticas públicas. Inovação e tecnologias em sistemas agroalimentares. Organização da atividade cooperativa. Finanças no agribusiness. Planejamento estratégico e tático no agribusiness.

Fundamentos de Finanças Empresariais. Estruturas das demonstrações contábeis. Origem e aplicações de recursos. Administração do Capital de giro. Análise das demonstrações financeiras. Fórmula Du Pont. Análise do ponto de equilíbrio. Alavancagem operacional. Alavancagem financeira. Orçamento empresarial. Financiamento das atividades empresariais.

Planejamento, Elaboração e Análise de Projetos de Investimento: Planejamento econômico: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas. Processo de planejamento da firma. Etapas e estrutura de um projeto de investimento. Estudo de mercado. Determinação da escala e da localização do investimento produtivo. Estimativa de custos, análise do ponto de equilíbrio e efeitos da alavancagem. Financiamento das atividades empresariais. Planos de financiamento. Valor do dinheiro no tempo, equivalência de valores no tempo, taxa efetiva. Fluxos de caixa, taxa mínima de aceitação, taxa de desconto. Avaliação de alternativas de Investimento. Métodos de decisão de investimento. Hipóteses subjacentes aos métodos de avaliação. Análise do risco em projetos de investimento. Benefício/custo social

Estatística Aplicada: Noções básicas de estatística. Média, mediana, moda e outras medidas de tendência central. Desvio padrão e outras medidas de dispersão. Construção de índices simples. Construção de índice agregado de preços. Números índices. Preços relativos. Mudança do período-base. Índice de preços. Noções de distribuição de probabilidades. Testes de hipóteses. Propriedades da variância. Ajustamento de curvas e método de mínimos quadrados. Análise de regressão e correlação.

Constituição Federal (Título VI – Da Tributação e do Orçamento)

Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (1ª edição em diante).

PINDYCK, Robert S. e RUBINSFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público – Uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e

SACHS, Jeffrey D. e LARRAIN, Felipe B. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística**. São Paulo: McGraw-Hill.

WOILER, Samsão e MATHIAS, W. Franco. **Projetos – Planejamento, Elaboração, Análise**. São Paulo: Atlas.

ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira.

2.7. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 07 – Assessor Administrativo – Especialidade - Gestão Pública

Teoria Geral da Administração: As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo.

Macroeconomia: Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos. O papel do governo. Conceito de moeda e agregados monetários, noções de contabilidade social; conceitos e medidas de inflação e de emprego. O setor governamental, déficit do governo e política fiscal; Política monetária, taxas de juros e a determinação do produto; Noções sobre taxa de câmbio e regimes cambiais.

Teorias da Administração Pública: O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Teoria das Finanças Públicas: Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Orçamento Público: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Regulação e Gestão Pública: Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Licitação, Contratos e Convênios: Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

ABRUCIO, F. L. **Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático**: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Org) Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado**. In: BRESSER-PEREIRA, L C; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005a.

_____, L. C. **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: BRESSER-PEREIRA, L C; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005b.

_____, L. C. **Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 50, n.1, 2010.

CARDOSO, F. H. **Reforma do Estado**. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Org) Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da administração**: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CRUZ, Flávio da (Coord). **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo, Atlas, 2009.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: USP, 1987.

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PEDRO IVO SEBBA RAMALHO (Org.). **Regulação e Agências Reguladoras**: governança e análise de impacto regulatório – Brasília: Anvisa, 2009.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

VASCONCELLOS, M A S ; GARCIA, M E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2006

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília: Ed. UNB. v. 2, 1999.

2.8. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 08 – Assistente Social

Questão social: determinações sócio-históricas e perspectivas de enfrentamento.

Gestão, controle social e operacionalização das políticas sociais: interfaces dos diferentes segmentos.

Pesquisa social, supervisão e os processos de construção de conhecimento.

Processos de trabalho e estratégias metodológicas do Serviço Social – redes; abordagens; interdisciplinaridade e intersetorialidade.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo, Cortez, 2002. Capítulo 2.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, dez. 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/05.pdf

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, set. 2008. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300011

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2007.

BONFIM, Paula. Entre o público e o privado: as estratégias atuais no enfrentamento à questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179616095014>

BRASIL, República Federativa. Política Nacional de Assistência Social – <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/pnas20071.pdf>

BRAVO, Maria Inês Souza e PEREIRA, Potyara A.P. (orgs) **Política Social e Democracia**. São Paulo, Cortez; Rio de Janeiro, UERJ, 2003.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a07.pdf>

COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n.9, dez. 2008. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452008000200006&lng=pt&nrm=iso

CUNHA, Penha F.; MAGAJEWSKI, Flávio. Gestão participativa e valorização dos trabalhadores: avanços no âmbito do SUS. **Saude e Sociedade**, São Paulo, v. 21, supl. 1, maio 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000500006&script=sci_arttext

FUZIWARA, Aurea Satomi. Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, set. 2013.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010

GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely Ferreira. Interdisciplinaridade na saúde pública: um campo em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, jul. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v2n2/v2n2a08>

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2004. Parte III.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, mar. 2004. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462004000100006&lng=pt&nrm=iso>

MONTANO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 110, jun. 2012.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. A "viagem de volta": significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, jun. 2013.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 3, n. 4, jun. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452006000100009&script=sci_arttext

2.09. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 09 – Biólogo

Biologia celular e molecular; genética e hereditariedade; processos, padrões e tempo na evolução da vida; diversidade animal (protostomados e deuterostomados); diversidade vegetal (plantas avasculares e plantas vasculares); fungos; protistas; moneras; classificação dos seres vivos (elementos básicos de sistemática e taxonomia).

ABRANTES, Paulo C. e colaboradores. **Filosofia da Biologia**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.

AMORIM, Dalton de Souza. **Fundamentos de Sistemática Filogenética**. 1. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

CARROLL, Sean B. **Infinitas formas de grande beleza. Como a evolução forjou a grande quantidade de criaturas que habitam o nosso planeta**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SADAVA, David; HELLER, H. Craig; ORIAN, Gordon H.; PURVES, William K. & HILLIS, David. **Vida: a Ciência da Biologia. Volume I: Célula e Hereditariedade**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SADAVA, David; HELLER, H. Craig; ORIAN, Gordon H.; PURVES, William K. & HILLIS, David. **Vida: a Ciência da Biologia. Volume II: Evolução, Diversidade e Ecologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

STEARNS, Stephen C. & HOEKSTRA, Rolf F. **Evolução: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

2.10. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 10 – Engenheiro: Área - Engenharia Ambiental

Licenciamento ambiental: o processo de licenciamento ambiental e suas etapas; **Resíduos sólidos**: classificação de resíduos alinhado com a ABNT NBR 10004/04, armazenamento provisório alinhado com a ABNT NBR 12235/92, transporte e manuseio, destinação final, minimização e reciclagem; **Poluição atmosférica e controle de emissões**: principais poluentes atmosféricos e seus impactos ao meio ambiente e a saúde humana, medidas de controle de emissões atmosféricas, padrões de qualidade do ar de emissão aplicados às fontes poluidoras; **Poluição do Solo e da água subterrânea**: prevenção da poluição e controle da qualidade do solo, técnicas de remediação de solo e água subterrânea, critérios e valores orientadores de qualidade do solo, parcelamento e uso do solo; **Fauna e Flora**: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) no âmbito do Rio Grande do Sul, recuperação de área degradada; **Poluição Visual e Sonora**; **Recursos hídricos e tratamento de água**: principais poluentes da água e seu impacto ao ambiente e a saúde humana, classificação dos corpos hídricos, técnicas de tratamento de água; **Tratamento de efluentes**: técnicas de tratamento de efluentes; padrões de lançamento de efluentes; **Mudanças climáticas**: gases do efeito estufa e aquecimento global, medidas de mitigação e adaptação; **Lei de crimes ambientais**: proibições e sanções.

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DERSIO, Jose Carlos. **Introdução ao Controle de Poluição Ambiental**. 4 ed. São Paulo. Oficina de Textos, 2012.

RODRIGUES FILHO, Saulo; Santos, Andrea Souza. **Um Futuro Incerto - Mudanças Climáticas e a Vida No Planeta** – Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 10004:Resíduos sólidos: Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12235: Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL, Rio Grande do Sul. LEI Nº 11.520, DE 03 DE AGOSTO DE 2000.(atualizada até a Lei n.º 13.914, de 12 de janeiro de 2012). Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Lei [Federal Nº 9.605, de 12 fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências \(Lei de Crimes Ambientais\)](#)

BRASIL. Resolução Conama Nº 420 de 28 de Dezembro de 2009 (alterada pela Resolução CONAMA nº 460/2013). Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

BRASIL. [LEI Federal Nº 12.651, de 25 de MAIO de 2012](#). Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001); e dá outras providências. Relativa ao novo Código Florestal Brasileiro.

2.11. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 11 – Engenheiro: Área - Engenharia Civil

Análise e interpretação de projetos gráficos: arquitetônico, estrutural, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas.

Concepção e elaboração de projetos estrutural (concreto armado, aço), hidrossanitário e de PPCI.

Gerenciamento de projetos.

Análise do comportamento estrutural em edifícios de estruturas de concreto armado, de aço, de alvenaria estrutural e de fundações.

Materiais e técnicas de construção: instalação de canteiros, locação de obras, execução de: fundações, estruturas metálicas e de concreto armado, alvenaria estrutural, alvenarias de vedação, pisos de concreto, coberturas, impermeabilização, esquadrias, vidros, revestimentos de paredes, teto e pisos, divisórias e forros, pinturas.

Desempenho das edificações; térmico, acústico, lumínico, estanqueidade, estrutural.

Conceitos de manutenção preventiva e corretiva; manual do proprietário/usuário.

Patologia das edificações.

Acessibilidade.

Sustentabilidade.

Gestão e economia da construção: planejamento e controle da produção, gestão de custos e orçamentos, gestão da qualidade na construção, gestão de empreendimentos, condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

Segurança do Trabalho: Fundamentos de segurança do trabalho, normas, procedimentos e equipamentos (NR-18).

Terraplenagem e Pavimentação. Execução de estradas de rodagem.

Lei 8666: licitações e contratos na administração pública.

Orientação técnica para contratação de serviços: termo de referência.

ABNT NBR 5674 - Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção.

ABNT NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento.

ABNT NBR 7200 – Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento.

ABNT NBR 7212 - Execução do concreto dosado em central – Procedimento.

ABNT NBR 8800 – Projeto de Estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios.

ABNT NBR 9574 - Execução de impermeabilização.

ABNT NBR 9575 – Impermeabilização – Seleção e Projeto.

ABNT NBR 12654 - Controle tecnológico de materiais componentes do concreto – Procedimento.

ABNT NBR 12655 – Concreto de cimento Portland - Preparo, controle e recebimento – Procedimento.

ABNT NBR 12721 - Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios de edifícios – Procedimento.

ABNT NBR 13281: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Requisitos.

ABNT NBR 13749 - Revestimentos de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Especificação.

ABNT NBR 13753 – Revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento.

ABNT NBR 13754 – Revestimento de paredes internas com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento.

ABNT NBR 13755 – Revestimento de paredes externas e fachadas com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimento.

ABNT NBR 14037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos.

ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto – Procedimento.

ABNT NBR 15575 partes 1 a 6 – Edificações habitacionais – Desempenho.

ABNT NBR 15846 – Rochas para revestimento – Projeto, execução e inspeção de revestimento de fachadas de edificações com placas fixadas por insertos metálicos.

ABNT NBR ISO 9001 - Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos.

DENIT – Manual de Pavimentação. Publicação IPR-719. 2006.

NR 18 – Condições e meio Ambiente de trabalho na indústria da Construção Civil.

CÁNOVAS, M.F. **Patologia e terapia do concreto armado**. São Paulo: Pini, 1988.

CEOTTO, L.H. ; BANDUK, R.; NAKAKUURA, E. - **Revestimentos de argamassa: Boas práticas em projeto, execução e avaliação**. - Editora Prolivros (ISBN: disponível em http://habitare.infohab.org.br/publicacoes_recomendacao_vol1.aspx)

CONCRETO: Ensino, pesquisa e realizações. ed. G.C.Isaia. São Paulo:IBRACON, 2005.

HELENE, P. **Corrosão em armaduras para concreto armado**. São Paulo: Pini, 1986.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - **COBERTURA COM ESTRUTURA DE MADEIRA E TELHADOS COM TELHAS CERÂMICAS**. São Paulo:IPT

Limmer, C. V. **Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras**. Editora Ltc

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL e princípios de ciência e engenharia de materiais. ed. G.C.Isaia. São Paulo: IBRACON, 2007.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais**. São Paulo: IBRACON.

BARROS, M. M. S. B.; RIBEIRO, F. A. R. **Juntas de Movimentação em Revestimentos Cerâmicos de Fachadas**. São Paulo: Pini.

NAZAR, N. **Formas e escoramentos para edifícios: critérios para dimensionamento e escolha do sistema**. São Paulo: Pini.

SOUZA, R. e MEKBEKIAN, G. **Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras**. São Paulo: Pini.

THOMAZ, E. **Trincas em edifícios: causas, mecanismos de formação**. São Paulo: IPT, 1985.

GOMIDE, T. L. F. et al. **Técnicas de inspeção e manutenção predial**. São Paulo: Pini.
SOUZA, U. E. L. **Projeto e implantação do Canteiro**. São Paulo: Nome da Rosa.
YAZIGI, W. **A técnica de edificar**. São Paulo: Pini.
MEDINA, J. e MOTTA, L.M.G. – **Mecânica dos Pavimentos** – Editora Imagemaker. 2ª Edição. 2005.
SORIANO, H.L. **Estática das Estruturas**. Editora Ciência Moderna, 3ª edição. 2013.
HIBBELER, R.C. **Resistência dos Materiais**. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora. 7ª edição. 2010.
MARTHA, L.F. **Análise de estruturas: Conceitos e métodos básicos**. Elsevier. 2010.

2.12. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 12 – Engenheiro: Área - Engenharia Elétrica

Medidas Elétricas: Medidas industriais de controle: tensão, corrente, potência, demanda, energia e fator de potência. **Eletrotécnica Geral:** Instalações elétricas de baixa tensão; Instalações elétricas de média tensão; Motores elétricos: de indução, síncronos de corrente contínua; Correção do fator potência; Aterramento de sistemas elétricos: projeção e medição, definições: terra, neutro, e massa; esquemas de aterramento; Proteção de sistemas elétricos: disjuntores, fusíveis, para raios prediais; Manutenção de instalações elétricas; Dimensionamento do número de tomadas, iluminação, número de circuitos, eletroduto, número de condutores por eletroduto, centro de distribuição, ramal de entrada, cálculo de demanda, corrente de curto-circuito. **Materiais e Componentes Elétricos:** Condutores e isolantes; Dimensionamento de circuitos elétricos: tecnologia dos componentes elétricos; Dispositivos de manobra e proteção. **Componentes eletrônicos, fundamentos e aplicações:** Diodos semicondutores; Transistores bipolares; Amplificadores operacionais. **Circuitos eletrônicos, fundamentos e aplicações:** Circuitos osciladores; Amplificadores de potência. **Equipamentos de testes e medições:** Osciloscópio; Multímetro; gerador de sinais.

Sistemas de Energia: Sistemas por unidade; Curto circuito trifásico e fase-terra; Fluxo de Carga. **Sistemas Trifásicos:** Características de sistemas trifásicos em estrela e em triângulo; cargas trifásicas em estrela e em triângulo; cargas trifásicas equilibradas e não equilibradas; corrente de neutro; potência em CA; triângulo de potências; correção do fator de potência. **Telecomunicações:** Conceitos; Rede de telecomunicações; Sistemas internos de telecomunicações. **Sistemas de Telecomunicações:** Projeto de cabeamento estruturado; Rede Metálica; Elementos essenciais de um sistema de telecomunicações, comunicação assíncrona, síncrona, interfaces V35, RS232, G703, G704, E1, multiplexação. **Sistemas Ópticos:** Fibras ópticas: leis da refração, tecnologia, métodos de fabricação, parâmetros, tipos; conceitos construtivos de cabos ópticos; transmissão óptica; sistemas WDM e TDM; técnicas de instalações aéreas e subterrâneas; técnicas de emenda; técnicas de medição; aplicações em sistemas de comunicação (CATV). **Telefonia;** Redes Locais; ligações Intercontinentais; redes ópticas passivas. **Sistemas Telefônicos:** comutação, sinalização e centrais de comutação. **Sistemas de Rádio:** Mecanismos de propagação, tipos de antenas: características elétricas e interpretação de gráficos. **Análise de sistemas de comunicação:** Elementos essenciais de um sistema de telecomunicações, modulação: AM, PM, FM; ASK, PSK, FSK; sistemas de comunicação digital. Monitoramento e análise de desempenho de redes.

BOYLESTAD, Robert L. **Introdução à Análise de Circuitos**. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
COTRIM, Ademar A.M.B. **Instalações Elétricas**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
FITZGERALD, A. E.; Kingsley Jr., C.; UMANS, S.D. **Máquinas Elétricas com Introdução à Eletrônica de Potência**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
FOROUZAN, Behrouz A. **Comunicação de dados e redes de computadores** – 4. ed. São Paulo: - McGraw-Hill, 2008.
HAYKIN, Simon; MOHER, Michael. **Introdução aos sistemas de comunicação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MARKUS, Otávio. **Circuitos Elétricos de Corrente Contínua e Corrente Alternada Teoria e Exercícios**. 8. ed. São Paulo: Érica, 2.008.

NASCIMENTO, Juarez do. **Telecomunicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

RIBEIRO, José Antônio Justino. **Comunicações ópticas**. 4. ed. São Paulo: Érica, 2009.

2.13. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 13 – Engenheiro: Área - Engenharia Mecânica

Projeto Mecânico: Fundamento, Introdução ao Projeto, Metodologia de projetos, Formulação e cálculo do problema, O modelo de engenharia, Projeto e engenharia auxiliados por computador,

O relatório de engenharia, Coeficientes de segurança e normas do projeto, Considerações estatísticas.

Materiais e Processos: Introdução, Definições de propriedades dos materiais, A natureza estatística das propriedades dos materiais, Homogeneidade e isotropia, Dureza, Revestimentos e tratamentos superficiais, Propriedades gerais dos metais, Propriedades gerais de não metais, Seleção de materiais.

Determinação das Solicitações: Classes de solicitações, Diagramas de corpo livre, Análise do carregamento, Carregamentos estáticos bidimensionais, Carregamento estático tridimensional, Solicitação dinâmica, Solicitação vibratória, Carregamento de impacto, Carregamentos em vigas.

Tensão, Deformação e Deflexão: Introdução, Tensão, Deformação, Tensões principais, Estado plano de tensão e deformação, Círculos de Mohr, Tensões aplicadas versus tensões principais, Tensão normal, Cisalhamento puro, tensão de esmagamento e rasgamento, Vigas e tensões na flexão, Deflexão em vigas.

Método de Castigliano: Torção, Tensões combinadas, Constante de mola, Concentração de tensão, Compressão axial – flambagem, Tensões em cilindros, Estudos de caso de análise de deformação e tensão estáticas.

Teoria das Falhas Estáticas: Falha de materiais dúcteis sob carregamento estático, Falha de materiais frágeis sob carregamento estático, Mecânica da fratura, Uso das teorias de falha para carregamento estático, Análise de falha estática.

Teorias de Falha por Fadiga: Mecanismo da falha por fadiga, Modelos de falha por fadiga, Considerações relativas ao projeto de máquinas, Cargas de fadiga, Critérios de medição da falha por fadiga, Critérios para estimar a falha por fadiga, Entalhes e concentração de tensões, Tensões, Residuais, Projeto para fadiga de alto-ciclo, Projeto para tensões uniaxiais alternadas, Projeto para tensões uniaxiais repetidas, Projeto para tensões multiaxiais em fadiga, Uma abordagem geral para projeto de fadiga de alto-ciclo, Projeto para fadiga.

Falha Superficial: Geometria de superfícies, Superfícies em contato, Atrito, Desgaste por adesão, Desgaste por abrasão, Desgaste por corrosão, Fadiga superficial, Contato entre esferas, Contato entre cilindros, Contato geral, Tensões de contato dinâmicas, Modelos de falha por fadiga superficial – contato dinâmico, Resistência à fadiga superficial.

Eixos, Chavetas e Acoplamentos: Carga em eixos, Conexões e concentração de tensões, Materiais para eixo, Potência no eixo, Cargas no eixo, Tensões no eixo, Falha do eixo em carregamento combinado, Projeto do eixo, Deflexão do eixo, Chavetas e rasgos de chaveta, Estrias, Ajustes por interferência, Projeto de volante, Velocidades críticas de eixos, Acoplamentos.

Mancais de Rolamento e Lubrificação: Lubrificantes, Viscosidade, Tipos de lubrificação, Combinações de materiais em mancais de deslizamento, Teoria da lubrificação hidrodinâmica, Projeto de mancais hidrodinâmicos, Contatos não conformantes, Mancal de elementos rolantes, Falha dos mancais de elementos rolantes, Seleção de mancais de elementos rolantes, Detalhes da montagem dos mancais, Mancais especiais.

Engrenagens Cilíndricas Retas: Teoria do dente de engrenagem, Nomenclatura do dente de engrenagem, Interferência e adelgaçamento, Razão de contato, Trem de engrenagens, Fabricação de engrenagens, Carregamento em engrenagens cilíndricas retas, Tensões em engrenagens cilíndricas retas, Materiais para engrenagem, Lubrificação de engrenamento, Projeto de engrenagens retas.

Engrenagens Helicoidais, Cônicas e Sem-Fim: Engrenagens helicoidais, Engrenagens cônicas, Engrenagens sem-fim.

Projeto de Molas: Constante de mola, Configurações de mola, Materiais para molas, Molas helicoidais de compressão, Dimensionamento de molas helicoidais de compressão a cargas estáticas, Dimensionamento de molas helicoidais de compressão à fadiga, Molas helicoidais de extensão, Molas helicoidais de torção
Molas Belleville.

Parafusos e Fixadores: Formas padronizadas de rosca, Parafusos de potência, Tensões em roscas, Tipos de parafusos de fixação, Fabricação de fixadores, Resistência de parafusos padronizados e parafusos de máquina, Pré-carga de junções em tração, Determinação do fator de rigidez de junta, Controle de pré-carga, Fixadores em cisalhamento.

Soldagem: Processos de soldagem, Tipos de juntas e soldas, Princípios do projeto de soldas, Carregamento estático de soldas, Carregamento dinâmico de soldas, Tratando a solda como uma linha, Soldas com carregamento excêntrico, Considerações sobre o projeto de soldas em máquinas.

Embreagens e Freios: Tipos de freios e embreagens, Seleção e especificação de embreagens/freios, Materiais para embreagens e freios, Embreagens de disco, Freios de disco, Freios de tambor.

Elementos Mecânicos Flexíveis: Correias, Transmissões de correias planas e redondas, Correias em “V”, Correias de tempo, Corrente de rolos, Corda de fio, Eixos Flexíveis.

Gerenciamento de Projetos: Ideias, técnicas e metodologias avançadas para o planejamento, controle e desenvolvimento de projetos de sistemas. Apresentação de um processo disciplinado e estruturado de administração de projetos de sistemas, segundo uma visão de negócio, de forma a cumprir prazos, orçamentos e requisitos. Exploração dos principais componentes do processo de gerenciamento de projetos nas organizações, fornecendo ferramental para projetar, avaliar e medir a efetividade e os fatores de risco da implementação de projetos. Técnicas de elaboração de estimativas de custos, prazos e recursos nos projetos de desenvolvimento de sistemas. Controle e garantia da qualidade no desenvolvimento de sistemas. Controle e garantia da qualidade no desenvolvimento de sistemas.

Manutenção: Confiabilidade, Métodos e processos de manutenção, noções sobre processamento e análise de sinais de interesse à manutenção, manutenção preditiva de equipamentos elétricos.

Vibrações Mecânicas: Conceitos básicos de vibrações: graus de liberdade, sistemas contínuos x discretos, vibração livre x forçada, elementos básicos de mola, inércia e amortecimento. Vibrações livres de sistemas a um grau de liberdade. Vibrações forçadas de sistemas a um grau de liberdade: excitações harmônicas e excitações periódicas gerais. Análise harmônica da resposta de sistemas vibratórios. Aproximações de sistemas contínuos por meio de modelos a múltiplos graus de liberdade. Controle de vibração: balanceamento de máquinas rotativas, controle das relações entre as frequências naturais da estrutura e as frequências de excitação, introdução de amortecimento, isolamento de vibrações, absorvedores de vibração.

HIBBELER, R.C. **Dinâmica: Mecânica para Engenharia**. 12ª Edição. Editora Pearson Prentice Hall.

HIBBELER, R.C. **Estática: Mecânica para Engenharia**. 12ª Edição. Editora Pearson Prentice Hall.

RAO, S. **Vibrações Mecânicas**, 4ª Edição. Editora Pearson Prentice Hall, 2009.

MONTEIRO, M., Rabechini Jr., R. **Construindo competências para Gerenciar Projetos: Teoria e Casos**. 2ª Edição. Editora Atlas, 2008.

NEPOMUCENO, L.X. **Técnicas de Manutenção Preditiva** – Volume I. Editora Edgar Blücher LTDA, 1989.

NEPOMUCENO, L.X. **Técnicas de Manutenção Preditiva** – Volume II. Editora Edgar Blücher LTDA, 1989.

NORTON, R.L. **Projeto de Máquinas - Uma Abordagem Integrada**. 4ª Edição, Editora Bookman, 2011.

SHIGLEY, J.E., Mischke, C. R. **Projeto de Engenharia Mecânica**. XXª Edição. Editora Bookman, 2005.

2.14. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 14 – Engenheiro: Área - Engenharia de Minas

Pesquisa e prospecção de minérios: fases da pesquisa em superfície; métodos de pesquisa e prospecção em superfície e sub-superfície; amostragem em pesquisa e prospecção. **Planejamento da lavra em mineração:** avaliação de depósitos minerais; métodos de lavra a céu-aberto e subterrâneo; elementos constituintes de uma geometria de cava de mineração; tipos, funções e aspectos construtivos de aberturas subterrâneas. **Operações unitárias da lavra:** tipos, sequenciamento e equipamentos básicos. **Beneficiamento de minérios:** operações e equipamentos de cominuição e classificação; tipos de processos e equipamentos principais de concentração por métodos densimétricos e físico-químicos; amostragem em processos de beneficiamento. **Tópicos de legislação e sistema de gestão ambiental na mineração:** objetivos e componentes; tipos de impactos ambientais e medidas mitigadoras, compensatórias e de recuperação na mineração; tipos de resíduos gerados em uma indústria de mineração; formas de coleta, acondicionamento, aproveitamento e destino final; ações de educação ambiental; Código de Mineração e legislação ambiental relacionada com a mineração.

VALADÃO, George Eduardo Sales e ARAÚJO, Armando Correa de. **Introdução ao tratamento de minérios**, Editora UFMG. 2007, Belo Horizonte.

MOON, C.J.; WHATELEY, M.E.G. & EVANS, A.M. **Introduction to Mineral Exploration**, 2nd Edition, Blackwell Publishing, 2006, USA.

HARTMAN, H.L. & MUTMANSKY, J.M. **Introductory Mining Engineering**, 2nd edition, John Wiley & Sons, 2002, USA.

POLETO, Cristiano. **Introdução ao gerenciamento ambiental**, Interciência, 2010, RJ.

PEREIRA, Ronaldo M. **Fundamentos de prospecção mineral**, Interciência, 2003.

CURI, Denise. **Gestão ambiental**, Pearson, 2011, SP.

HUSTRULID, W. & KUCHTA, M. **Open Pit Mine Planning and Design**, 2nd edition, Volume 1 - Fundamentals, Taylor & Francis/Balkema, 2006, Netherlands.

PINTO, Uile Reginaldo. **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental**.

SANCHÉZ, L.E. **Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos**, 2ª ed. Brasília, DF, 2010.

2.15. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 15 – Engenheiro: Área - Engenharia da Produção

Sistema Toyota de Produção. Gestão Ambiental. Gerenciamento de Riscos. Planejamento de Vendas e Operações. Gestão de Relacionamento com Clientes (SRM). Cadeia de Valor. Cadeias Produtivas. *Balanced Scorecard* (BSC). Logística Reversa. MRP (Planejamento de Necessidades Materiais). MRP II (*Manufacturing Resources Planning*). S&OP (Sales And Operations Planning) Planejamento de Vendas e Operações. Gestão da Demanda. ERP. Sistemas de Previsão de Demanda. Planejamento Mestre De Produção. Desdobramento da Função Qualidade (QFD). Tipos Básicos de Arranjo Físico. Planejamento e Controle de Capacidade. Planejamento e Controle de Estoque. Operações Enxutas. Just-in-time. Kanban. Gestão de Projetos.

CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. **Planejamento, Programação e Controle da Produção. Base para SAP, BAAN4, Oracle Applications e outros Softwares Integrados de Gestão**. Editora: Atlas, 4. ed, São Paulo, 2006.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. Editora: Atlas, 3. ed, São Paulo, 2009.

Arlindo Philippi Jr, Gilda Collet Bruna, Marcelo de Andrade Romero. **Curso De Gestão Ambiental**. Editora: Manole, 2.ed. Barueri, 2014.

LUNKES, Rogério João. **"Controle de gestão: Estratégico, tático, operacional, interno e de risco."** São Paulo: Atlas, 2010.

2.16. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 16 – Engenheiro: Área - Engenharia do Trabalho

Segurança no Trabalho: Evolução: aspectos políticos, econômicos e sociais. Realidade e tendências. Acidentes de trabalho: teoria dos acidentes e estatísticas. Investigação de acidentes do trabalho. Método de Árvore de Causas.

Legislação de segurança do trabalho. Legislação previdenciária aplicada ao acidente do trabalho. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Aposentadoria Especial. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações: Segurança máquinas e ferramentas e com caldeiras e vasos de pressão. Elevação e transporte de materiais. Riscos e prevenção de acidentes em obras de construção, demolição e reforma. Os perigos elétricos, seu controle e primeiros socorros. Proteções coletiva e individual.

Higiene do Trabalho: Conceito e classificação dos riscos ocupacionais – agentes físicos, químicos e biológicos. Objetivos da higiene ocupacional. Limites de Exposição para substâncias químicas. Agentes físicos. Ruído e vibrações. Iluminação. Temperaturas extremas (calor e frio). Radiações ionizantes e não ionizantes. Pressões Anormais (Hiperbárica e Hipobárica). Aerodispersóides, gases e vapores. Medidas de controle dos riscos ocupacionais. Ventilação e exaustão. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Proteção Respiratória (PPR) e Programa de Conservação Auditiva (PCA).

Doenças Profissionais ou do Trabalho: Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Toxicologia. Índices Biológicos de Exposição.

Legislação: Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977. Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978 (e suas alterações). Lei nº 8212 e 8213, de 24 de julho de 1991. Decreto 3048, de 06 de maio de 1999 (e suas alterações).

Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: Conceitos e Diretrizes para implementação da Norma OHSAS 18001 e Guia ILO OSH da OIT.

Ergonomia: Aplicação da Norma Regulamentadora 17. Comentários sobre a NR 17. Exigências do trabalho. Exigências referentes ao organismo humano: posturas, movimentos, gastos energéticos. Fisiopatologia do trabalho muscular. A postura em pé. A posição sentada. A seleção do assento. Equação do NIOSH para levantamento manual de cargas.

Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e área de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul.

ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 73. ed. Atlas, 2014.

ABNT NBR 14280. **Cadastro de Acidente do Trabalho – Procedimento e classificação**. ABNT. 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Guia de Análise Acidentes do Trabalho**. Brasília. 2010.

Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D8C0D42012D94E6D33776D7/Guia%20AT%20pdf%20para%20internet.pdf>

BINDER, M.C. et al. **Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho**. 3. ed. Limiar, 2000.

SALIBA, T.M. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA - Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais**. 5. ed. São Paulo: LTr., 2014.

SHERIQUE J. **Aprenda como fazer: demonstrações ambientais, PPRA, PCMAT, PRG, LTCAT, Laudos Técnicos, PPP. Custeio da Aposentadoria Especial**. 6. ed. LTr, 2010.

SPINELLI, Robson et al. **Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5. Ed.. São Paulo: SENAC, 2010.

FUNDACENTRO. **Normas de Higiene Ocupacional (NHO): números 01 (2001), 06 (2001), 08 (2009), 09 (2013) e 10 (2013)**. São Paulo. Disponível em: <http://fundacentro.gov.br> (Normas de Higiene Ocupacional).

FUNDACENTRO. **Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo. 2005.

BENITE, A. **Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho**. Ed. O nome da rosa, 2005.

Manual de Aplicação da Norma Regulamentadora No 17 (2002). Ministério do Trabalho e Emprego.
http://www2.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_manual_nr17.pdf

Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e área de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul. Lei Complementar número 14.376, de 26/12/2013.

2.17. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 17 – Engenheiro: Área - Engenharia Rodoviária

Projeto Geométrico: Elementos geométricos longitudinais, seção transversal da rodovia; superlargura e superelevação; concordância de curva horizontal; distância de visibilidade.

Tráfego: características do tráfego; pesquisa de tráfego; determinação do tráfego atual; determinação do tráfego futuro, determinação do Número N.

Pavimentação:

1. projeto de pavimentos flexíveis: determinação das espessuras e dos materiais das camadas estruturais do pavimento;

2. sub-base granular : materiais, execução e controle;

3. base granular: materiais, execução, controle e medição

4. revestimentos asfálticos:

4.1. tratamento superficial duplo: materiais, equipamentos, execução e controle;

4.2 concreto asfáltico: materiais, equipamento, execução e controle Conservação rodoviária; Definições e princípios básicos; conservação rodoviária.

Custos rodoviários de obras de terraplenagem e pavimentação:

1) preços unitários:

a) critérios gerais adotados; e

b) parâmetros utilizados

2) composição dos preços unitários Terraplenagem: Determinação de áreas e volumes; aproveitamento dos materiais escavados; distância média de transporte; determinação da distância média de transporte; compensação lateral; classificação dos materiais; elaboração do projeto de terraplenagem.

ANTAS, Paulo Mendes e outros. **ESTRADAS - Projeto Geométrico e de Terraplenagem.** Editora Interciência, 2010.

DNIT, **Manual de estudos de tráfego.** Publicação IPR 710 2005. Disponível em:
http://www.dnit.gov.br/livraria/internacional/pr_nedmanuais/manual-estudos-trafego.pdf

DNIT, **Manual de conservação rodoviária.** Publicação IPR 710 2005. Disponível em:

<http://ipr.dnit.gov.br>

DNIT, **Manual de custos rodoviários 2003** - Volume 4: Composição de custos unitários de referência Tomo I : Obras de terraplenagem e de pavimentação. Disponível em:

[www.dnit.gov.br/servicos/sicr/manual de custos rodovirios](http://www.dnit.gov.br/servicos/sicr/manual_de_custos_rodovirios)

DNER, **Método de Projeto de Pavimentos Flexíveis** - Publicação IPR667I22- 1981.

DAERRS - **Especificações Gerais de Serviços** - 1991

a) DAER - ES P - 04191 Sub base granular

b) DAER - ES P - 08/91 Base granular

c) DAER - ES P - 15191 Tratamento Superficial/Duplo

d) DAER- ES P - 16191 Concreto Asfáltico

Disponível: www.daer.rs.gov.br - Normas e Publicações Editadas pelo DAER-abrindo Especificações Gerais 1998 obtém-se as Especificações Gerais de 1991.

2.18. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 18 – Historiógrafo

História do Brasil: formação política e contextos sociais. História do Rio Grande do Sul: formação política e contextos sociais. Métodos e técnicas de pesquisa em história: elaboração de projeto, construção de problemas historiográficos, discussão bibliográfica, discussão teórico-metodológica, modalidades de

escrita da história. Arquivos, documentos, fontes históricas: legislação nacional referente a arquivos e acesso à informação, noções gerais e definições (arquivo público, arquivo privado, arquivo histórico; documentos, documentos históricos; seleção, organização e preservação de documentos), historicidade da noção de fonte histórica. Coleções, museus e museologia: legislação nacional referente a museus, noções gerais e definições (coleções e museus; formação, manutenção, exposição e organização de acervo), história dos museus, os museus na contemporaneidade. História, memória e patrimônio: legislação nacional referente ao patrimônio histórico e artístico, noções gerais e definições (memoriais, bens culturais de natureza material e imaterial, patrimônio histórico), educação patrimonial, historicidade da noção de patrimônio. Conhecimento histórico e historicidade: teoria da história e história da historiografia moderna (escolas, correntes e movimentos historiográficos).

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa. Da escolha do tema ao quadro teórico**. 3. ed. Campinas: Vozes, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Federal**, disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao> >, acesso em 19/05/2014.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto *et alli*. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiência de tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IBRAM. **Portal do Instituto Brasileiro de Museus**, disponível em < <https://www.museus.gov.br/> >, acesso em 19/05/2014.

IPHAN. **Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, disponível < <http://www.iphan.gov.br/> >, acesso em 19/05/2014.

KÜHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da história. Temas e textos**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

RUSEN, Jörn. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: UNB, 2007.

2.19. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 19 – Jornalista

A produção da notícia e suas características. A produção da reportagem e suas características. A rotina jornalística: pauta, apuração, redação e edição. A assessoria de imprensa e suas atribuições. A assessoria de imprensa e o relacionamento com a mídia. Planejamento e pesquisa em assessoria de imprensa. Fotografia jornalística e seus princípios básicos.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERRARETO, Elisa & FERRARETO, Luiz Artur. **Assessoria de imprensa: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2009.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2012.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LORENZON, Gilberto. **Manual de assessoria de imprensa. Campos do Jordão:** Editora Mantiqueira, 2011.

OLIVEIRA, Erivam Morais de. **Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o digital.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2008.

2.20. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 20 – Médico: Área - Cardiologia

Hipertensão arterial sistêmica. Cardiopatia isquêmica: angina estável, angina instável, infarto do miocárdio com e sem supradesnível do segmento ST. Insuficiência cardíaca aguda e crônica. Valvulopatias: estenose e insuficiência aórtica; estenose e insuficiência mitral; estenose pulmonar; insuficiência tricúspide. Dislipidemia e prevenção da aterosclerose. Cardiomiopatia hipertrófica. Endocardite infecciosa. Cardiomiopatia restritiva. Doenças do pericárdio. Miocardite. Arritmias: fibrilação atrial; flutter atrial; taquicardia supraventricular; taquicardia ventricular; e fibrilação ventricular.

Braunwald - Tratado de Doenças Cardiovasculares. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. – Português
Cardiologia, livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Manole, 2011.

Tratado de Cardiologia da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (SOCESP). 2. ed. Manole, 2009.

Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).

Diretrizes da Sociedade Americana de Cardiologia / Colégio Americano de Cardiologia (AHA/ACC)

2.21. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 21 – Médico: Área - Clínica Geral

-Conduas preventivas e de promoção de saúde na prática clínica e na comunidade. Assistência à saúde em escolares e pré-escolares. Problemas sistêmicos comuns do adulto e do idoso. Manejo ambulatorial de doenças agudas e crônicas. Problemas ginecológicos e obstétricos ambulatoriais. Doenças infecciosas e sexualmente transmissíveis. Problemas de saúde mental. Seleção e interpretação de testes diagnósticos. Cirurgia ambulatorial. Situações de emergência.

CORDIOLI, Aristides Volpato e COLABORADORES. **Psicofarmacos: consulta rápida.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREITAS, Fernando. et al. **Rotinas em Ginecologia.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti (Orgs). **Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

MARTINS, Herlon Saraiva; et al. **Emergências clínicas: abordagem prática.** 9. ed. ver. e atual. São Paulo: Manole, 2014.

PAPADAKIS, Maxime A; Mc PHEE, Stephen J (Orgs). et al. **Current medical diagnosis & Treatment 2014.** 53th edition. New York: Mc Graw Hill Education. 2014.

SIMON, Chantal; EVERITT Hazel; DORP, Françoise van (Orgs). **Manual de Clínica Geral de Oxford.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2013.

SOARES, José Luiz MF; ROSA, Daniela Dornelles; LEITE, Verônica Ruttkay S; PASQUALOTTO, Alessandro Comarú (Orgs). **Métodos Diagnósticos: consulta rápida.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2012.

STEFANI, Stephen Doral; BARROS, Elvino (Orgs). **Clínica médica: consulta rápida.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Cadernos de Atenção Básica: Saúde sexual e saúde reprodutiva.** [Internet]. Brasília: 2010. Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd26.pdf> Acesso em: 15 maio 2014.

2.22. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 22 – Médico: Área - Dermatologia

Anatomia, fisiologia e embriologia da pele, Semiologia clínica, laboratorial e terapêutica dermatológica, Epidemiologia, Imunologia Cutânea, Discromias, Púrpuras e Afecções Vasculares, Afecções granulomatosas de etiologia não infecciosa, Dermatoses neutrofilicas, Acne, Manifestações cutâneas de doenças sistêmicas, Doenças Auto-imunes de interesse dermatológico, Imunodeficiências, Genodermatoses, Dermatoses bolhosas, Farmacodermias, Alergia dermatológica, Psicodermatologia, Dermatologia neonatal e pediátrica, Infecções e infestações cutâneas, Neoplasias cutâneas, Hanseníase, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Dermatoscopia, Procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, Cirurgia dermatológica, Esfoliação cutânea, Laserterapia, Eletroterapia, Abordagem e Tratamento de condições inestéticas dermatológicas, Complicações e manejo de procedimentos em dermatologia, outras abordagens em Dermatologia Clínica, Cirúrgica e Cosmiátrica.

AZULAY, R.D, Azulay, DR. **Dermatologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 14

BELDA, Junior W. **Doenças Sexualmente Transmissíveis**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

DUARTE, A.A. **Colagenoses e a Dermatologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Di Livros, 2011.

GADELHA, A.R; COSTA, I.M.C. **Cirurgia Dermatológica em consultório**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

Sociedade Brasileira de Dermatologia. **Consenso Brasileiro de Psoríase 2012: guias de avaliação e tratamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Dermatologia, 2012.

TALHARI, S; NEVS, R.G. **Hanseníase: Dermatologia Tropical**. 4. ed. Manaus: Gráfica Tropical, 2006.

WOLFF, K; GOLDSMITH, L.A., KATZ, S.I; GILCHREST, B.A.; PALLER, A.S.; LEFFELL, D.J.; Wolff K editors. **Fitzpatrick's Dermatology in General Medicine**. 8th edition. New York: MacGraw Hill, 2012.

Anais Brasileiros de Dermatologia. 2013; volume 88 (todos os fascículos).

Anais Brasileiros de Dermatologia. 2014; volume 89 (fascículos 1 e 2).

Surgical & Cosmetic Dermatology. 2013; volume 5 (todos os fascículos).

Surgical & Cosmetic Dermatology. 2014; volume 6 (fascículos 1 e 2).

International Journal of Dermatology. 2013; volume 52 (todos os fascículos).

International Journal of Dermatology. 2014; volume 53 (fascículo 1 e 2).

Journal of the American Academy of Dermatology. 2013; volume 68 e 69 (todos os fascículos).

2.23. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 23 – Médico: Área - Ginecologia

Anatomia dos órgãos genitais femininos e mama; fisiologia do ciclo menstrual, diferenciação sexual, consulta ginecológica, métodos diagnósticos em ginecologia, ginecologia infanto-puberal, dor pélvica aguda e crônica, síndrome pré-menstrual, sangramento uterino anormal, miomatose, endometriose, doenças sexualmente transmissíveis, vulvovaginites, doença inflamatória pélvica, incontinência urinária feminina, anticoncepção, sexualidade humana, lesões intraepiteliais do colo uterino, lesões intraepiteliais da vulva e vagina, carcinoma do colo uterino, neoplasias da vulva e vagina, neoplasias do corpo uterino, doenças benignas da mama, câncer de mama, puberdade precoce, anovulação crônica e síndrome dos ovários policísticos, amenorréias, hiperprolactinemia, hiperandrogenismo, infertilidade, clímax, terapia hormonal, violência sexual contra a mulher, política nacional de atenção integral à mulher.

BADALOTTI, M.; PETRACO, A.; FRASSON, F; GONÇALVES, M.A. **Manual de Ginecologia**. EDIPUCRS, 2009.

BEREK, J. **Berek & Novak - Tratado de Ginecologia**. 8. ed. Nova Guanabara, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero (2011). Esta obra pode ser acessada, na íntegra, na Área Temática Controle de Câncer da Biblioteca Virtual em Saúde - BVS/MS (http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/controle_cancer) e no Portal do INCA (<http://www.inca.gov.br>).

FREITAS, F.; MENKE, C.H.; RIVOIRE, W.A., PASSOS, E.P. **Rotinas em Ginecologia**. 6. ed. Artmed, 2010.

TE LINDE, R.W.; THOMPSON, J. D. **Te Linde's Operative Gynecology**. 10. ed. Lippincott Williams Wilkins, 2008.

SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da; PESSINI, Suzana; SILVEIRA, Geraldo Gastal Gomes da. **Ginecologia Baseada em Evidências**. 3. ed. Atheneu, 2013.

2.24. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 24 – Médico: Área – Infectologia

Doenças tropicais. Doenças exantemáticas. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças emergentes. Micoses sistêmicas. Parasitoses intestinais. Hepatites virais (A/B/C). Influenza. HIV/AIDS. Tuberculose. Controle de infecção hospitalar. Noções de vigilância epidemiológica.

Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/publicacao/2013/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adul>. Acessado em: 25/05/2014.

Guidelines for the Use of Antiretroviral Agents in HIV-1 – Infected Adults And Adolescents – Recommendations Only. Disponível em: http://aidsinfo.nih.gov/contentfiles/lvguidelines/aa_recommendations.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1988. Ministério da Saúde, Brasil. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html. Acessado em: 25/05/2014.

Protocolo de Tratamento de Influenza. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/images/PDF/protocolo_tratamento_influenza_2013.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticas para Hepatite Viral C e Coinfecções. Brasília, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_diretrizes_hepatite_viral_c_coinfeccoes.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticas para Hepatite Viral C e Coinfecções – Suplemento 2. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2011/49960/web_suplemento_2_protocolo_hepatite_c_pdf_98045.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

Doenças Infeciosas e Parasitárias. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_quia_bolso.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Disponível em: http://www.itarget.com.br/newclients/sppt.org.br/2010/extra/download/manual_de_recomendacoes_controle_tb_novo.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

2.25. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 25 – Médico: Área – Medicina do Trabalho

- Consolidação das Leis do Trabalho: Artigos 154 a 201, Lei n. 6.514 de 22.12.1977.

- Portaria n. 3.214 de 08.06.78 e suas alterações posteriores. Normas Regulamentadoras (NR) de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 01 a NR 36.

- Ergonomia. Postura e Movimento. Informação e Operação. Fatores ambientais. Organização do Trabalho. Método Ergonômico. Análise ergonômica do trabalho. Teleatendimento e telemarketing.

- Acidente de trabalho. Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho. Técnicas de gestão de riscos. Organização de serviços de segurança e saúde do trabalho. Conceitos básicos sobre Segurança do Trabalho. Proteção contra riscos gerados por máquinas. Proteção contra choques elétricos e contra incêndio e explosões. Proteção contra riscos químicos. Proteção contra calor e ruído. Proteção contra riscos físicos e biológicos. Equipamentos de proteção Individuais. Medidas de Proteção Coletivas. Cuidados iniciais em situações de urgência: aplicação ao local de trabalho. Proteção contra impactos ambientais. Preparação para o controle de emergências ambientais.

- Legislação sobre acidente do trabalho e doenças profissionais e do trabalho. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Regulamento da Previdência Social. Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999 e suas alterações

posteriores. Acidentes provocados por animais peçonhentos. Acidentes do trabalho com material biológico. Perfil profissiográfico previdenciário. Aposentadoria especial. Agentes nocivos e aposentadoria especial.

- Agentes e fatores de riscos e as doenças profissionais e do trabalho. Epidemiologia, reconhecimento, diagnóstico e tratamento, prognóstico e das doenças profissionais e do trabalho. Doenças Relacionadas ao Trabalho. Doenças Ocupacionais. Saúde Mental e Trabalho. Violência e Trabalho. Câncer ocupacional. Imunizações e vacinação na perspectiva da medicina do trabalho. Promoção da saúde e prevenção de doenças em trabalhadores viajantes e expatriados. Prevenção e manejo do problema de álcool e outras drogas em trabalhadores. Atendimento em situações de emergências e catástrofes e a medicina do trabalho. Nexo causal entre adoecimento e trabalho. Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário.

- Insalubridade e periculosidade. Atividades perigosas, insalubres ou penosas. Laudos técnicos. Perícias de insalubridade e periculosidade, prova pericial, neutralização da insalubridade. Espaços confinados. Sinalização de Segurança. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

-Higiene Ocupacional. Antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ambientais. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

- Saúde no Trabalho. Prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO: Coordenação das campanhas de prevenção da saúde ocupacional; coordenação dos exames periódicos, admissionais, demissionais, de mudança de função e de readaptação funcional. Atestados de Saúde Ocupacional. Monitoramento biológico da exposição química ocupacional. Programa de proteção respiratória. Programa de conservação auditiva. Trabalho em turnos e noturno e seus impactos na saúde dos trabalhadores. Assédio moral e insegurança no emprego e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF) e potenciais aplicações em saúde do trabalhador.

- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA: estrutura, funcionamento, atribuições, processo eleitoral, capacitação dos trabalhadores, atas, registros. Relatórios técnicos de segurança do trabalho.

- Situações de grave e iminente risco. Embargo e Interdição. Trabalho em altura e controle médico.

- Toxicologia ocupacional. Toxicocinética e toxicodinâmica. Intoxicações profissionais agudas e crônicas causadas por metais, solventes, gases, vapores, poeiras, fibras. Agrotóxicos: quadro clínico das intoxicações, diagnóstico, tratamento, prognóstico, prevenção.

- Epidemiologia. Medidas de Ocorrência de doenças, agravos e óbitos. Estudos, delineamentos e desenhos de pesquisa em Epidemiologia. Epidemiologia e Saúde do Trabalhador no Brasil. Epidemiologia e Planejamento em Saúde. Epidemiologia e Gestão de Serviços de Saúde. Epidemiologia e Avaliação em Saúde. Vigilância e Monitoramento de Eventos Epidemiológicos. Epidemiologia e Assistência em Saúde. Raciocínio probabilístico. Estudos transversais, de casos e controles, de coorte e de intervenção. Coeficientes e taxas. Prevalência. Incidência. Programas de rastreamento e a abordagem epidemiológica. Inferências causais. Riscos. Vieses em estudos epidemiológicos. Validade e confiabilidade de testes diagnósticos. Detecção de epidemias.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho. Manual de procedimentos para os serviços de saúde.** Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA.** 4. ed. São Paulo: LTr, 2013.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. **Manuais de Legislação Atlas,** 72. ed. São Paulo: Atlas S. A. 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Legislação Previdenciária.** Atualizada de acordo com o Decreto nº 3.048, de 06.05.1999 - Regulamento da Previdência Social. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. **Ergonomia Prática.** 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Blucher, 2012.

MENDES, René. **Patologia do Trabalho.** 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. Volumes 1 e 2.

ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício L. **Epidemiologia & Saúde: fundamentos, métodos, aplicações.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SALIBA, Tuffi Messias. **Aposentadoria Especial: aspectos técnicos para caracterização**. São Paulo: LTr, 2011.

2.26. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 26 – Médico: Área - Oftalmotorrinolaringologia: Oftalmologista

Embriologia ocular. Anatomia e histologia ocular. Fisiologia da visão. Refração: noções de óptica oftálmica. Vícios de refração. Prescrição de óculos e lentes de contato. Patologia, diagnóstico e tratamento das doenças do(a): órbita, conjuntiva, esclera, úvea, retina, vítreo, cristalino e aparelho lacrimal. Glaucoma: classificação, quadro clínico, diagnóstico e tratamento clínico e cirúrgico. Estrabismo: classificação, quadro clínico, diagnóstico, tratamento clínico e cirúrgico. Repercussões oculares de patologias sistêmicas. Urgências em oftalmologia: clínicas e cirúrgicas.

Conselho Brasileiro de Oftalmologia. **Série Oftalmologia Brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Yanoff M. , Duker J.S. **Yanoff & Duker Oftalmologia**. Tradução 3.ed. Elsevier, 2011.

2.27. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 27 – Médico: Área – Oftalmotorrinolaringologia: Otorrinolaringologista

Anatomia, fisiologia e patologia da via aérea superior. Métodos diagnósticos em Otorrinolaringologia. Rinossinusites aguda e crônica. Rinites. Otite Médias (aguda, secretora, crônica). Paralisia facial. Alterações do olfato. Amigdalites.

Laringites, disfonia. Tumores de cabeça e pescoço. Manifestações otorrinolaringológicas nas doenças sistêmicas.

Rinossinusite fúngica.

BLUESTONE, Charles D. **Pediatric Otolaryngology**. Second Edition. Sanders, 1990.

CUMMINGS, Charles W. **Otolaryngology head and Neck Surgery**. Third Edition. Mosby.

HWANG, Peter H.; KENNEDY, David W. **Rhinology Diseases of the Nose, sinuses and skull Base**. Thieme

PINTO, José Antonio. **Ronco e Apnéia do Sono**. Revinter.

2.28. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 28 – Médico: Área – Oncologia

Conhecimentos oncológicos de quimioterapia, protocolos, indicadores e indicações. Oncologia na gastroenterologia, pneumologia, ginecologia, mastologia, proctologia, dermatologia, hematologia, urologia e anatomia patologia dos tumores.

ASCO - American Society of Clinical Oncology. **Journal Of Clinical Oncology**. 2009.

ASCO - American Society of Clinical Oncology. **Educational Book**.

BUZAID, Antônio Carlos e HOFF, Paulo Marcelo. **Manual Prático de Oncologia Clínica do Hospital Sírio Libanês**. Roche, 2009.

HOSPITAL A. CAMARGO. **Manual de Condutas Diagnósticas e Terapêuticas em Oncologia**. 3.ed.

2.29. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 29 – Médico: Área – Ortopedia

Princípios de anatomia nas vias de acesso ortopédica. Métodos de diagnóstico por imagem em ortopedia e traumatologia. Fratura do acetábulo no adulto. Fratura da pelve no adulto. Fraturas do membro superior no adulto e na criança. Fraturas do membro inferior no adulto e na criança. Lesões ligamentares agudas no joelho no adulto. Lesões tendinosas crônicas do membro superior no adulto. Artrite séptica. Osteomielite. Escorregamento da epífise proximal do fêmur em crianças (epifisiólise). Displasia do desenvolvimento do quadril. Doença de Legg-Perthes-Calvé. Doenças ortopédicas degenerativas do quadril, joelho e coluna. Principais síndromes compressivas radiculares do membro superior e inferior do adulto.

HEBERT, SIZÍNIO. **Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática**. Artmed, 2008.

HOPPENFELD, Stanley; deBOER, Piet. **Vias de Acesso em Cirurgia Ortopédica**. 4. ed. Artmed, 2011

ROCKWOOD AND GREEN'S. **Fractures in Adults**. 6th edition, Volume 1 e 2, Philadelphia, USA: Lippincott Williams & Wilkins (LWW), 2006.

ROCKWOOD AND GREEN'S. **Fractures in Children**. 6th edition, Philadelphia, USA: Lippincott Williams & Wilkins (LWW), 2006.

RÜEDI TP, MURPHY WM. **Princípios AO do Tratamento de Fraturas**. São Paulo, Artmed, 2002.

2.30. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 30 – Médico: Área – Pneumologia

Anatomia, Fisiologia e Patologia Respiratória. Métodos Diagnósticos Invasivos e não Invasivos em Pneumologia. Tosse. Expectoração. Hemoptise. Dispnéia. Cianose. Dor Torácica. Oxigenioterapia. Corticóides Sistêmicos: Principais Indicações. Contra-Indicações E Interações Medicamentosas. Doenças Broncopulmonares Obstrutivas. Atopia Respiratória. Edema Pulmonar. Asma. Enfisema e Deficiência de Alfa1-Antitripsina. Infecções de Vias Aéreas de Trato Respiratória Superior e Inferior. Pneumonias Bacterianas. Pneumonias Virais. Bronquiolite Viral Aguda e Bronquiolopatia Pós-Viral. Pneumonia Tuberculosa. Abscesso Pulmonar. Tuberculose. Micoose Pulmonar. Micobacteriose Atípicas Pulmonares. Doenças Pulmonares em Pacientes Imunossuprimidos. Neoplasias Intratorácicas. Infiltrados Pulmonares Difusos e Doenças Pulmonares Ocupacionais. Manifestações Pulmonares nas Doenças Sistêmicas. Derrame Pleural e Outras Doenças da Pleura. Doenças da Circulação Pulmonar. Doença Respiratória Neonatal. Fibrose Cística. Traumatismo Torácico. Insuficiência Respiratória. Ventilação Mecânica no Adulto e na Criança. Avaliação de Risco Cirúrgico do Paciente Pneumológico. Transplante Pulmonar. FISHMAN, Alfred; JAY FISHMAN, Elias J.; GRIPPI, Michael, SENIOR, Roberto; PACK, Alan. **Fishman's Pulmonary Diseases and Disorders**. 4. edition. Unites States: McGraw Hill Companies Inc., 2008.

2.31. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 31 – Médico: Área – Reumatologia

Exames complementares: radiologia. Exames complementares: Autoanticorpos. Semiologia das doenças reumatológicas. Periartrites. Fibromialgia. Lombalgias. Osteoartrite. Doenças osteometabólicas. Artropatias microcristalinas. Artrites infecciosas. Artropatias secundárias a doenças crônicas. Artrite reumatoide. Espondiloartrites. Febre reumática. Síndrome do anticorpo antifosfolípide. Artrite Idiopática Juvenil. Lupus eritematoso sistêmico. Esclerose sistêmica. Síndrome de Sjögren. Doença mista do tecido conjuntivo. Vasculites sistêmicas. Miopatias inflamatórias. Doença de Behçet. KLIPPEL, J.H.; STONE, J.H.; CROFFORD, L.J.; WHITE, P.H. (Eds.). **Primer on the Rheumatic Diseases**. 13th ed. Springer, 2008.

[KLIPPEL](#), John H.; DIEPPE, [Paul A. M. D.](#) **Rheumatology** (2 Volume Set) [Hardcover].

Mrc Hochberg, et Al. **Rheumatology** (2 Volume Set) 3th ed. 2003, Mosby.

SOARES, J.L. M. F.; ROSA, D.D. ; LEITE, V.R.S.; PASQUALOTTO, A. C. et Al. **Métodos Diagnósticos consulta Rápida**. 2. ed. Artmed, 2012.

uptodate (<http://www.uptodate.com/pt/home>)

2.32. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 32 – Médico: Área – Traumatologia

Princípios de anatomia nas vias de acesso ortopédica. Métodos de diagnóstico por imagem em ortopedia e traumatologia. Fratura do acetábulo no adulto. Fratura da pelve no adulto. Fraturas do membro superior no adulto e na criança. Fraturas do membro inferior no adulto e na criança. Lesões ligamentares agudas no joelho no adulto. Lesões tendinosas crônicas do membro superior no adulto. Artrite séptica. Osteomielite. Escorregamento da epífise proximal do fêmur em crianças (epifisiólise). Displasia do desenvolvimento do quadril. Doença de Legg-Perthes-Calvé. Doenças ortopédicas degenerativas do

quadril, joelho e coluna. Principais síndromes compressivas radiculares do membro superior e inferior do adulto.

HEBERT, Sizínio. **Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática**. Artmed, 2008.

HOPPENFELD, Stanley; deBOER, Piet. **Vias de Acesso em Cirurgia Ortopédica**. 4. ed. Artmed, 2011

ROCKWOOD AND GREEN'S. **Fractures in Adults**. 6th edition, Volume 1 e 2, Philadelphia, USA: Lippincott Williams & Wilkins (LWW), 2006.

ROCKWOOD AND GREEN'S. **Fractures in Children**. 6th edition, Philadelphia, USA: Lippincott Williams & Wilkins (LWW), 2006.

RÜEDI TP, MURPHY WM. **Princípios AO do Tratamento de Fraturas**. São Paulo, Artmed, 2002.

2.33. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 33 – Médico de Perícia e Análise: Área – Clínica Geral

Anatomia. Fisiologia. Embriologia. Genética. Patologia. Doenças infecciosas e parasitárias. Farmacologia. Toxicologia. Semiologia. Cuidado em ambiente hospitalar. Medicina Ambulatorial. Medicina preventiva. Doenças cardiovasculares. Doenças respiratórias. Doenças renais e geniturinárias. Doenças gastrointestinais. Doenças do fígado, vesícula e ductos biliares. Doenças hematológicas. Noções de oncologia. Doenças metabólicas. Doenças nutricionais. Doenças reumáticas. Doenças ósseas. Doenças infecciosas. Doenças alérgicas. Doenças de pele. Doenças de olhos, nariz e garganta. Noções de neurologia. Saúde mental. Imunologia. Saúde do adulto. Saúde da mulher. Saúde do idoso. Saúde da criança e do adolescente. Urgências e Emergências. Ética médica. Bioética. Epidemiologia. Decisão clínica e cuidados na saúde. Organização de sistemas e Serviços de Saúde.

Código de Ética Médica 2010 e resoluções do Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul disponível em <<http://www.portalmédico.org.br/>> Acesso em 19-05-2014.

DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina Ambulatorial. Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2013.

AUSIELLO, Dennis; GOLDMAN, Lee. **CECIL - Tratado de Medicina Interna - 2 Vols. 23. ed. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2009.**

2.34. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 34 – Médico de Perícia e Análise: Área – Psiquiatria

Dados da Psiquiatria: o funcionamento da mente, bioética, psiquiatria e genética. Relação médico-paciente. O ciclo vital. Avaliação do paciente psiquiátrico. Transtornos mentais (DSM IV - R). Emergências psiquiátricas. Principais abordagens terapêuticas.

CATALDO NETO, Alfredo; GAUER, Gabriel; FURTADO, Nina Rosa (org). **Psiquiatria para Estudantes de Medicina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

KAPLAN E SADOCK. **Compêndio de Psiquiatria**. 9. ed. Porto Alegre/RS: ARTMED, 2007.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM. 4. ed. Porto Alegre/RS: ARTMED, 2002.

2.35. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 35 – Psicólogo

Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais. Características e manejo das Psicopatologias. Psicologia do desenvolvimento normal e patológico. Os Principais Modelos de Psicoterapia. Psicoterapia cognitivo comportamental. Avaliação Psicológica. Psicodiagnóstico. Diagnóstico e entrevista. Avaliação métodos e técnicas.

Psicodinâmica do trabalho. Seleção de pessoal. Psicologia das Relações interpessoais. Pesquisa social.

Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. O Código de ética profissional do Psicólogo.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J & outros. **Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva**. V.1. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. Reimpressão 2008..

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J & outros. **Desenvolvimento Psicológico e Educação.** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. V. 3. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

CORDIOLI, A.V. **Psicoterapias: abordagens atuais.** 3.ed Porto Alegre: Artmed, 2008.

CUNHA, J.A. & col. **Psicodiagnóstico ? V. 5.** ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos.** Brasília: 2000.

_____. **Avaliação psicológica:** diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP ? Conselho Federal de Psicologia, 2010.

_____. **Resolução nº 7/2003,** de 14 de junho de 2003. Brasília: DF, 2003. Disponível em: www.pol.org.br.

_____. **Resolução nº 01/2009,** de 30 de março de 2009. Brasília: DF, 2009. Disponível em: www.pol.org.br.

_____. **Resolução nº 05/2012,** de 08 de março de 2012. Brasília; DF, 2012. Disponível em: www.pol.org.br.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda, A. P. **Psicologia das relações interpessoais. Vivências para o trabalho em grupo.** 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho:** contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Maria Irene Stocco (org). 1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) Pesquisa social. Teoria,método e criatividade. 22 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PASSOS, Antônio Eugênio Valverde Mariani; MENDONÇA, Márcia da Costa Furtado de; FAISSAL,Reinaldo; ALMEIDA,Walnice Maria da Costa de. **Atração e seleção de pessoas.** 2.ed.Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RANGÉ, B. (2011). **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

2.36. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 36 – Sociólogo

O pensamento sociológico clássico. O pensamento sociológico contemporâneo. Cidadania e movimentos sociais

Método na pesquisa sociológica. Sociologia rural. Elaboração e avaliação de projetos.

AGUILLAR, M.J. e ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais.** Petrópolis: Vozes, 1994.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e combate à fome, v. 1: Introdução e temas transversais. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. (disponível on line).

COHN, Gabriel. **Max Weber.** São Paulo: Ática, 1979.

CORCUFF, Philippe: **As Novas Sociologias: Construções da realidade social.** Bauru, SP. Editora da Universidade do Sagrado Coração. 2001.

DALLARI, Dalmo Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, F.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **Coleção Os Pensadores**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RODRIGUES, José Albertino. **Émile Durkheim**. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

2.37. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 37 – Técnico Ambiental – Área Biologia

Biologia da conservação: princípios e métodos. Conservação da biodiversidade: espécies, habitats, paisagem e biomas. Fragmentação de habitats e paisagens. Corredores Ecológicos. Espécies ameaçadas: fatores de risco, manejo e conservação. Fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental. Política Estadual do Meio Ambiente. Planejamento Ambiental e Gestão Ambiental. Recursos Hídricos. Planejamento de Recursos Hídricos. Outorga de uso da água.

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R. e HARPER, John L. **Ecologia – de indivíduos a ecossistemas**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULLEN Jr., Laury; RUDRAN, Rudy e VALLADARES-PÁDUA, Cláudio (Orgs). **Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre**. 2ed. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Avaliação e Perícia Ambiental**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2002.

NEXUCS (Org.). **Unidades de Conversação no Brasil: o caminho da gestão para resultados**. São Carlos: RiMa Editora, 2012.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia**. 7ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

PALERMO, Marco Antonio. **Gerenciamento ambiental integrado**. São Paulo: Editora ANNABLUME, 2006.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. 1ed. Londrina: Editora Midiograf, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 42.047, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002**. Regulamenta disposições da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, com alterações, relativas ao gerenciamento e à conservação das águas subterrâneas e dos aquíferos no Estado do Rio Grande do Sul. “Disponível em: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=106552&inpCodDispositive=&inpDsKeywords=10350>”. “Acesso em: 26/05/2014”.

RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 37.033, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1996**. Regulamenta a outorga do direito de uso da água no Estado do Rio Grande do Sul, prevista nos artigos 29, 30 e 31 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994. “Disponível em: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=99688&inpCodDispositive=&inpDsKeywords>”. “Acesso em: 26/05/2014”.

RIO GRANDE DO SUL. **LEI Nº 11.520, DE 03 DE AGOSTO DE 2000**. (atualizada até a Lei nº 12.995, de 24 de junho de 2008). Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. “Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>”. “Acesso em: 14/05/2014”.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994.** Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. “Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/ambiente/legislacao/id468.htm>”. “Acesso em: 26/05/2014”.

SÁNCHEZ, Luiz Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** 2ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática.** 1ed. São Paulo: Oficina dos Textos, 2004.

2.38. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 38 – Técnico Ambiental – Área Ecologia

Ecologia da Paisagem: princípios e métodos. Ecologia de populações, de comunidades e de ecossistemas. Biogeografia (histórico e conceitos; métodos e aplicações). Biologia da conservação: princípios e métodos. Conservação da biodiversidade: espécies, habitats, paisagem e biomas. Fragmentação de habitats e paisagens. Corredores Ecológicos. Espécies ameaçadas: fatores de risco, manejo e conservação. Espécies invasoras. Unidades de Conservação. Avaliação de Impacto Ambiental. Natureza e Sociedade: Sustentabilidade, Conhecimento científico e tradicional. Sistemas Agroflorestais. Política Estadual do Meio Ambiente. Planejamento Ambiental, Gestão Ambiental e Educação Ambiental.

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R. e HARPER, John L. **Ecologia – de indivíduos a ecossistemas.** 4.ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.

CARVALHO, Claudio J. B. de; ALMEIDA, Eduardo A. B. (Orgs). **Biogeografia da América do Sul – Padrões & Processos.** São Paulo: Roca. 2010.

CULLEN Jr., Laury; RUDRAN, Rudy e & VALLADARES-PÁDUA, Cláudio (Orgs). **Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre.** 2.ed. Curitiba: UFPR. 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 6ed. São Paulo: Editora Gaia, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPUAB. Universidade de São Paulo, 1994.

MAY, Peter Herman; TROVATTO, Cássio Murilo Moreira (Coords.). **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2008. “Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Manual_Agroflorestal.pdf”. “Acesso em: 15/05/2014”.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NEXUCS (Org.). **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados.** São Carlos: RiMa, 2012.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia.** 7.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação.** 1.ed. Londrina: Midiograf, 2001.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da Natureza.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan. 1996.

RIO GRANDE DO SUL. **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.** LEI N.º 13.597, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. (publicada no DOE n.º 248, de 31 de dezembro de 2010). “Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=55606&hTexto=&Hid_IDNorma=55606”. “Acesso em: 14/05/2014”.

RIO GRANDE DO SUL. **Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.** LEI Nº 11.520, DE 03 DE AGOSTO DE 2000. (atualizada até a Lei nº 12.995, de 24 de junho de 2008). “Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>”. “Acesso em: 14/05/2014”.

SÁNCHEZ, Luiz Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** 1.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática.** 1.ed. São Paulo: Oficina dos Textos, 2004.

2.39. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 39 – Técnico Ambiental – Área Engenharia Agrônômica

Legislação ambiental. Gestão ambiental. Código Florestal Brasileiro. Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

Planejamento, licenciamento e regularização ambiental. Zoneamento ambiental. Restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal.

Recursos hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos. Uso racional da água. Qualidade da água. Outorga do direito de uso da água. Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Saneamento básico. Gestão de resíduos sólidos. Condições e padrões de lançamento de efluentes.

Legislação referente à política agrícola.

Agroecologia.

Insumos agrícolas (sementes, mudas e agrotóxicos e afins): Legislação de sementes, mudas e agrotóxicos. Produção de sementes e mudas. Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Receituário agrônômico.

Normas para produção, comercialização e utilização de mudas e sementes.

Silvicultura: principais usos da madeira de reflorestamento; espécies indicadas; produção sementes e mudas; propagação vegetativa; implantação de florestas exóticas; manejo de espécies florestais.

Meteorologia agrícola: crescimento e desenvolvimento das plantas; radiação solar; temperatura do ar e do solo; geadas e vento nas plantas cultivadas; proteção das plantas contra efeitos adversos do tempo.

Tipos de solos. Adubação orgânica. Manejo de solos. Conservação de solos.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro *et al.* **Gestão ambiental; planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação.** Rio de Janeiro, Thex Ed., 2000.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 3.ed.- Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2001.

AMBROSANO, E. (Org.). **Agricultura Ecológica.** Guaíba: Agropecuária, 1999.

BERTONI, J.; NETO, F. L. **Conservação do solo.** São Paulo, Ed. Ícone. 1990.

STRECK *et al.* **Solos do Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008. v. 1.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

LIMA, M.R. ET AL. **Diagnóstico e recomendações de manejo do solo: aspectos teóricos e metodológicos.** Curitiba. Ed. UFPR. 2006.

PEREIRA, A. R. **Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão.** 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2008.

FOWLER, J.A.P.; MARTINS, E.G. **Manejo de sementes de espécies florestais.** 2001. EMBRAPA-Florestas - Série Documentos. 58 Colombo. PR, 2001.

BISCARI, G. A. **Meteorologia agrícola básica.** Cassilândia: Uni-Graf, 2007.

CARNEIRO, J.G. de A. **Produção e controle de qualidade mudas florestais.** 1995. Universidade Federal do Paraná/Curitiba PR, 1995.

BRASIL. Lei 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre Agrotóxicos, seus componentes, e afins. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Esta Lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesiva ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. [LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997](#). Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei 9.974, de 06 de junho de 2000. Altera a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

BRASIL. [Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000](#). Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências.

BRASIL. [Lei 11.326, de 24 de julho de 2006](#). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 26 de maio de 2012, Institui o Código Florestal Brasileiro e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Aprova o Regulamento da Lei Federal nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto 5.549, de 22 de setembro de 2005. Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802.

BRASIL. Decreto nº 5.981, de 06 de dezembro de 2006. Dá nova redação e inclui dispositivos ao Decreto Federal nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

BRASIL. [Resolução Nº205, de 30/09/1971 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia](#), publicado no Diário Oficial de 23/11/71, que apresenta o Código de Ética profissional do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 237/97, de 22/12/97, que disciplina o licenciamento ambiental no Brasil. Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Resolução Conama Nº 302, de 20 de Março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de Março de 2002, Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 334, de 03/04/03, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA No 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 de 18/03/2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Resolução Conama Nº 369, de 28 de Março de 2006.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA No 410, DE 04 DE MAIO DE 2009. Altera o artigo 44 da Resolução nº 357/2005 e o art. 3º da Resolução nº 397/2008.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 430, de 13 de Maio de 2011. Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente .

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 09, de 02 de junho de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de sementes.

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 24, de 16 de dezembro de 2005. Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério Meio Ambiente No. 4, de 8 de Setembro de 2009. Regulamenta os procedimentos técnicos para o licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, na modalidade concessão florestal, e para a elaboração, apresentação e avaliação técnica do Relatório Ambiental Preliminar - RAP.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério Meio Ambiente No. 5, de 8 de Setembro de 2009. Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei nº4.771, de 15 de setembro de 1965.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 9861 de 20/04/1993, que dispõe sobre a Política Agrícola no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei no 9.921, de 27/07/1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo 3º da constituição do Estado e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto 37.033, de 21 de Novembro de 1996. Regulamenta a outorga do direito de uso da água no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução CONSEMA Nº 187, de 09 de Abril de 2008. Aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. [Resolução nº 01 de 1997 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de 04 de Junho de 1997. Dispensa da outorga a derivação individual de água para os usos que caracterizam o atendimento das necessidades básicas da vida.](#)

2.40. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 40 – Técnico Ambiental – Área Engenharia Florestal

Dendrologia; Fitosociologia, Ecossistemas florestais; Climatologia Agrícola; Pedologia, Solos Manejo e Conservação; Sementes e Viveiros Florestais; Silvicultura de exóticas e nativas; Métodos Silviculturais; Sistemas Agrossilvipastoris; Dendrometria; Inventário Florestal; Manejo Florestal; Avaliação de Florestal, Produtos não madeireiros, Economia Florestal; Unidades de Conservação, Defesa Fitossanitária, Política e Legislação Agrária e de Recursos Hídricos; Tecnologia e Utilização de Produtos Florestais; Política e Legislação Ambiental e Florestal; Topografia, Cartografia; Fitogeografia do RS; Pragas e Doenças Florestais; Avaliação de Impactos Ambientais; Sistema de informações Geográficas; gestão ambiental; ecossistemas; impactos ambientais; desenvolvimento e tecnologia sustentáveis; processos produtivos; geoprocessamento aplicado à análise ambiental. Fauna do RS.

ANDRAE, F. H. **Ecologia Florestal**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1978.230P.

BELTON, William. **Aves Silvestres do Rio Grande do Sul**. 4ª edição revisada e atualizada. 2004. 175p.105 ilustrações.

Avaliação do Estado de Conservação de Espécies de Fauna – RS – 2012/2013. Disponível em http://www.liv.fzb.rs.gov.br/livcpl/?id_modulo=1&id_uf=23 Acesso em 17 de novembro de 2013.

Apostila do curso de técnicas de prevenção e combate a incêndios florestais . CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2010. 44p

Apostila do curso Técnicas Plantio de Florestas. CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2009. 34p

Apostila do curso de Produção de Mudanças Florestais. CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2009. 58p

Apostila Técnicas de Manejo Florestal. CODEVASF\PDFLO-PI. STCP. 2009. 59p

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais – Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Do Meio Ambiente – Art. 225).

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e alterações. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e alterações. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e alterações. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

Brasil. Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental, e dá outras providências.

Brasil. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 428 de 17 de dezembro de 2010.

BRASIL . Lei nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. Decreto Federal Nº 6.660, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

BRASIL. Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

PÁDUA, C. B. V. & CHIARAVALOTTI, R.M. **Silvicultura e biodiversidade [coordenação: Miriam Prochnow]**. Rio do Sul, SC : APREMAVI, 2012. 64 p. : il. color. ; 21 x 30 cm. – (Cadernos do Diálogo ; v. 4)

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental**. Editora Oficina de Textos, 2013. 544pg

PILLA, Valério De Pata...[etal.]. **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Editores _ Brasília:MMA,2009.403p.

FINGER, C.A.G. **Fundamentos de biometria florestal**.-UFSM\CEPEF\FATEC, 1992.269 P.

CAMPANILI, M.& SCHAFFER, W.B. **Mata Atlântica: manual de adequação ambiental**. Brasília: MMA/SBF, 2010.

Coletânea de Legislação Ambiental. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul disponível em http://www.mprs.mp.br/ambiente/coletanea_legislacao/leg_topico.htm?idtopico=58, Acesso em 17 de maio de 2014.

NETTO, S. P.& BRENA, D. A. **Inventário Florestal**. Curitiba, 1997. 316p.

ZANZINI, Antônio Carlos da Silva; ALEXANDRINO, Eduardo Roberto. **Levantamento, análise e diagnóstico da fauna de aves silvestres em estudos ambientais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2008 – 1ª Ed.

Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Rio Grande do Sul. MMA/DPP-RS/DRNR/INCRA-RS-MA/DPP-AS/DRNR.1973. 431p.

LIMA, Walter de Paula. **A silvicultura e a água: ciência, dogmas, desafios**. Rio de Janeiro : Instituto BioAtlântica, 2010. 64 p. : il. color– (Cadernos do Diálogo ; v. 01).

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**. 2. ed. rev. atual. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2010.425p.

MARCHIORI, J. N. C. **Fitogeografia do Rio Grande do Sul – Campos Sulinos**. Est. Edições.

RS. Decreto nº 34.256, de 02 de Abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e da outras providências

RS. Decreto Estadual nº 38.814, de 26 de Agosto de 1998. Regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC e dá outras providências.

RS. Lei Estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

RS. Lei nº 11.520 de Agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RS. Decreto nº 34.256, de 02 de Abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e da outras providências

RS. Decreto Estadual nº 38.814, de 26 de Agosto de 1998. Regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC e dá outras providências.

RS. Relatório Final do Inventário Florestal Contínuo. UFSM, 2001.325p

RS. Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 e suas alterações. Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RS. SEMA. DEFAP. Diretrizes ambientais para restauração de matas ciliares. Porto Alegre, 2007.

RS. SEMA. Resolução CONSEMA Nº 227/2009. *Aprova alterações do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul de que trata a Resolução CONSEMA nº 187, de 09 de abril de 2008 e dá outras providências.*

RS. Atlas Economico- Produtos de Silvicultura.- **Meio ambiente- Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação cidadã**.http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=819&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1508 acesso em 19 de maio de 2014

SCHNEIDER, P.R. **Manejo Florestal: planejamento da produção florestal**. CEPEF/FATEC, 613p

SCHNEIDER, P.R., SCHNEIDER, P.S.P. **Introdução ao Manejo Florestal**.FACOS\UFSM/FATEC, 566 p.il.

Seling Irene. **Economia Florestal – Gerenciamento e Administração** – Management, 2001.82p <http://coral.ufsm.br/dcfl/seriestecnicas/serie3.pdf>

SOBRAL, M.; JARENKOW, J.A.; BRACK, P.; IRGANG, B.; LAROCCA, J.; RODRIGUES, R.S. 2006. **Flora arbórea e arborescente do Rio Grande do Sul**, Brasil. Ribeiro Martins , São Carlos. 350 p.

Souza, V.C. & Lorenzi, H. 2005. Botânica

PLANO NACIONAL DE SILVICULTURA COM ESPÉCIES NATIVAS E SISTEMAS AGROFLORESTAIS\– PENSAF MMA - MAPA - MDA – MCT-BRASÍLIA–Março\

2007. http://lcf.esalq.usp.br/prof/luciana/lib/exe/fetch.php?media=ensino:graduacao:plano_nacional_de_sil_vicultura.pdf acesso em 20 de maio de 2014.

Sites de interesse.

www.sema.rs.gov.br

www.mma.gov.br

www.mapa.gov.br

www.fepam.gov.br

www.ibge.gov.br

www.rs.gov.br

www.mprs.mp.br

www.ibama.gov.br

2.41. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 41 – Técnico Ambiental – Área Geologia

1. Conceitos de Hidrogeologia 2. Ciclos Hidrológicos e Bacias Hidrográficas 3. Águas Superficiais 4. Águas Subterrâneas 5. Características e Parâmetros Envolvidos no Fluxo de Águas Subterrâneas 6. Monitoramento e Utilização dos Recursos Hídricos Subterrâneos 7. Recursos Hídricos no Brasil 8. Gestão dos Recursos Hídricos 9. Água e o Desenvolvimento Sustentável 10. Mudanças Climáticas Globais e Seus Aspectos nos Recursos Hídricos.

Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: 2013**. Agência Nacional de Águas, Brasília: ANA, 2013. Disponível em:

<<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2013/conjunturaRecursosHidricos.pdf>>,

Acesso em:

26/05/2014.

CETESB. **Noções e Definições em Hidrogeologia**. Disponível em:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/media/files/Solo/agua_sub/arquivos/nocoos.zip> Acesso em: 26/05/2014.

CETESB. **Províncias Hidrogeológicas do Brasil**. Disponível em:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/media/files/Solo/agua_sub/arquivos/provincias.zip> Acesso em:

26/05/2014.

CLEARY, Robert W. **Águas Subterrâneas**. ABRH, 1989. Disponível em:

<http://www.clean.com.br/Menu_Artigos/cleary.pdf>, Acesso em:26/05/2014.

FEITOSA, F. A. C., et al. **Hidrogeologia: Conceitos e Aplicações**. 3ª ed. Rio de Janeiro: CPRM – LABHID, 2008

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. **Para entender a Terra**. 6. ed. Editora Bookman, 2013.

REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 3. ed., São Paulo: Escrituras, 2006.

TUCCI, Carlos, E. M. **Hidrologia: Ciência e Aplicação**, 4. ed., Editora Brochura, 2007.

2.42. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 42 – Técnico Ambiental – Área Geoprocessamento

1. Bases Cartográficas.

Escalas; sistemas de coordenadas; sistemas geodésicos de referência; projeções cartográficas; sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator); métodos de representação de dados temáticos.

2. Aquisição e Manipulação de Dados Geográficos.

Sensoriamento remoto; posicionamento por satélites (GPS/GNSS); digitalização. Modelo Digital do Terreno (MDT): processo de modelagem digital, estruturas de dados regular e triangular, interpoladores e utilização do MDT.

3. Estruturas para Representação Computacional de Dados Espaciais.

Principais estruturas digitais. Estrutura matricial (*raster*). Estrutura vetorial.

4. Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Análise Espacial em SIG

Definições, características, estrutura básica e componentes de um SIG. Consulta ao banco de dados geográficos, ferramentas e operações analíticas em SIG, análise multicritério e multiobjetivo.

BURROUGH, P.A. 1998. **Principles of geographical information systems**. Editora: Oxford University. 333p.

CÂMARA, G.; DAVIS.C.; MONTEIRO, A.M.; D'ALGE, J.C. [Introdução à Ciência da Geoinformação](#). São José dos Campos, INPE. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>>. Acesso em: 07/11/2013.

GOODCHILD, F., MAGUIRE, D. J., LONGLEY, P. A., RHIND, D.W. 2012. **Sistemas e Ciência da Informação Geográfica**. Editora: Bookman. 3ª Ed. 540p.

IBGE. **Sistemas de Referência**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/sisref_2.pdf>. Acesso em: 07/11/2013.

IBGE PRESIDÊNCIA. Resolução PR nº 1 de 25 de fevereiro de 2005. Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/projeto_mudanca_referencial_geodesico/legislacao/rpr_01_25fev2005.pdf>. Acesso em: 07/11/2013.

IBGE. **Noções Básicas de Cartografia**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoas_basicas_cartografia.pdf>. Acesso em: 07/11/2013.

JENSEN, J.R. 2009. **Sensoriamento Remoto do Ambiente - Uma Perspectiva em Recursos Terrestres**. São José dos Campos: Parêntese, 2009.

MARTINELLI, Marcello. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

MONICO, J.F.G. **Posicionamento Pelo GNSS - Descrição, Fundamentos e Aplicações**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp. 2008.

ROBINSON, A.H, MORRISON, J.L., MUERHRCKE, P.C., KIMERLING, A.J., GUPTILL, S.C. **Elements of Cartography**. 6th ed. USA: John Wiley & Sons, Inc., 1995.

2.43. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 43 – Técnico Ambiental – Área Gestor Ambiental

Poluição do Solo e da água subterrânea: prevenção da poluição e controle da qualidade do solo, parcelamento e uso do solo, gestão de áreas contaminadas, recuperação de áreas degradadas; **Fauna e Flora:** Código Florestal Brasileiro, áreas de preservação permanente e de reserva legal; **Gestão de Recursos Hídricos:** principais poluentes da água, classificação dos corpos hídricos, outorga e uso da água; **Gestão de efluentes líquidos,** geração de efluentes e principais técnicas de tratamento; **Mudanças climáticas e Gestão de Energia:** gases do efeito estufa e aquecimento global, medidas de mitigação e adaptação, fontes de energia renováveis; **Licenciamento ambiental:** etapas e responsabilidades associadas ao licenciamento ambiental; **Gestão de Resíduos sólidos:** transporte e manuseio, destinação final, minimização e reciclagem; **Poluição atmosférica e controle de emissões:** principais poluentes atmosféricos, medidas de controle e gestão de emissões atmosféricas; **Lei de crimes ambientais:** proibições e sanções; **Gestão ambiental:** sistema de gestão ambiental, auditorias ambientais, a Política Estadual de Meio Ambiente como ferramenta de gestão ambiental; **SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente,** atribuições e funcionamento; **Educação Ambiental.**

DERSIO, Jose Carlos. **Introdução ao Controle de Poluição Ambiental**. 4 ed. São Paulo. Oficina de Textos, 2012.

POLETO, Cristiano (organizador). **Introdução ao Gerenciamento Ambiental** – Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

RODRIGUES FILHO, Saulo; Santos, Andrea Souza. **Um Futuro Incerto - Mudanças Climáticas e a Vida No Planeta** – Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2011.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14004: Sistema de gestão ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistema e técnicas de apoio. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL, Rio Grande do Sul. LEI Nº 11.520, DE 03 DE AGOSTO DE 2000 (atualizada até a Lei n.º 13.914, de 12 de janeiro de 2012). Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Lei [Federal Nº 9.605, de 12 fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências \(Lei de Crimes Ambientais\)](#)

BRASIL. Resolução Conama Nº 420 de 28 de Dezembro de 2009 (alterada pela Resolução CONAMA nº 460/2013). Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

BRASIL. [Lei Federal Nº 12.651, de 25 de MAIO de 2012.](#) Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências (novo Código Florestal Brasileiro).

BRASIL. [Lei Federal Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.](#) Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

BRASIL. [Decreto Federal Nº 4.281, de 25 de junho de 2002.](#) Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. [Lei Federal Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](#) Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

BRASIL. [Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.](#) Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

2.44. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 44 – Técnico Ambiental – Área Hidrologia

Legislação federal e estadual sobre recursos hídricos. Resoluções CONAMA 357/2005 e 430/2011. A divisão do Rio Grande do Sul em unidades de gerenciamento. Os instrumentos de gestão de recursos hídricos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos. Critérios de outorga. Avaliação hidrológica de disponibilidade hídrica. Análise de eventos hidrológicos críticos. Demandas hídricas por uso: abastecimento, irrigação e navegação. Estimativa da evapotranspiração real e potencial. Consistência de dados hidrometeorológicos: precipitação e vazão. Estimativa de vazões com base na precipitação. Propagação de cheias em rios: método da Onda Cinemática, Muskingum e Muskingum-Cange. Medição de vazão em cursos d'água. Parâmetros de qualidade de água, carga, concentração e mistura. Autodepuração de rios: modelo Streeter-Phelps.

COLLISCHONN, Walter; DORNELLES, Fernando. **Hidrologia para engenharia e ciências ambientais**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2013. 336p. : Il. (Coleção ABRH; 12) ISBN: 978-85-8868-634-2.

TUCCI, Carlos E. M. **Hidrologia: ciência e aplicação**. 4. ed. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2013. ISBN 978-85-7025-924-0.

NAGHETTINI, Mauro; PINTO, Éber José de Andrade. **Hidrologia estatística**. Belo Horizonte: CPRM, 2007. 552 p. ISBN 978-85-7499-023-1.

TUCCI, Carlos E. M.. **Modelos hidrológicos**. 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre : UFRGS/ABRH, 2005. ISBN 85-7025-823-2.

BRASIL. **Lei Federal 9.433/97** - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º da Lei nº 8.001(*), de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990(*), de 28 de dezembro de 1989.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual 10.350/94** - Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA 357/2005** - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e da outras providências.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA 430/2011** - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

2.45. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 45 – Técnico Ambiental – Área Meteorologia

- Conceitos básicos de meteorologia e climatologia;
- Sistemas de tempo que atuam no Brasil: frentes, vórtices ciclônicos, zona de convergência inter-tropical, zona de convergência do Atlântico Sul, sistemas convectivos de mesoescala;
- Métodos de Observação e de Análise da Física, da Química, da Dinâmica e da Eletricidade da Atmosfera; análise, processamento e interpretação de Imagens de Satélites e Radars Meteorológicos;
- Previsões Meteorológicas nas diversas escalas de tempo; sistemas de tempo e clima atuantes na América do Sul; Análise, diagnóstico e prognóstico da atmosfera; representação de tempo em mapas meteorológicos; hidrometeorologia; agrometeorologia; Meteorologia Aeronáutica; meteorologia marinha; microclimatologia;
- Características Climatológicas e diagnósticos de Dispersão de poluentes Atmosféricos;
- Efeitos de processos micrometeorológicos na poluição atmosféricas; modelos de camada limite planetária;
- Meteorologia e Poluição Atmosférica; relação dos diferentes sistemas meteorológicos atuantes na América do Sul com os padrões de qualidade do ar;
- Interpretação de produtos de modelos numéricos do tempo e do clima;
- Descrição e interpretação de modelos numéricos aplicados a dispersão de poluentes, previsão de fenômenos de mesoescala, previsão de tempo e previsão climática e previsão oceânica; principais parametrizações físicas utilizadas, métodos de assimilação de dados atmosféricos, oceânicos e de superfície terrestre, diferenças numéricas, aplicações.
- Controle de qualidade de dados meteorológicos;

AHRENS, D.C.. **Meteorology Today**. 9ª edição. USA: Books Cole, 2008.

BROCK, F.V.; RICHARDSON, S.J..**Meteorological Measurement Systems**. Oxford University Press, 2001.

DONN, W.L.. **Meteorology**, 4ª edição. Glencoe/McGraw Hill, 1975.

FLEAGLE, R.G.; BUSINGER, J.A.. **An introduction to atmospheric physics**. 2ª Edição. London: Academic Press, 1980.

KIDDER, S.Q.; HAAR, T.H.V.. **Satellite Meteorology: an introduction**. 1ª edição. San Diego: Academic Press, 1995.

KONDRATYEV, K.Y.. **Radiation processes in the atmosphere**. 1ª edição. World Meteorological Organization ? WMO, 1972, nº 309.

ROSENBERG, N.; BLAD, B. L.; VERNA, S. B. **Microclimate: the biological environment**. New York: Wiley-Interscience Publication, 1983.

SILVA, M. A. V. **Meteorologia e Climatologia**. Recife: Versão Digital 2, 2006.

STULL, R. B. **Static Stability ? An Update**. **Bulletin American Meteorological Society**, v. 72, 1991.

TUBELIS, A.; NASCIMENTO, F. J. L. **Meteorologia Descritiva: Fundamentos e Aplicações Brasileiras**. São Paulo: Nobel, 1980.

VAREJÃO, S., M. A. **Meteorologia e Climatologia**. Recife: versão digital 1, 2005.

VAREJÃO, S., M. **Meteorologia e Climatologia**. Recife: versão digital 2, 2006.

VAREJÃO-SILVA, M. A. **Meteorologia e climatologia**. Brasília: INMET, 2000.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia Básica e Aplicações**. Viçosa: UFV, 1991.

WALLACE, J. A.; HOBBS, P. V. **Atmospheric Science: An Introductory Survey**. 2. ed. San Diego: Academic Press, 2006.

2.46. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 46 – Técnico Ambiental – Área Medicina Veterinária

Legislação referente a fauna silvestre e exótica. Noções de Gestão de Projetos Ambientais. Gestão ambiental quanto ao uso de água pública, área de preservação permanente, destino adequado dos efluentes e resíduos e adoção de medidas que minimizam as alterações físicas, químicas ou biológicas acarretadas no meio ambiente. Corredores ecológicos, dispersão de fauna e flora, fluxo gênico em populações naturais. Conservação e manejo de populações e de metapopulações in situ e ex situ. Espécies Invasoras; Efeitos da introdução ou da invasão de espécies exóticas e alóctones em ambientes naturais; Medidas para conservação de espécies. Manejo de habitat. Técnicas de monitoramento de populações. Explosão populacional; Espécies ameaçadas de extinção; Conservação da fauna silvestre. Biossegurança aplicada ao manejo de fauna silvestre; Período de defeso: espécies protegidas; Manejo de espécies invasoras ou exóticas; Manejo de espécies silvestres ex situ; Ecologia de populações; estruturas populacionais; estimativa e regulação populacional; dinâmica temporal e espacial das populações. Interações entre espécies; Ecologia de comunidades: estrutura da comunidade, desenvolvimento da comunidade e sucessão ecológica. Extinção e conservação. Sanidade de animais silvestres; Manejo e conservação da fauna silvestre; Epidemiologia, Anatomia e Fisiologia de animais silvestres. Resgate de fauna e de flora: técnicas de captura e coleta; Introduções, reintroduções, translocações e adensamento populacional. Clínica médica de fauna silvestre.

ACHA P.N.; SZYFRES B. **Zoonosis y Enfermedades Transmisibles Comunes al Hombre y a los Animales**. Washington: OPS, 2003.

ANDRÉS, M. et al. **Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios: v.1**, Município e Meio Ambiente: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 1998.

AITKEN, GILL. **A New Approach to Conservation: The Importance of the Individual through Wildlife Rehabilitation**. Ashgate, 2004.

BRAUDE, S. E LOW, B.S. **An Introduction in methods & models in ecology, evolution & conservation biology**. Princeton & New Jersey: Princeton University Press, 2010.

CASTRO e COSTA, F. D. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

CUBAS, Z.S.; SILVA, J.C.R.; CATÃO DIAS, J.L. **Tratado de Animais Selvagens**. Medicina Veterinária. São Paulo: Roca, 2007.

CULLEN, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES, C. **Método de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre** 2. ed. Curitiba: UFPR, 2003.

DAVIES, N.B.; KREBS, J.R.; WEST, S.A. - **An Introduction to Behavioural Ecology**. 4. ed. New Jersey: Wiley-Blackwell. 2012

DINIZ, L.S. **Primatas em cativeiro: manejo e problemas veterinários**. São Paulo: Ícone Editora LTDA, 2007.

DUARTE, J.M.B. **Biologia e conservação de cervídeos Sul americanos: Blastocerus, Ozotoceros e Mazama**. Jaboticabal: Funep, 1997.

FOWLER, M.; CUBAS, Z. **Biology, Medicine, And Surgery Of South American Wild Animals**. New York: Wiley-blackwell, 2001.

FREITAS, V.P. **Crimes contra a natureza**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

IUCN. **Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora – CITES**. 1979. Disponível em: <http://www.cites.org/eng/disc/text.php>, acesso em 28/05/2014.

_____. **Red List of Threatened Species**. Versão 2010.4. <http://www.iucnredlist.org>, acesso em 18/05/2014.

KIRK,R.W.; BISTNER,S.I. **Manual de procedimentos e tratamento de emergência em medicina veterinária**. 3. ed. São Paulo: Manole, 1987.

SILVA, L. L. **Ecologia: manejo de áreas silvestres**. Santa Maria: MMA/FMNA/FATEC. 1996.

TULLY, T,N.; DORRESTEIN, G.M.; LAWTON,M. **Handbook of Avian Medicine**. 2. ed. Massachusetts: Butterworth-Heinemann: 2009.

2.47 PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 47 – Técnico em Turismo

Planejamento Turístico. Eventos. Hospitalidade. Turismo e Globalização. Turismo e Pós Modernidade. Demanda Turística. Oferta Turística. Segmentação do Turismo. Conceitos e Definição do SISTUR. Turismo, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Marketing Turístico.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e Organização do Turismo**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. SENAC São Paulo, 2007.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DIAS, Célia Maria de Moraes (org.) **Hospitalidade: Reflexões e Perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.

FÁVERO, Ivane Maria Remus. **Políticas de Turismo: Planejamento na Região Uva e Vinho**. Caxias do Sul, EDUCS, 2006.

FONTENELES, José Osmar. **Turismo e Impactos Socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo Cesar. **Economia do Turismo**. 7 ed. rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LOHMANN, Guilherme, PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo. Conceitos, Modelos e Sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. **Desenvolvimento turístico de base comunitária: uma abordagem prática e sustentável**. Campinas: Alínea, 2009.

PANOSSO NETTO, Alexandre, ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Marketing Turístico: um enfoque promocional**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene, SOLHA, Karina Toledo (orgs.). **Turismo: Uma visão empresarial**. Barueri(SP): Manole, 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Meio Ambiente e Economia**, vol.2; Trad. Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi, PANOSSO NETTO, Alexandre. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo:Aleph, 2003.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. [Turismo e qualidade](#): **tendências contemporâneas** / 9. ed. Campinas: Papirus, 2003.

2.48 PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 48 – Tradutor-Intérprete

Compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Recursos de coesão. Significação contextual de palavras e expressões. Tradução e versão de palavras e expressões contextualizadas. Tradução de "clusters", de trechos sobre ciência e tecnologia, documentos e contratos. Identificação de "collocations" e expressões idiomáticas.

Morfologia e sintaxe. O artigo, o substantivo, os pronomes pessoais e reflexivos, o caso possessivo, o verbo ser/estar, os adjetivos e os advérbios, os graus de adjetivos e advérbios, os demonstrativos, os tempos verbais, o subjuntivo e imperativo, verbos auxiliares (*modal verbs*), as orações condicionais, a voz passiva, o gerúndio e o infinitivo, os pronomes interrogativos (*question words*), os pronomes relativos, os indefinidos (pronomes substantivos e adjetivos), as conjunções, o discurso indireto, os numerais, as preposições, verbos preposicionados e expressões idiomáticas.

Fonética. Identificação de pares mínimos e sons problemáticos para os brasileiros (e.g. consoantes interdentais, vogais curtas e longas, etc.). Identificação de homônimos.

AUBERT, Francis H. **As (in)fideliades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. Campinas, UNICAMP, 1993.

AZENHA JUNIOR, João. **Goethe e a tradução: a construção da identidade na dinâmica da diferença**. In: NITRINI, Sandra (org.) – Revista Literatura e Sociedade n° 9. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 44-59.

BASSNETT, Susan. **Estudos de Tradução**. Lisboa, Gulbenkian, Original edition London: Methuen, 2003.

BOWKER, L. & PEARSON, J. **Working with Specialized Language**. Routledge, 2002.

CELCE-MURCIA, M ; LARSEN-FREEMAN, D. **The grammar book**. Heinle and Heinle, 1999.

DELISLE, Jean / Judith WOODSWORTH. **Os tradutores na história**. São Paulo: Ática, 2003.

GENTZLER, E.. **Contemporary Translation Theory**. Routledge, 1993.

HURTADO ALBIR, Amparo. "**Clasificación y descripción de la traducción**". In: Traducción y Traductología. Madrid: Cátedra, 2001. p. 43-95.

Longman dictionary of contemporary English. 5 ed. Pearson Longman, 2009.

MURPHY, Raymond. **English grammar in use**. Cambridge University Press, 2004.

SNELL-HORNBY, Mary. 2004 **The Turns of Translation Studies**. John Benjamins, 2006.

VENUTI, L. (ed.) 1992. **Rethinking Translation: discourse, subjectivity, ideology**. Routledge.

• NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

3. PROVAS OBJETIVAS COMUNS A TODOS OS CARGOS (Concursos 49 a 51)

3. 1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de Língua Portuguesa versarão sobre o programa a seguir. Ainda que a prova seja totalmente redigida na ortografia oficial da Língua Portuguesa, não serão elaboradas questões que envolvam o conteúdo relativo ao Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 6.583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen).

Análise e interpretação textual. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Informações literais e inferências. Vocabulário. Significação das palavras e expressões do texto. Substituição de palavras e expressões do texto. Estrutura e formação das palavras (valor dos afixos e radicais). Denotação e conotação. Aspectos gramaticais. Ortografia: emprego de letras. Relações entre fonemas e letras. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal e emprego do sinal indicador de crase. Processos de coordenação e subordinação. Pontuação.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. Revista e ampliada.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2009.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário Prático de Regência Verbal**. São Paulo: Ática, 1996.

____. **Dicionário Prático de Regência Nominal**. São Paulo: Ática, 1999.

Fontes online:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Busca no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cqilua.exe/sys/start.htm?sid=23>> Acessado em 16/05/2014.

Dicionário do Aurélio. Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>> Acessado em 16/05/2014.

iDicionário Aulete. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/index.php>>. Acessado em 16/05/2014.

3.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE INFORMÁTICA

- Conceitos práticos de informática, Internet e segurança da informação.
- Padrões e modelos: Marco Civil da Internet. e-PING (Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico), dados abertos (INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos), ODF (padrão para formato aberto de documentos).

- Conhecimentos práticos de LibreOffice, Microsoft Windows 7, Microsoft Office 2010, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010.

CERT.br. **Cartilha de Segurança para Internet**, 2.ed. São Paulo: CERT.br, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>> Acesso em: 19/05/2014.

CGI.BR. **O CGI.br e o Marco Civil da Internet**. Disponível em <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/CGI-e-o-Marco-Civil.pdf>>. Acesso em: 19/05/2014.

COX, Joyce; LAMBERT, Joan. **Microsoft Word 2010 - Passo a Passo**. Porto Alegre:Bookman,2011.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. **Windows 7 - Passo a Passo**. Porto Alegre:Bookman,2010.

DOCUMENT FOUNDATION. **LibreOffice - Guia do Iniciante**. Disponível em:

<<http://wiki.documentfoundation.org/images/3/3e/0100GS3-GuiadoIniciante-ptbr.pdf>>. Acesso em: 19/05/2014.

_____. **LibreOffice - Guia do Writer**. Disponível em:

<http://wiki.documentfoundation.org/images/b/b3/0200WG3-Guia_do_Writer-ptbr.pdf>. Acesso em: 19/05/2014.

_____. **LibreOffice Guia do Math**. Disponível em:

<http://wiki.documentfoundation.org/images/8/85/0700MG33-Guia_do_Math-ptbr-PDF.pdf>. Acesso em: 19/05/2014.

FISHER, Paul. **Redes e Telecomunicações**. Disponível em

<<http://chasqueweb.ufrgs.br/~paul.fisher/apostilas/redes/redes.htm>>. Acesso em: 19/05/2014.

FRYE, Curtis. **Microsoft Excel 2010 - Passo a Passo**. Porto Alegre:Bookman,2011.

KOZAK, Dalton Vinicius. **Conceitos Básicos de Informática**. Disponível em <<http://chasqueweb.ufrgs.br/~paul.fisher/apostilas/inform/Conceitos.Basicos.da.Informatica.PDF>>. Acesso em: 19/05/2014.

MANZANO, José Augusto N.G. **Guia Prático de Informática - Terminologia, Microsoft Windows 7 - Internet e Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010 e Microsoft Office Access 2010**. São Paulo: Érica, 2011.

MICROSOFT. **Descubra o Windows 7**. Disponível em <<http://windows.microsoft.com/pt-br/windows7/help/getting-started#T1=tab01>>. Acesso em: 19/05/2014.

_____. **Introdução ao Office 2010**. Disponível em <<http://office.microsoft.com/pt-br/support/introducao-ao-microsoft-office-2010-FX100996114.aspx>>. Acesso em: 19/05/2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **e-PING: padrões de interoperabilidade de governo eletrônico**. Disponível em

<<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/documento-da-e-ping-versao-2013/>>. Acesso em: 19/05/2014.

_____. **INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.** Disponível em <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos>>. Acesso em: 19/05/2014.

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO. **Guia ODF – Documento de Referência de Migração para Formatos Abertos.** Disponível em <<http://www.tic.rs.gov.br/conteudo/2043/guia-odf---documento-de-referencia-de-migracao-para-formatos-abertos>>. Acesso em: 19/05/2014.

4. PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO

4.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 49 – Técnico Agrícola

Noções de gestão rural sustentável, Noções de organizações sociais rurais, Comercialização de produtos agropecuários, Agregação de valores aos produtos rurais, Orientação e normatização para instalação de agroindústria de conservas e laticínios; Programas oficiais de apoio ao meio rural, Projetos agropecuários, Noções de legislação ambiental e florestal, Noções de meio ambiente; Agricultura orgânica; Prevenção, monitoramento e combate a formigas; Uso correto de agrotóxicos; Características das plantas; Influência do meio ambiente no cultivo de plantas; Coleta, identificação e catálogo de plantas e árvores; Prevenção e controle de moléstias e pragas em plantas cultivadas; Origem e formação dos solos; Características dos solos, Noções de correção de solo; Cálculo de adubação; Preparo e conservação do solo; Métodos de conservação de solo; Sistemas de cultivo; Cultivo de plantas anuais, semi-perenes e perenes (do preparo do solo à colheita); Drenagem e irrigação; Noções para a criação de animais domésticos (bovinocultura: corte e leite, ovinos, caprinos, eqüinos, asininos, muares, peixes e abelhas); Alimentação de inverno; Melhoramento de pastagens; Preparo e utilização correta de silagem; Noções de suplementação na alimentação animal; Mecanização agrícola, Unidades de medidas na agropecuária. Contenção de animais; Noções de melhoramento genético em animais; Aplicação de vacinas e medicamentos injetáveis em aves, bovinos, ovinos e equinos; Produzir Leite com Qualidade; Medidas de Higiene na ordenha; Controle da Mastite; Normas de refrigeração do leite no armazenamento e transporte; Análise do Leite; Contaminação bacteriana do leite; Análise da composição do leite; Cálculo nutricional e alimentação das vacas; Evitar contaminação do leite por medicamentos veterinários; Manejo das vacas para obtenção do leite; Teor de Gordura; Limpeza e desinfecção de tambo, mangueira e baia; Planejamento e organização de Feiras e Exposição rural; Aspectos geral, manipulação e uso dos equipamentos de inseminação artificial; Controle do cio; Passagem da pipeta em peça genitália; Normatização para instalação de pocilgas e tambos; Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006); Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010) e Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual nº 13.694/2011).

COELHO, Carlos Dinarte; RECH, Roberto Dalpiaz - **Técnico Agrícola**, 5. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.340/2006** – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.288/2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 13.694/2011** – Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, Novo Código Florestal - **Lei 12-651\2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo - Assembleia Legislativa

MIALHI, Luiz Geraldo – **Máquinas Agrícolas para Plantio** – Campinas, SP: Millennium, 2012.

VALE, Francisco Xavier Ribeiro; ZAMBOLIM, Laércio – **Controle de Doenças de Plantas**. II Volume, Viçosas, 1997.

SOUZA, Jacimar Luiz; RESENDE, Patrícia – **Manual de Horticultura Orgânica**, 2. ed. Viçosa- MG, 2011.

PENTEADO, Silvio Roberto – **Adubação na Agricultura Ecológica**, 2. ed. Campinas – São Paulo, 2010.

FERREIRA, Rony Antonio – **Maior Produção com Melhor Ambiente**, 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil Editora, 2011.

SILVA, Carlos Arthur Barbosa; FERNANDES, Aline Regina – **Projetos de Empreendimentos Agroindustriais**. 2.ed. reimpressão-V2, Editora UFV, 2011.

BILTAR, Carla Maris Machado; SANTO, Flávio Augusto Portela; MOURA, José Carlos; FARIA, Vidal Pedroso – **Manejo Alimentar de Bovinos**. 9ª Simpósio de Nutrição de Bovinos, Agrolivros- Piracicaba – SP, 2011.

Programa de Zoonoses Região Sul – **Manual de Zoonoses**. 1ª ed. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, 2009

DOMINGUES, Paulo F.; LANGOIU, Hélio – **Manejo Sanitário Animal** – 1.ed. Editora de Publicações Bio-Médicas LTDA-SP, RJ, 2001.

GERMANO, Maria Izabel Simões – **Treinamento de Manipuladores de Alimento: fator de segurança alimentar e promoção da Saúde** – Livraria Varela LTDA – São Paulo-SP, 2003.

FLORES, Aécio Witchs; REIS, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Médici – **Gestão Rural** – Porto Alegre: Ed. Dos Autores, Catalogação na Publicação CIP, 2006.

4.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 50 – Guarda-Parque

Fundamentos do Direito Ambiental: Ecologia e meio ambiente; Deveres do Poder Público na proteção do meio ambiente; A responsabilidade cumulativa pelas condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Espaços territoriais especialmente protegidos.

A Proteção Constitucional do Meio Ambiente: O capítulo do meio ambiente e as provisões constitucionais sobre a conservação ecológica do art. 225 da Constituição Federal; A proteção do patrimônio florestal e faunístico; A competência dos órgãos de proteção ambiental; A responsabilidade pelos danos ecológicos.

A Política Nacional do Meio Ambiente: Os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente; Os objetivos da Política Nacional do meio Ambiente; Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente; O licenciamento ambiental, a Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997 e a Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

O Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação: Definições; Constituição; Objetivos; Diretrizes; Atribuições dos órgãos de gestão do SNUC e SEUC; Os grupos de unidades de conservação integrantes do SNUC; Criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação; dos incentivos, isenções e penalidades.

O Novo Código Florestal Brasileiro: Princípios e conceitos trazidos pelo novo código florestal; As áreas de preservação permanente e de reserva legal; O Cadastro Ambiental Rural – CAR; O controle da origem dos produtos florestais; Da proibição do uso do fogo e do controle dos incêndios florestais; As áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e de reserva legal.

A lei de crimes ambientais: As disposições gerais da lei de crimes ambientais; Apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime; Os crimes em espécies contra o meio ambiente; As infrações e sanções administrativas contra o meio ambiente; O processo administrativo de apuração das infrações ambientais.

A Política Estadual do Meio Ambiente: Constituição do Sistema Estadual de Proteção Ambiental; Objetivo, composição, competência, instrumentos e as entidades vinculadas ao SISEPRA; A competência

dos municípios para a preservação do meio ambiente em seu território; O Código Estadual do Meio Ambiente; A Política Florestal do Estado.

Direito Administrativo e Ordenamento Social: Princípios da Administração Pública; Poderes da Administração Pública; Atos administrativos; Servidores Públicos; Improbidade Administrativa; Ordem social; Poder de Polícia; Atributos, meios de atuação, Fases de atuação do Estado no exercício do Poder de Polícia; Conceitos de ordem pública e de segurança pública; Conceito de Poder de Polícia Ambiental; Quem exerce o poder de polícia ambiental.

Orientações sobre Ecoturismo: Introdução; conceituação e caracterização; Perfil do ecoturista; Bases para o desenvolvimento do ecoturismo; Estabelecimento de parcerias e formação de redes; O envolvimento da comunidade local; considerações finais.

Noções de ecologia e preservação ambiental: Conceito de ecologia; Os níveis de organização da vida; Habitat e nicho ecológico; A influência dos fatores abióticos nos seres vivos; Cadeias e teias alimentares; Ciclos biogeoquímicos; Populações; Sucessão ecológica; a distribuição dos organismos na Biosfera; poluição e desequilíbrios ecológicos; Recursos naturais: água, ar, solo, flora e fauna. A água na natureza; O meio terrestre; O meio atmosférico. Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006). Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010) e Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual nº 13.694/2011).

BRASIL, **Constituição Federal de 05 de outubro de 1988**. Coleção Saraiva de Legislação, atualizada até a Emenda Constitucional nº 76, de 28 de novembro de 2013. 49ª edição, atualizada e ampliada, 2014.

BRASIL, **Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981** – Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL, **Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998** – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

BRASIL, **Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008** - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000** - Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL, **Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012** – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas/Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação**. 2ª edição – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

LINHARES, Sérgio & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia: Programa Completo**. 18ª Edição, 3ª impressão, reformulada e atualizada. Editora Ática. São Paulo. 2001.

MILARÈ, Edis. **Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em Foco. Doutrina, Jurisprudência, Glossário**. 7º Edição, Revista, atualizada e reformulada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo. 2011.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Curso de Direito Administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial**. 16ª edição revista e atualizada. Editora Forense Ltda. Rio de Janeiro. 2014.

RIO GRANDE DO SUL, **Constituição Estadual de 03 de outubro de 1989**, Título VII – Da Segurança Pública.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei Estadual nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994** – Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei Complementar Estadual nº 10.098/94** - Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.340/2006** – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei Estadual nº 11.520, de 3 de agosto de 2000** – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.288/2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 13.694/2011** – Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, **Decreto Estadual nº 42.010, de 12 de dezembro de 2002** – Aprova o Regulamento dos Parques do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, **Decreto Estadual nº 34.256, de 02 de abril de 1992** – cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992** – Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, **Decreto Estadual nº 40.930, de 02 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a Estrutura Básica da Secretaria do Meio Ambiente e dá outras providências.

4.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – 51 – Técnico em Segurança do Trabalho

- Segurança no Trabalho: Evolução: aspectos políticos, econômicos e sociais. Realidade e tendências. Acidentes de trabalho: teoria dos acidentes e estatísticas. Investigação de acidentes do trabalho. Método de Árvore de Causas.

- Legislação de segurança do trabalho. Legislação previdenciária aplicada ao acidente do trabalho. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Aposentadoria Especial. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações: Segurança máquinas e ferramentas e com caldeiras e vasos de pressão. Elevação e transporte de materiais. Riscos e prevenção de acidentes em obras de construção, demolição e reforma. Os perigos elétricos, seu controle e primeiros socorros. Proteções coletiva e individual.

- Higiene do Trabalho: Conceito e classificação dos riscos ocupacionais – agentes físicos, químicos e biológicos. Objetivos da higiene ocupacional. Limites de Exposição para substâncias químicas. Agentes físicos. Ruído e vibrações. Iluminação. Temperaturas extremas (calor e frio). Radiações ionizantes e não ionizantes. Pressões Anormais (Hiperbárica e Hipobárica). Aerodispersóides, gases e vapores. Medidas de controle dos riscos ocupacionais. Ventilação e exaustão. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Proteção Respiratória (PPR) e Programa de Conservação Auditiva (PCA).

- Doenças Profissionais ou do Trabalho: Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Toxicologia. Índices Biológicos de Exposição.

- Legislação: Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977. Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978 (e suas alterações). Lei nº 8212 e 8213, de 24 de julho de 1991. Decreto 3048, de 06 de maio de 1999 (e suas alterações).

- Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e área de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul.

- Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006).

- Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010) e Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual nº 13.694/2011).

ATLAS. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 73ª edição. Editora Atlas, 2014.

ABNT NBR 14280. **Cadastro de Acidente do Trabalho – Procedimento e classificação**. ABNT. 2001.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.340/2006** – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.288/2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 13.694/2011** – Institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Guia de Análise Acidentes do Trabalho**. Brasília. 2010. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812D8C0D42012D94E6D33776D7/Guia%20AT%20pdf%20para%20internet.pdf>

BINDER, M.C. et al. **Árvore de Causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho**. 3ª edição. Editora Limiar, 2000.

SALIBA, T.M. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA - Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais**. São Paulo: LTr., 5ª edição. 2014.

SHERIQUE J. **Aprenda como fazer: demonstrações ambientais, PPRA, PCMAT, PRG, LTCAT, Laudos Técnicos, PPP. Custeio da Aposentadoria Especial**. 6ª edição. LTr, 2010.

SPINELLI, Robson et al. **Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 5ª edição Editora SENAC. São Paulo. 2010.

FUNDACENTRO. **Normas de Higiene Ocupacional (NHO): números 01 (2001), 06 (2001), 08 (2009), 09 (2013) e 10 (2013)**. São Paulo. Disponível em:

<http://fundacentro.gov.br> (Normas de Higiene Ocupacional).

Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e área de risco de incêndio no estado do Rio Grande do Sul. Lei Complementar número 14.376, de 26/12/2013.